



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Biodiversidade, Áreas Protegidas, Florestas e Educação Ambiental.

Brasília/DF.
04 de Fevereiro de 2020.

(Transcrição ipso verbo)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Bom, senhoras e senhores, bom-dia. É um
2 prazer estar aqui nessa reunião com todos os senhores. Eu sou o Brigadeiro
3 Eduardo Camerini, sou secretário de biodiversidade do Ministério do Meio
4 Ambiente, e fui pedido para presidir a CTBio, e nós estamos, então, dando
5 início à primeira reunião da CTBio de 2020. E nessa reunião a gente tem
6 algumas questões interessantes, mas também algumas urgências. Dentro da
7 política do Ministério do Meio Ambiente e do Governo, nós temos a vontade, a
8 intenção de tornar essas reuniões, elas realmente mais fluídas, mais rápidas e
9 mais decisivas. Porque como a gente tem um intervalo entre uma reunião e
10 outra muito grande, acaba que, se vai (...) alguma coisa, ainda fica na
11 pergunta. Então, a próxima reunião, por exemplo, a última reunião foi em maio
12 do ano passado, ou seja, 8, 9 meses atrás. Não é? Então, se alguém faz uma
13 pergunta... Para... Para, atrasou, já atrasou 9 meses qualquer decisão. Então,
14 o espírito que nos move aqui é exatamente de tentar colocar as coisas nos
15 seus mínimos, nos seus mais fáceis, nos modelos mais fáceis, para que a
16 gente efetivamente dê um passo adiante. Então, a proposta que a gente vai
17 fazer, as propostas são sempre nesse sentido, de que aquilo que já foi
18 pacificado, aquilo que foi acertado a gente aprova, segue em frente e fatos
19 novos, problemas novos virão outra, mas a gente vai seguindo à frente, para
20 não ficar travado. Então, o Ministério do Meio Ambiente, principalmente, está
21 trabalhando nesse sentido. A nossa... A questão de liberar a economia, fazer a
22 economia andar, fazer as coisas andarem, ela não exige que a gente elimine
23 trava, não é? Que ficam atrapalhando e não deixa a coisa andar. Então, é
24 dentro desse espírito que nós estamos trabalhando. Do ponto de vista só
25 regulamentar a gente... Lá na tela nós estamos vendo essa abertura da
26 reunião, a seguir a eleição do vice-presidente e depois a aprovação da
27 transcrição passada, que é regulamentar. Então, é preciso ser feito. E depois,
28 na Ordem do Dia, nós vamos ter três assuntos para a gente conversar. Peço a
29 gentileza de que todas as participações sejam feitas com o microfone ligado,
30 para poder ser gravado, para poder fazer a transcrição e também quando as
31 pessoas falarem, declinarem o nome e a entidade que está representando,
32 para que isso conste na declaração. Está bom? Esqueci alguma coisa?

33

34

35 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

36

37

38 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Sim. Sim. Sim. Então, vamos começar.
39 Pode ser por aqui? Por gentileza. Uma rodada de apresentação.

40

41

42 **O SR. Roberto Lorena (MAPA)** – Bom-dia a todos! Eu sou Roberto Lorena,
43 represento o Ministério da Agricultura e dentro do Ministério da Agricultura são
44 diversos setores que têm interesse nessa Câmara Técnica. Então, a cada
45 rodada eu vou trazer posições de diferentes setores, de diferentes partes do
46 Ministério da Agricultura.

47

48

49 **O SR. Mário Cardoso (CNI)** – Mário Cardoso. Bom-dia a todos! Meu nome é
50 Mário Cardoso, sou da Gerência Executiva de Meio Ambiente e Estabilidade da
51 CNI da Confederação Nacional da Indústria.

52

53

54 **O SR. João Carlos Di Carli (CNA)** – Bom-dia, meu nome é João de Di Carli,
55 eu sou da confederação da agricultura e pecuária do Brasil CNA, da
56 coordenação de sustentabilidade.

57

58

59 **A SR^a. Maurem Mazaret (Secretária de Meio Ambiente)** – Bom-dia! Eu sou
60 Maurem Mazaret, represento o Estado de Mato Grosso, sou secretária de Meio
61 Ambiente.

62

63

64 **O SR. Marcus Peçanha (MMA)** – Marcus Peçanha, assessor especial do
65 gabinete do

66 Ministro. Só ajudando aqui, o brigadeiro.

67

68

69 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Eu já me apresentei!

70

71

72 **A SR^a. Jazete Renata (D-CONAMA)** – Eu sou Jazete Renata, diretora do D-
73 CONAMA.

74

75

76 **O SR. João Henrique (D-CONAMA)** – Bom-dia! João Henrique, trabalho no
77 departamento de apoio ao CONAMA, estou acompanhando as reuniões, se
78 puder ajudar a todos estou à disposição.

79

80

81 **A SR^a. Ângela Molin (Secretaria de Meio Ambiente)** – Bom-dia a todos! Eu
82 sou Ângela Molin, eu represento o Governo municipal de Porto Alegre,
83 Secretaria de Meio Ambiente.

84

85

86 **O SR. Juliano (Associação Novo Encanto de Desenvolvimento
87 Tecnológico)** – Bom-dia a todos, meu nome é Juliano (...), e eu estou aqui
88 representando a entidade ambientalista, Associação Novo Encanto de
89 Desenvolvimento Tecnológico.

90

91

92 **O SR. Rafael Fortunato** – Bom-dia, meu nome é Rafael Fortunato,
93 representante da (...) e atuo como professor de Doutorado em meio ambiente
94 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

95

96

97 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Ok, muito obrigado a todos. Obrigado pela
98 participação. Então, vamos dando entrada. Como essa é uma reunião primeira
99 do ano, e muita gente mudando, e lembro também que o mandato é de um
100 ano, não é? Só que é um ano a contar de outubro, não é? De 17 de outubro.
101 Então, já perdemos um tempão aí, não é? Então, temos que correr com essa
102 história. Eu gostaria, então, assim, para que a gente... Para efeitos práticos, o
103 primeiro problema é a eleição do vice-presidente da Câmara Técnica. Não é?
104 Nós temos um candidato que é o João, que representa a CNA. Não sei se
105 existe mais algum candidato. Não? Pode fazer a sua plataforma eleitoral?

106

107

108 **O SR. João Carlos Di Carli (CNA)** – Eu já estou aqui no CONAMA como
109 Conselheiro já vai fazer quase 20 anos, eu sou praticamente um dos
110 Conselheiros interruptos mais antigos daqui, participei da construção de dois
111 Regimentos Internos e já fui Presidente dessa Câmara Técnica (...), 7
112 Câmaras. Eu já fui Presidente dessa Câmara por dois mandatos consecutivos
113 e fui Vice-Presidente uma vez, dessa Câmara Técnica. Então, eu estou sempre
114 aqui tentando ajudar, tentando colocar sempre... Eu sou uma pessoa muito
115 legalista, sigo muito o Regimento Interno, quem aqui me conhece das antigas
116 sabe que eu tento seguir bem o Regimento Interno, para que a gente não tenha
117 dúvidas em relação ao procedimento de entrega do processo para a Plenária.
118 Então, eu queria agradecer a confiança apresentada a mim aqui, a CNA
119 agradece também, e vamos trabalhar porque já perdemos três meses, e meio
120 de trabalho, e a gente tem muita coisa para trabalhar aqui no CONAMA.
121 Obrigado.

122

123

124 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Bom, dito isso, eu pergunto se todos
125 concordam com a candidatura do Vice-Presidente e quem se posicionar a favor
126 levante a mão. Unanimidade. Então, muito obrigado. Então, declaramos Vice-
127 Presidente o Doutor João Carlos da CNA. Muito obrigado. Próximo ponto.
128 Então, agora seria a aprovação das transcrições da última reunião. Eu não sei
129 se... Essa transcrição ela foi disponibilizada através do site e todos, acredito
130 que todos os senhores receberam, e devem ter lido, e eu pergunto se houve
131 alguma consideração, se alguém faz algum posicionamento, alguma... Ou
132 podem considerar aprovado? Podemos considerar aprovado, então? Nenhum
133 voto contra? Muito obrigado. Bem. Então, vamos aos temas, são três... Foram
134 temas que foram retirados quando houve esse revogaço e essa eliminação de
135 tudo, a gente puxou, os interessados puxaram esses três temas para terminar
136 a discussão. E pela sequência, pela ordem como foi sugerido, e mostrando
137 para os senhores, o primeiro processo que a gente gostaria de avaliar é essa
138 proposta de Resolução para disciplinar a utilização sustentável das abelhas
139 nativas, sem ferrão, em meliponicultura. Alguém gostaria de falar sobre essa
140 proposta? Basicamente essa proposta foi levada a antiga CTJ, não é? Como
141 Câmara Técnica Jurídica, que não existe mais. Então, ela estava parada no
142 jurídico, em uma entidade que não existe mais. Então, ela foi recuperada para
143 nós, para uma avaliação. E aí ela foi, então, encaminhada para a CONJUR do
144 Ministério do Meio Ambiente, que fez o papel dessa Comissão Técnica. Fez a

145 avaliação, fez alguns comentários, trouxe para nós a proposta e... Não sei se
146 você gostaria de falar alguma coisa.

147

148

149 **O SR. Marcus Peçanha (MMA)** – Eu posso ajudar, mas eu acho que
150 basicamente o... Tem um consenso anterior a proposta, do ponto de vista
151 técnico. O que a CONJUR diz é que, é preciso ter isonomia. Então, sugere-se
152 que suprima a questão de cada Estado poder, a seu critério, fiscalizar no
153 primeiro momento. E a CONJUR pede uma justificativa técnica que não precisa
154 ser feito pela Câmara Técnica, mas seria interessante se a Câmara Técnica
155 pudesse delegar a SBio, Secretaria de Biodiversidade, fazer essa justificativa
156 para a CONJUR, de tal forma que não seria alterado em nada a proposta.

157

158

159 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Então, por tudo que foi estudado e
160 depreendo, o que a gente entendeu foi assim, são duas demandas da
161 CONJUR, a primeiro é que gente retirasse daquele texto que fala: a critério dos
162 órgãos setoriais de meio ambiente, e sim dizer que, não havendo atividade
163 econômica e financeira está dispensado e ponto final. Porque aí ficaria igual
164 para todo mundo, não é? E não um Estado faz, outro não faz, e coisa do tipo
165 pudesse gerar um conflito, uma situação maior. E o segundo ponto foi que,
166 nessa discussão de 49, até 49 é uma coisa e depois em 50 é outra. Não é? A
167 obrigatoriedade. Então, essa questão também foi levantada pela CONJUR, que
168 pediu que houvesse uma justificativa técnica. Ponto final. Que não interfere no
169 mérito, apenas que fosse texto. Essa questão, inclusive foi dita, não precisaria
170 ser definida agora, a gente poderia aprovar a Resolução do jeito que está e, se
171 todos concordarem, a gente pode delegar a Secretário de Biodiversidade, de
172 fazer essa justificativa técnica do por que. Ah sim. Desculpa, não reparei. Mas
173 está bom. Eu vou passar a palavra ao João Di Carli, por gentileza.

174

175

176 **O SR. João Carlos Di Carli (CNA)** – Senhor presidente, João Carlos Di Carli,
177 CNA. Dando uma lida aqui, na nota da CONJUR, eu acho que ficou faltando
178 algo depois da vírgula, que ele coloca aqui, o CTF é somente para atividades
179 poluidoras (...) é para aquelas atividades utilizadoras de recurso natural. Não
180 vejo como a gente, pela lei, a gente tentar ver a Resolução, dizer que pode ou
181 não pode. Então, para mim já esse artigo... Esse § 3º é de supressão, não tem
182 como a gente discutir aqui. Mas eu também gostaria de colocar algumas outras
183 questões, que alguns entendedores da meliponicultura entraram em contato lá
184 conosco, da CNA, porque eles estão receosos do fim da atividade em
185 determinadas...

186

187

188 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

189

190

191 **O SR. João Carlos Di Carli (CNA)** – Eles estão com um certo receio, por
192 exemplo, não houve um regramento durante anos, eu não vou dizer culpa de
193 quem aqui, e essa atividade se proliferou em uma atividade que se observa
194 que não é tão danosa, ela não é considerada poluidora. Ela é mais utilizadora
195 de recurso natural. (...) CTFA. Mas o modo como está escrito aqui,
196 determinadas regiões você pode simplesmente acabar com a atividade, por
197 conta do art. 7º. Quando coloca: criação de abelhas nativas sem ferrão será
198 restrita a região geográfica de ocorrência natural daquela espécie. Hoje, com o
199 passar dos anos, com o uso da meliponicultura, com a domesticação, podemos
200 assim dizer, você já encontra várias abelhas sem ferrão fora da região
201 geográfica e produzindo, trabalhando, pessoas que sobrevivem disso. E, a
202 partir do momento que a gente coloca um catálogo que diz que se ela estiver
203 fora da região geográfica praticamente vai se extinguir, sem nenhuma análise
204 mais aprofundada daquela espécie ou daquela região que ela está, eu fico com
205 um certo receio. Então, um pensamento que eu tive seria no art. 7º aqui,
206 quando coloca, a criação de abelhas nativas sem ferrão será restrita a região
207 geográfica de ocorrência natural das espécies, e ainda coloco entre
208 parênteses. Entre vírgulas, de acordo com o órgão ambiental competente
209 também, ou seja, a gente dá a discricionariedade para o órgão ambiental
210 competente observar que aquela espécie em determinada região, ela não traz
211 risco para o meio ambiente. Então, ela pode continuar ali. E não você
212 simplesmente dizer: se o catálogo disser que ela não está lá, ela não pode. Eu
213 fico com medo dessas pessoas que estão hoje trabalhando, que muitas vezes
214 até salvando abelhas, fazendo um trabalho muito interessante, e a gente do
215 nada fazer, extinguir essa atividade. Outra coisa que coloca no § 1º é que, se
216 ele tiver fora da área de abrangência, vamos dizer que ele já está com (...),
217 alguma coisa e ele de repente vai ter que parar, um exemplo, a gente coloca
218 que não pode ser os produtos. Ou seja, ele vai ficar cheio de mico pendurado
219 na prateleira. Eu acho que a gente poderia tirar os seus produtos. Deixa ele
220 continuar trabalhando, vai seguir regras que o órgão ambiental competente vai
221 apresentar. Eu soube até, me disseram que o Estado de São Paulo tem uma
222 legislação interessante sobre a meliponicultura e, pelo que me foi dito essa
223 norma vai impactar profundamente a norma já existente no Estado de São
224 Paulo. Não estou dizendo aqui critério de quem está superior ou não. Isso é
225 uma briga antiga, que pessoas dizem que se for uma lei estadual é superior a
226 uma Resolução do CONAMA, mas se for normas regulamentadoras está
227 abaixo de Resolução do CONAMA. Mas, ou seja, já tem o Estado que
228 trabalhou isso, que pesquisou isso. Então, a gente de repente vai colocar por
229 água abaixo todo o trabalho feito no Estado em relação à atividade. E por
230 último eu tenho uma dúvida, que há um ano atrás, até mais de um ano atrás,
231 quando a gente começou a discutir isso, nós colocamos um prazo para o
232 ICMBio de 180 dias a princípio, seria o prazo de 180 dias para fazer o catálogo,
233 ou seja, se nós formos contar da última reunião que nós tivemos até hoje, já
234 tem um ano. Ou seja, eu pergunto, esse catálogo já está pronto? Se a gente
235 estava dando, naquela época, se fosse aprovar naquela época, 180 dias, de
236 repente eu queria saber se o catálogo já está pronto e a gente já tinha uma...
237 Pode ser interessante, porque como a gente... O catálogo foi... Não. Sim, é
238 porque a gente está colocando a publicação, mas estou dizendo, se já tem a...

239 Se já tem o catálogo, se a gente poderia também dar uma estudada nesse
240 catálogo. Porque ele é uma parte importante desta Resolução.

241

242

243 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Tá... Eu... Como tem... Eu vou primeiro
244 ouvir, depois eu vou fazer algum comentário nesse sentido. Mas, Mário, por
245 gentileza.

246

247

248 **O SR. Mário Cardoso (CNI)** – Mário Cardoso, CNI. Vai muito na linha do que
249 o João comentou, já reforçando o que ele colocou antes. Existe, inclusive, uma
250 ficha técnica de enquadramento do CTF que trata desse assunto e coloca a
251 restrição a meliponários com 50 ou mais colmeias de abelha silvestres nativas.
252 Quer dizer, isso já foi regulado pelo IBAMA, inclusive até em ficha de
253 enquadramento de CTF. Então, não caberia essa separação, essa exceção
254 colocada no § 3º do art. 3º em relação à questão do CTF. Você dá
255 discricionariedade para um Estado, um órgão ou outro fazer, eximir...

256

257

258 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Está bom. § 3º.

259

260

261 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

262

263

264 **O SR. Mário Cardoso (CNI)** – (...) A critério do órgão ambiental competente
265 não será exigido o CTF.

266

267

268 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

269

270

271 **O SR. Mário Cardoso (CNI)** – Eu só estou reafirmando, reforçando aqui o que
272 foi colocado. Em relação ao art. 7º também reforço o que foi colocado aqui,
273 pelo João, anteriormente. Eu sinto falta aqui do ICMBio, até para falar o Estado
274 da arte, porque não é uma questão de 180 dias e a coisa vai ser fazer. Isso
275 deve estar dentro da lógica de elaboração do ICMBio, até a gente gostaria de
276 saber o estado que está isso, se 180 dias resolve o suficiente, se isso vai para
277 pronto, a contento no prazo, porque até, então, como já foi colocado, em um
278 ano não sei se isso está... Porque isso é o cerne aqui, de toda a resolução. Se
279 não tiver esse catálogo a gente coloca todo o (...).

280

281

282 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Mas a sua proposta não era de ter
283 catálogo. Era de ter...

284

285

286 **O SR. Mário Cardoso (CNI)** – De deixar o discricionário para o Estado.

287

288

289 **O SR. Eduardo Camerini (MMA) –** O discricionário para o Estado.

290

291

292 **O SR. Mário Cardoso (CNI) –** Exatamente! Essa é uma proposta.

293

294

295 **O SR. Eduardo Camerini (MMA) –** Então, o problema não é só a lista,
296 porque, de repente nem a lista vai ser importante. Está ok.

297

298

299 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

300

301

302 **A SR^a. Maurem Mazaret (Secretária de Meio Ambiente) –** Doutora Maurem,
303 Mato Grosso. Eu fiquei em uma dúvida na proposta do § 3º, que a princípio
304 tínhamos entendido que seria excluir. Mas, eu compreendi na primeira fala que
305 teria uma outra alternativa de deixar a ausência de exigência quando não
306 houver finalidade comercial econômica. Então, aí eu fiquei um pouco em
307 dúvida quais seriam as nossas alternativas, porque a rigor o que é comum,
308 como a lista, o catálogo... O Catálogo não. O formulário do cadastro técnico já
309 dispensaria até 50 e seria objeto de justificativa técnica, acima de 50 haveria a
310 necessidade de cadastro técnico. Certo? Então, já haveria uma dispensa
311 independente de ter finalidade econômica ou comercial, até 49. Então, se a
312 gente teria dois critérios, só para avaliar, quais seriam as nossas opções.
313 Porque se excluirmos daqui, independente da finalidade comercial econômica,
314 até 49 não tem necessidade de cadastro técnico federal. Se mantivermos essa
315 questão da não exigência considerando a finalidade, pode passar de 49 não
316 tendo finalidade econômica. Só queria entender um pouquinho melhor qual
317 seria a nossa estratégia para votação nesse aspecto, não é? Se seria excluir
318 totalmente ou excluir a parte do critério do órgão ambiental. E no art. 7º eu
319 queria fazer uma colaboração. Faço parte a ABEMA e nós sempre discutimos
320 no âmbito dos órgãos estaduais que licenciam, porque fazemos a maior parte
321 do licenciamento, que toda vez que a regra, de alguma forma, veda totalmente,
322 o órgão ambiental fica alijado do processo do licenciamento ambiental. Então,
323 colaborando, eu fico em dúvida se é absolutamente necessário vedar
324 transporte. Essas vedações literais elas impedem que a gente, do ponto de
325 vista técnico ou com conhecimento científico da própria Embrapa, estávamos
326 discutindo na semana passada a Embrapa Pantanal, a questão da produção do
327 mel no pantanal e a gente ficaria, de certa forma alijado, mesmo que eu tivesse
328 argumentos. Então, eu, nesse sentido eu queria colaborar, deixar para o
329 licenciamento ambiental a regularização sem essas vedações. Não é? Porque
330 isso pode ser trabalhado dentro do próprio licenciamento ou com as pesquisas,
331 que a gente tem as entidades que colaboram. Seriam essas as duas
332 colaborações.

333

334

335 **O SR. Eduardo Camerini (MMA) –** Doutor Roberto.

336

337

338 **O SR. Roberto Lorena (MAPA)** – Roberto... Roberto Lorena, Ministério da
339 Agricultura. A vedação no art. 7º de criação de abelhas sem ferrão, restrita a
340 região de ocorrência natural, já pensou se a gente fosse vedar a abelha
341 africanizada a sua região de ocorrência natural? Ela não existe. É uma
342 atividade econômica, eu não vejo um motivo claro. Essa abelha ela não é
343 agressiva, ela não vai mudar ecossistemas, a menos que o ICMBio mostre um
344 risco ou o órgão estadual mostre um risco. Então, ele deve vedar aonde houver
345 risco, não é? Então, talvez uma simplificação desse artigo, a restrição seria
346 aonde o órgão ambiental estadual apontasse ou quando o Instituto Chico
347 Mendes também apontasse essa restrição, somados os dois, de forma a
348 garantir a atividade, a continuidade da atividade.

349

350

351 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Obrigado. João.

352

353

354 **O SR. João Carlos Di Carli (CNA)** – Desculpa Presidente. João Carlos, CNA.
355 Só uma coisinha que eu esqueci de colocar aqui, no art. 7º § 1º, quando a
356 gente coloca lá uma das formas de você tentar fazer a contenção da espécie,
357 coloca lá, manejo, impedir o manejo para a multiplicação. É completamente o
358 inverso, pelo que o pessoal me informou, os meliponicultores, uma forma de
359 você impedir o enxameamento é você multiplicar aquele enxame. Isso é natural
360 da abelha, a partir do momento que ela começa a ficar muito grande, com mais
361 de uma rainha, ela vai embora. Se você fizer um trabalho de fazer a
362 multiplicação do exame, é uma forma de você assegurar que ela não vai fugir
363 para a natureza. Então, por isso que eu acho que eu acho que (...), pequenos
364 ajustes seriam interessantes.

365

366

367 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Mais alguém? Por favor.

368

369

370 **O SR. Juliano (Associação Novo Encanto de Desenvolvimento**
371 **Tecnológico)** – Eu quero pontuar algumas...

372

373

374 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Não. Identifique-se, por favor.

375

376

377 **O SR. Juliano (Associação Novo Encanto de Desenvolvimento**
378 **Tecnológico)** – Juliano, Novo Encanto. Bom-dia! Eu quero pontuar algumas
379 questões, é do ponto de vista ambiental, só para ficar claro os dois lados da
380 questão, não é? Eu vou colocar uma citação breve aqui, de um autor, que fala
381 assim: a criação em massa, e transporte em grande escala de polinizadores
382 manejados podem representar risco para a transmissão de patógenos, e
383 parasitas, e aumentar a probabilidade de seleção para mais patógenos
384 virulentos, invasões de espécies exóticas e extinção de espécie de
385 polinizadores nativos, não é? Então, assim, a nossa entidade ela é favorável à

386 desburocratização do processo para favorecer os pequenos produtores, no
387 entanto a gente precisa ver os dois lados da moeda, não é? O porquê da
388 necessidade dessa regulamentação, não é? No ponto de vista desse terceiro
389 item, o § 3º do art. 3º, sou favorável que suprima ele totalmente, porque como a
390 Resolução ela não tem nenhum momento definido quantitativo, foi suprimida a
391 questão, nessa nova resolução é questão de menos de 49, menos de 50, não
392 é? Que não precisaria do CTF, como ela não tem nenhum momento
393 especificando quantões quantitativas, o fato de ser eco... Comercial ou não,
394 não impede, vamos dizer assim, de ter muitas colmeias ou poucas colmeias.
395 Então, o risco ambiental da produção em massa, sendo econômico ou não, não
396 tem nada que deixa claro. Então, é preciso ter o CTF para, eu vejo assim, que
397 tanto para atividade comercial quanto não comercial. Então, acho que deve
398 suprimir tudo. O outro ponto é o seguinte, no momento que a gente
399 desburocratiza e, vamos dizer assim, facilita essa atividade, o discurso é
400 principalmente o pequeno agricultor, não é? Que, vamos dizer assim, tem essa
401 atividade da meliponicultura. No entanto, não há nenhuma distinção clara entre
402 o pequeno e o grande, não é? Então, os maiores riscos que do ponto de vista
403 ambiental são colocados, são os riscos de produção em massa e o de
404 transporte sem uma fiscalização. Então, se não houver uma distinção entre
405 pequeno e grande, claro, nesses critérios de, vamos dizer assim, de legalidade,
406 vamos dizer assim, o discurso ele peca, porque ele pode tanto gerar grandes
407 impactos ambientais, por exemplo, ele favorece algo que deve ser favorecido,
408 uma cultura da pequena produção, mas ao mesmo tempo corre risco de
409 grandes impactos ambientais gerados por essa atividade. Então, eu vejo que é
410 preciso algo mais claro sobre a questão, vamos dizer assim, uma distinção,
411 talvez, de não ter o CEF... CTF, talvez até, para um pequeno produtor, não é?
412 Mas já para um grande ter. Claro que essa questão dos 50 foi muito
413 questionado, porque não tem estudos definidos que 49, 51 vai ser pequeno ou
414 grande. Mas é necessária uma diferença entre o pequeno e o grande em
415 relação ao impacto ambiental, porque a produção em massa que é o maior
416 risco.

417

418

419 **O SR. Eduardo Camerini (MMA) – João quer falar de novo?**

420

421

422 **A SRª. Maurem Mazaret (Secretária de Meio Ambiente) –** Maurem, Mato
423 Grosso. Eu acho que agora a gente precisaria até entender uma situação de
424 ordem aqui. Na Ficha Técnica de Enquadramento do Cadastro Técnico Federal
425 existe a observação que o meliponários com 50 ou mais colmeias de abelhas
426 silvestres estão sujeitos ao Cadastro Técnico Federal. Eu não sei exatamente
427 qual é a norma que subsidia a Ficha Técnica de Enquadramento para o
428 Cadastro Técnico Federal do IBAMA, se é uma outra norma, mas se nós não
429 temos aqui, pelo que o colega falou, e é óbvio que não está no texto da
430 Resolução, isso daqui não interfere diretamente no que nós estamos
431 decidindo? Não sei se tem alguém do IBAMA que poderia nos explicar. Eu
432 confesso que (...).

433

434

435 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – João Pessoa, você poderia... Chega no
436 microfone.

437

438

439 **O SR. João Pessoa (IBAMA)** – Bom-dia! João Pessoa, IBAMA. Isso está na
440 antiga norma, na antiga Resolução e por isso que o cadastro faz essa
441 distinção. No momento que for deliberado aqui, nova resolução, a adequação
442 do Cadastro Técnico Federal. É isso.

443

444

445 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Microfone. Microfone.

446

447

448 **A SR^a. Maurem Mazaret (Secretária de Meio Ambiente)** – Que não é a que
449 está sendo... Não está sendo alterada por essa? Ela estaria... Ela vai ser
450 substituída? Ok. Ok.

451

452

453 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

454

455

456 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Ela é a Marília, do Departamento de
457 Manejo de Espécies e Conservação.

458

459

460 **A SR^a. Marília (MMA)** – Aqui do Ministério do Meio Ambiente.

461

462

463 **A SR^a. Marília.**

464

465

466 **A SR^a. Marília (MMA)** – Desculpa, só dando alguns esclarecimentos, que eu
467 acho que talvez tenha um pouquinho de... Primeiro essa questão de criação de
468 abelhas silvestres na região de ocorrência das espécies, ela já estava posta,
469 não é? Essa Resolução CONAMA 346, já vigente. Então, isso é uma questão
470 que já vem sendo... Já vinha sendo... Já estava colocada em uma Resolução
471 CONAMA e esse número, que é o número 50 e, seja ele 49 ou 51 ele tem esse
472 ajuste, e é difícil, realmente, essa determinação, ainda que se procure um
473 número que faça essa diferença entre o pequeno e o grande, ele termina
474 sendo, em algum momento, algum momento ali os números vizinhos vão ser
475 sempre um pouco arbitrários, não é? Mas é importante essa definição entre o
476 limite do pequeno e do grande. E é só trazendo, então, que isso já está no
477 Cadastro Técnico Federal com essa classificação, porque a gente já tinha uma
478 Resolução CONAMA que definia esse aspecto.

479

480

481 **A SR^a. Maurem Mazaret (Secretária de Meio Ambiente)** – Maurem, Mato
482 Grosso. Então, a rigor a gente não teria mais essa situação dos 50, porque não
483 está no texto e ele revoga a Resolução anterior. Me corrija se eu estiver errada,

484 mas o pedido do CONJUR para justificativa era exatamente para explicar esse
485 diferencial entre a exigência de cadastro técnico e não. É isso? No início da
486 sua fala, presidente? Então, nós estaríamos aprovando uma resolução que
487 retira esse diferencial e uma, duas ou três, qualquer que seja o quantitativo ele
488 estaria sujeito a Cadastro Técnico Federal, pelo que eu estou entendendo
489 agora. Seria isso.

490

491

492 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Bom, nós temos, de toda essa discussão o
493 que a gente viu é que são dois artigos que a gente precisa melhorar. Não é? É
494 o 3º e o 7º. Foram os dois que foram relatados aí, citados com alguma dúvida,
495 alguma sugestão. Se vocês concordarem a gente pode ir para... Começar pelo
496 terceiro e tentar redigir de uma maneira mais adequada, que vocês concordem.
497 É. Nesse... No art. 3º.

498

499

500 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

501

502

503 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – É. Então, assim, no § 3º que está ali, que
504 tem a letrinha verde ali. Vamos lá, nós temos... A critério do órgão ambiental
505 competente não será exigido o CTF para atividade e manutenção de colônia
506 sem finalidade comercial ou econômica. Então, nesse aspecto a sugestão foi,
507 inicialmente, tirar aquela parte, a critério do órgão ambiental competente, para
508 deixar que ficasse uma coisa só para todo mundo. Fala para nós aí, no
509 microfone.

510

511

512 **O SR. João Carlos Di Carli (CNA)** – Senhor Presidente, eu estava dando
513 uma pesquisada aqui, a origem da taxa. Não é? No art. 17 F da 6.938 ele
514 colocou: são isentas do pagamento da taxa. Ou seja, isento é diferente de estar
515 cadastrado.

516

517

518 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Isento do pagamento da taxa, mas não de
519 cadastrar.

520

521

522 **O SR. João Carlos Di Carli (CNA)** – As entidades públicas, federais, distritais,
523 estaduais e municipais, as entidades filantrópicas e aqueles que praticam
524 agricultura de subsistência e as populações tradicionais. Então, eu acho assim,
525 eu acho que a gente pode isentar até 50, um exemplo, pensamento meu, mas
526 eu acredito que todos têm que ter o cadastro. Agora a gente volta àquele
527 grande dúvida...

528

529

530 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

531

532

533 **O SR. João Carlos Di Carli (CNA)** – A gente volta àquela grande questão,
534 essas pessoas que são agricultura de subsistência e população tradicional,
535 meu medo é que ela não tenha agilidade ou não tenha o conhecimento para
536 entrar no site do IBAMA para fazer o cadastro dele. E a gente coloca nesta
537 resolução que essas pessoas que... Qualquer uma que não seguir o que a lei
538 coloca, ele vai sofrer a dura pena da lei. Então, eu fico com medo de a gente
539 penalizar essas pessoas que a gente... Eu não vou colocar marginalizado, mas
540 que estão paralelas ao desenvolvimento tecnológico que existe hoje, que é de
541 você conseguir fazer um cadastro online ou até ir em uma agência do IBAMA
542 ou do órgão ambiental para fazer o cadastro. Eu acho que a gente poderia
543 tentar colocar, que essas pessoas que estão isentas deverão ter o apoio
544 público para o seu cadastramento. Então, a gente dá uma chance daquela
545 pessoa que fosse sofrer uma fiscalização, de em vez de ele sofrer uma
546 fiscalização penalizar administrativamente ou penalmente, o órgão chegar lá:
547 não, eu vim aqui para te ajudar. Eu vou te cadastrar. Será que a gente pode
548 fazer isso?

549
550

551 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Acho que a gente deve fazer isso. A
552 ideia.. A ideia geral é justamente estimular a produção, a criação, seja lá de
553 qualquer jeito. O que a gente precisa ter é controle. Controle e rastreabilidade
554 sobre tudo que está acontecendo. Não é? O fato de alguém não ter cadastrado
555 gera um problema de controle. Se eu não sei que o cara cadastrou, eu não sei
556 o que ele tem, eu não sei o que ele fez, eu não sei se ele transportou, o que
557 aconteceu. Então, do ponto de vista de meio ambiente a nossa preocupação é
558 justamente isso. Se a gente quer regulamentar transporte e não sei o que, tem
559 que ter rastreabilidade. Se a figura não é cadastrada é um problema. Tem
560 pessoas que... Qual é o risco de um cara que tem meia dúzia de colmeia, qual
561 é o risco que ele vai ter de fazer? É pequeno. Então, a questão de cadastro é
562 uma. A questão da quantidade é outra. A gente tem que combinar de alguma
563 forma. A primeira ideia de tirar aquele, a critério do órgão ambiental (...), isso a
564 gente pode já... Alguém é contra isso? Diga.

565
566

567 **O SR. não identificado** – Aí entra justamente o que eu falei. Quando você tira
568 o, a critério do órgão ambiental competente, você está dizendo que não será
569 exigido o CTF para a atividade de manutenção de colônia sem finalidade
570 comercial e econômica. Essa atividade ela pode ter qualquer dimensão.

571
572

573 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Não. Mas a gente pode... A gente... Maior
574 exercício... A questão é o seguinte, é porque você tem, por exemplo, colmeia
575 que você, a pessoa compra para decorar a casa, para ter abelha dentro de
576 casa, ele não está nem... Ele vai comer o mel. Se a gente juntar a sua proposta
577 com a dele a gente pode colocar, depois do econômico, não é? Um número
578 limite e que é (...). Mas aí completa. Entendeu? Então, a gente bota... Mantém
579 o número dos 50, por exemplo, até um estudo mais adequado, mas a gente
580 tira: a critério do órgão ambiental competente... Vai ficar assim: não será
581 exigido CTF para atividade de manutenção de colônia sem finalidade comercial

582 ou econômica, até um número limite de 50 colônias. Alguma coisa assim. Não
583 é? 50... O quê que eu falei? 50 colmeias. É. 50 colmeias. Aí a gente atende as
584 duas... É. Tudo bem. Se for comercial, o cara tem duas colônias já está
585 valendo. Se for dessas características que o João citou, não tem finalidade
586 comercial, o cara usa é para comer, não é? Não é para ter problema. Aí até 50.
587 Vírgula. Vírgula, até...

588

589

590 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

591

592

593 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – É melhor. Limitado a 50 colmeias. É que
594 eu sou médico, eu penso assim, (...). *(Risos!)*. Limitado a 50 colônias. Que
595 parece a vocês? Bom? Resolvido. Então, considera-se aprovada essa proposta
596 da alteração do § 3º do art. 3º. Do art. 3º. Muito bem. Então, vamos para o art.
597 7º. Sim. Não, mas o anterior já era colônia. O anterior também estava dizendo
598 colônia. O 7º. Então, será restrito a região geográfica de ocorrência natural das
599 espécies, de acordo com o indicado no Catálogo Nacional de abelhas nativas
600 sem ferrão, a ser publicado pelo Instituto Chico Mendes de conservação da
601 biodiversidade. A proposta aqui, por favor.

602

603

604 **A SRª. Renata (CONAMA)** – Só fazer uma observação aqui, em resposta ao
605 João Di Carli e ao Mário. A gente mandou um ofício para o ICMBio, logo
606 quando ficou pronta essa minuta e a gente já obteve resposta, inclusive que o
607 catálogo está pronto, só aguardando a publicação da Resolução. Então, assim,
608 a gente publicando a Resolução no (...) eles vão publicar o catálogo também.

609

610

611 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Mas para isso funcionar para juntar as
612 duas coisas, porque a sua proposta era de que seja discricionário de cada
613 órgão ambiental regional.

614

615

616 **O SR. João Carlos Di Carli (CNA)** – Seja, mais ou menos, depois daquela
617 ocorrência natural das espécies eu colocaria assim: das espécies, de acordo
618 com o órgão ambiental competente, conforme indicado no catálogo das
619 abelhas... Porque aí o catálogo vai virar uma fonte de pesquisa do órgão
620 ambiental.

621

622

623 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Então, eu falo assim, de acordo com o
624 órgão ambiental competente, aí assim, com base na lista, não é? Porque aí a
625 gente dá a permissão do cara fazer uma... Até porque isso é dinâmico, não é?
626 Essas abelhas voam para tudo quanto é lugar. Agora eu consulto Doutor
627 Roberto do MAPA. Acha que esse texto ficaria confortável para o MAPA? Você
628 escreve ali, por favor. Isso. Vamos copiar e fazer outra... Isso, vamos fazer uma
629 alteração. Espera só um minutinho, vamos só escrever aí para a gente... Para
630 a gente ter uma referência melhor. Então, a criação das abelhas... Isso. Pronto.

631 A proposta é, depois de, natural das espécies... Vai para lá. Aí. Natural das
632 espécies, de acordo com o órgão ambi... O respectivo órgão ambiental, com
633 base... Com base no Catálogo Nacional, tá, tá, tá. É, dá uma referência, não é?
634 Isso, ele não fica muito...

635

636

637 **O SR. João Carlos Di Carli (CNA)** – Senhor presidente, a gente estava, nós
638 três aqui, tentando ver uma proposta aqui...

639

640

641 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Que combina.

642

643

644 **O SR. João Carlos Di Carli (CNA)** – É. Deixar o caput como está e no § 1º a
645 gente tirar a restrição. Porque lá no § 1º está dando a exceção, como parágrafo
646 que é na técnica Legislativa. Aí ele coloca que pode continuar seguindo
647 critérios que o órgão ambiental coloca. Só que, se você tirar, vedado o
648 transporte, manejo para modificação e a comercialização das colônias e de
649 seus produtos, não tem porque de ter. Então, não tem exceção. Ou seja, o cara
650 continua. O cara vai ter um abacaxi ali. Então, a sugestão que eu coloco é
651 deixar... Tirar manejo para a multiplicação, que é aquele problema do
652 enxameamento que você inibe o enxameamento fazendo a multiplicação.
653 Então, você tira manejo para multiplicação e tira: e de seus produtos. Porque
654 ele vai poder continuar ali, ele não vai poder transportar, não vai poder
655 comercializar a colônia ou se ele vai ficar com aquela colônia dele o tempo que
656 for, o que ele vai poder, de repente, no futuro se ele acha que está com muita
657 abelha, ele entregar para o órgão ambiental competente. Aí o órgão ambiental
658 competente pode fazer a...

659

660

661 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Deixa eu ver se e entendi. Você está
662 sugerindo é simplesmente repetir o § 1º e parar no, regularizado pelo órgão
663 ambiental competente. Ponto.

664

665

666 **O SR. João Carlos Di Carli (CNA)** – Aí eu acho que o órgão... Porque...
667 Exatamente, isso que eu estou dizendo. Porque o Espírito Santo veda. Espírito
668 Santo veda. São Paulo não veda. E para ir de um Estado para o outro tem que
669 passar pelo IBAMA.

670

671

672 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Aí caso a caso vai se fazendo e o órgão
673 ambiental competente vai se manifestando. É assim? Atende a todo mundo?

674

675

676 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

677

678

679 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Então, tá... Então, apaga aquele 7 (...)
680 vermelho lá. Tudo que está em vermelho aí apaga. Espera só um minutinho,
681 vamos fazer. Agora faz aí. Pelo órgão ambiental competente. Perfeito. Só falta
682 o ponto. Tá... E agora? Acertou?

683

684

685 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

686

687

688 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – É verdade. Verdade. Perfeito.

689

690

691 **O SR. João Henrique (D-CONAMA)** – Com licença, senhor Presidente,
692 questão de ordem. Só solicitar que façam as manifestações no microfone e que
693 se apresentem, porque na gravação depois fica difícil identificarmos de onde
694 veio a informação. Obrigado. João Henrique, D-Conama. Esqueci de informar,
695 não é? *(Risos!).*

696

697

698 *(Risos!).*

699

700

701 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Justo você. Olha só. Olha só. Está vendo?
702 *(Risos!).*

703

704

705 **A SR^a. Maurem Mazaret (Secretária de Meio Ambiente)** – Maurem, Mato
706 Grosso. Então, só para registrar, acho que o § 2º agora perdeu a razão de
707 existir. Poderíamos transformar o 1º em § Único.

708

709

710 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – A proposta é cortar o § 2º.

711

712

713 **O SR. Juliano (Associação Novo Encanto de Desenvolvimento**
714 **Tecnológico)** – Juliano, Novo Encanto. Talvez deva permanecer só entre
715 vírgula, de acordo com o indicado no Catálogo Nacional de abelhas sem ferrão.

716

717

718 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Já está lá em cima.

719

720

721 **O SR. Juliano (Associação Novo Encanto de Desenvolvimento**
722 **Tecnológico)** – Mas não vai tirar?

723

724

725 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Não. Ele não está tirando. Ele está falando
726 o seguinte, em vez de, de acordo o indicado, porque aí restringe a ação do

727 órgão ambiental, porque ele tem que seguir a lista. Com... Mudou para, com
728 base... De acordo com... Não. art. 7.

729

730

731 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!!).*

732

733

734 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – De acordo... Não, mas a gente tinha
735 sugerido... Não. Mas pensa bem. Mas aí... Agora eu fiquei na dúvida, olha só,
736 se você escrever, de acordo com o indicado, está dizendo que ele tem que
737 seguir o que está na lista e, na verdade o que a gente estava sugerindo era dar
738 uma certa liberdade para o órgão ambiental regional, que foi assim, olha, com
739 base no catálogo do... A mudança é sutil. Ao invés de, de acordo com o
740 indicado é... Veja que no parágrafo... É que foi apagado. A gente apagou o
741 vermelho. Consultado com base, com alguma coisa assim, para que o cara use
742 como referência o catalogo, mas não obrigatoriamente. É isso? Não é? Então,
743 só mudaria a palavra. Mas, por favor, Doutor Roberto.

744

745

746 **O SR. Roberto Lorena (MAPA)** – Roberto do MAPA. O meliponicultor que
747 possuir colônias, quer dizer, nós vamos deixar só quem já está lá e o cara não
748 pode ser um novo criador? Na minha opinião seria que tiver (...), que criar
749 abelhas, porque você não pode restringir os que... Não seria legal eu... Você
750 pode, você já estava. Agora qualquer novo está proibido. Isso não existe no
751 nosso normativo legal. Não é? Ou pode ou não pode. A outra coisa. Então, de
752 alguma forma tem que responsabilizar o órgão ambiental competente pelo...
753 Por essa decisão. Olha, apesar de ele não ser uma região de ocorrência
754 natural eu vou permitir, por autonomia do órgão ambiental competente, onde
755 ele vai decidir. Não, aqui não tem problema, não vai haver um prejuízo à
756 região. Então, além de ser a criação de abelhas fora da região de ocorrência,
757 regularizada pelo órgão ambiental competente, segundo critérios de despesa
758 de ecossistemas, alguma coisa nesse sentido.

759

760

761 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Eu até... O senhor estava falando, eu até
762 comecei a enxergar, basta tira, que possuir colônias. Então, assim, o
763 meliponicultor de abelhas fora da região. Aí não interessa se ele é novo, se ele
764 é...

765

766

767 **O SR. Roberto Lorena (MAPA)** – É porque não pode dizer: quem já estava
768 pode e o novo não pode. Isso não tem sentido nenhum. Essa é a parte fácil. E
769 a segunda parte é dar... Regularizar pelo órgão ambiental competente, seria
770 autorizado pelo órgão ambiental competente.

771

772

773 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Em vez de regularizado, autorizado.

774

775

776 **O SR. Roberto Lorena (MAPA)** – Porque é uma autorização específica para
777 cada caso, ele não vai criar uma lei geral para isso.

778

779

780 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

781

782

783 **O SR. Roberto Lorena (MAPA)** – Poderia fechar, autorizada pelo órgão
784 ambiental competente, segundo sua análise de risco.

785

786

787 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Sim. Sim.

788

789

790 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

791

792

793 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Então, vamos... Desculpa, eu vou passar a
794 palavra... Desculpa, eu sei que você está pedindo já faz um tempão. Diga aí.

795

796

797 **O SR. Carlos Alberto (CBA)** – Carlos Alberto, eu sou o primeiro secretário da
798 meliponicultura na CBA, Confederação Brasileira de Apicultura. Esse trabalho
799 começou em 2015, a CBA solicitou ao nosso Ministro, na época, o
800 desenvolvimento desse trabalho. Nós estamos trabalhando ele desde essa
801 data. Cada vez que eu ouço aqui está melhorando cada vez mais para nós, da
802 meliponicultura. A minha preocupação é que desde o começo do trabalho nós
803 falamos em não alterar lei. E (...) preenchimento do Cadastro Técnico Federal
804 ele é obrigatório. Então, quando a gente fala de não preencher o cadastro, nós
805 estamos indo contra a lei que já existe. Quando nós falamos desse cadastro,
806 nós, meliponicultores, tínhamos um problema, não era por causa da
807 quantidade. Para nós não importa a quantidade, era que quando chegava no
808 teto de 50 tinha que contratar um RT, um responsável técnico para assinar
809 aquele cadastro. Então, esse que era o nosso entrave e número. Nós
810 passamos por isso, o número foi extinto e para nós o preenchimento do
811 cadastro não é problema. Ressalvando o que senhor João falou aqui, de quem
812 não tem condições de fazer o cadastro, que ele lembrou muito bem, que
813 poderíamos deixar isso para o escritório regional lá, fiscal, fazer esse cadastro.
814 A ideia é muito boa, solucionou um problema que nós não tínhamos como falar
815 dele. Então, meu medo é que está ficando tão boa a proposta que vai chegar lá
816 no jurídico é vai voltar. Então, é esse o meu medo, que desde 2015...

817

818

819 **O SR. não identificado** – Vamos tirar o emprego do advogado, não é?

820

821

822 **O SR. Carlos Alberto (CBA)** – Exato. Então, desde 2015 a gente quer
823 avançar com isso. O Presidente falou muito bem dos avanços que vão ocorrer
824 pelo trâmite das coisas e eu estou vendo que está ficando muito bom. Quando

825 a gente fala que a abelha não tem limite de voar de um lado para o outro, não
826 voa não, mas ela não consegue ir do Rio Grande do Norte para o Rio Grande
827 do Sul não. Quando a gente fala de um meliponicultor que tem hoje, abelhas
828 que não poderiam criando no seu Estado e que o órgão ambiental vai
829 resguardar essa criação, porque nós vimos no passado, nos trabalhos que
830 fizemos, que não havia como levar essas abelha de volta, até mesmo pela
831 climatização delas. Elas já são filhas daquele Estado. Quando você pega ela
832 de um lugar e leva para outro tem que climatizar. Tá...? Eu como
833 meliponicultor, sem saber fiz isso, criei muitas abelhas de fora do Estado. Elas
834 não se dão bem. Morrem muitas, até que se adapte, mesmo assim com a
835 intervenção humana, diária, tá...? Intervenção diária. Se você alimenta uma
836 abelha e se você dá condições para ela, ela vai embora. Mas se você para, se
837 ela enxamear, ela morre. Aquele ambiente não é favorável para ela.
838 Principalmente nós aqui do serrado, que o nosso ambiente é pobre para as
839 abelhas. Nossas abelhas são muito pequenas. Enxames nossos são muito
840 pequenos. Lá no Nordeste são muito grandes e lá no Sul também. Mata
841 Atlântica ajuda nisso. Então, meu medo gente, é de a gente formalizar uma
842 coisa tão boa aqui hoje e ele voltar. Como o CTF é uma coisa obrigatória e já
843 resolvemos o problema de quem não consegue, eu acho que colocar
844 quantidade também é legal. Tudo que falou aqui é legal, mas se você excluir
845 isso do cadastro, vai voltar, porque ele é obrigatório. E para nós não há
846 problema. Com relação a um novo meliponicultor que vai criar uma abelha de
847 fora é um problema sério, já é proibido. Evidentemente o senhor falou bem
848 claro, que não tem estudos que comprovem. Não têm. No nosso Grupo de
849 Trabalho nenhum cientista falou alguma coisa contra, mas também não falou a
850 favor. Eu concordo com o senhor que se a gente falasse de abelha... As
851 abelhas (...) a cidade delas é na África. Não é nossa. E para nós, nós temos
852 mel em abundancia no nosso País por causa dessa abelha, ela só veio
853 favorecer o ambiente, polemiza. Final, o meliponicultor para nós, da
854 confederação, ele é o guardião das abelhas, tem que ser tratado como
855 guardião das abelhas. O fato de ele comercializar os seus produtos é
856 consequência do bonito trabalho que ele faz. Então, o bonito trabalho que ele
857 faz como guardião das abelhas, porque como ela não tem ferrão, como ela não
858 tem proteção, ela não consegue sobreviver o desmate, o acabamento da fauna
859 e da flora. Então, nós, meliponicultores, deveríamos ser pagos por criar
860 abelhas. Nós deveríamos ser pagos por criar abelhas. Nós fazemos um
861 trabalho de guardião. Muitos Estados só tem abelha com meliponicultor. Não
862 existe mais abelha na mata, de alguma s espécies e esse meliponicultor pode
863 ter feito um trabalho junto com o órgão para que voltasse essa abelha para a
864 natureza. Eu desenvolvo um trabalho de meliponicultura aqui em Brasília, na
865 Embrapa, de polinização de abelha sem ferrão em estufa, porque as abelhas
866 quando polinizam o fruto é muito mais saboroso, muito mais bonito e a
867 florescência é muito maior com relação a essa criação. Então, o meu medo só
868 seria esse, de levar para frente uma coisa que ia voltar pelo jurídico, porque
869 estamos mexendo com lei, coisa que já existe. A lei é ótima. A lei é ótima, ela
870 resguarda o indefeso, resguarda a natureza. Excelente. Nós queremos só, que
871 dentro dessa lei nós possamos estar praticando uma atividade bonita e legal,
872 porque se seguir no pé da letra hoje, eu, um meliponicultor, vou ser preso.
873 Porque exerço uma função de guardião de abelha. A minha... A (...) é muito

874 pequena, ela é consequências de não ter espaço, reproduzir muito e não ter
875 espaço, aí (...), mas a gente quer isso, ter a liberdade do lado dos órgãos de
876 fiscalização, estarmos ao lado dele para proteger essas abelhas. Obrigado.

877

878

879 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Eu que agradeço a sua posição, que eu
880 acho que é bastante esclarecedora, não é? E... Mas eu acho que a solução
881 que o João... Mas eu acho que a ideia do João é justamente para... Não é para
882 tirar da lei. Não é para mudar a lei não. A lei fica. A questão é o seguinte, é que
883 existe a realidade, como o senhor falou, que a gente obrigado todo mundo a
884 cadastrar. Muito bem. O cadastro é necessário do ponto de vista do meio
885 ambiente, porque a gente já tem controle. Sem controle eu não consigo saber o
886 que está rolando. Então, eu não posso fazer nada. Então, o cadastro precisa
887 ter... Está na lei, está tudo bem. O problema é que tem pessoas que não
888 conseguem se cadastrar, não é? Então, se não tem como... E aí a sugestão do
889 João vem a calhar para isso. Então, não me passou, acho que nem passou
890 pela cabeça (...) mudar a lei. Vamos deixar. Nós temos até uma vantagem
891 nesse caso, porque não havendo mais a CTJ, a CONJUR do Ministério do
892 Meio Ambiente é que vai fazer essa análise jurídica. Então, eu acho que
893 também o medo do advogado jogar contra, acho que não, porque vai o ser o
894 nosso advogado que vai, e ele vai saber muito claramente qual é a ideia por
895 trás e o que a gente quer fazer. Então, eu acho que dá para a gente construir
896 isso muito bem. Doutora Maurem.

897

898

899 **A SR^a. Maurem Mazaret (Secretária de Meio Ambiente)** – Eu acho que a
900 gente poderia voltar, Presidente... Maurem, Mato Grosso. No § 3º, me parece
901 que foi colocado... Perdoe, não gravei seu nome. Uma situação diferente, eu é
902 a questão da RT, que a gente... Não é nem a taxa que a gente tem comentado
903 aqui, mas a exigibilidade da RT para cima de 50. Certo? Tudo bem, mas
904 quando nós trabalhamos aqui, no § 1º, a gente trabalhou com quantitativo de
905 50, certo? Na limitação. A ideia seria isentar aqui, a taxa? Porque...

906

907

908 **O SR. Carlos Alberto (CBA)** – Carlos Alberto da CBA. Na verdade, não
909 estamos falando de taxa. Eu estava falando de exigência, de que acima de
910 uma quantidade deveria ter (...) RT. Isso nós já retiramos, já foi sanado. Agora,
911 no meu entendimento 50 seria para fazer o cadastro e no meu ver o cadastro é
912 obrigatório para todos.

913

914

915 **A SR^a. Maurem Mazaret (Secretária de Meio Ambiente)** – Para todos.
916 Então, a gente teria que mudar ali, voltando. Mudar a redação do § 3º.

917

918

919 **O SR. João Carlos Di Carli (CNA)** – Senhor Presidente, eu tenho uma
920 proposta de texto. João Carlos CNA. Primeiro eu queria agradecer ao colega
921 da nossa federação de agricultura aqui do DF e dar uma bronca. Você deveria
922 ter sido o primeiro a falar. Iria ter resolvido um bocado dos problemas que a

923 gente está tendo aqui, agora. Então, a proposta... Não será exigido, porque o
924 pensamento que a gente tinha é da TCFA, é a da taxa e não do cadastro,
925 porque nós achamos que o cadastro é importante existir. Então, não será
926 exigida a TCFA para atividade de manutenção de colônias sem finalidade
927 econômica, comercial ou econômica, e eu ainda vou mais conforme a lei. Para
928 as entidades filantrópicas e aqueles que praticamente a agricultura de
929 subsistência e as populações tradicionais, limitado a 50 colônias. Aí eu coloco
930 alguma coisa assim, da taxa. Ok? Porque a gente está botando uma regra
931 também, porque pode ser que seja uma agricultura (...), mas o cara ter 200
932 caixas, eu acho que a gente também tem que ter uma regra, um controle dessa
933 pessoa. E uma coisa que eu acho interessante é lembrar aquilo que eu tinha
934 colocado, que... Ela vai brigar comigo aqui, agora, a Maurem, é que... Colocar
935 um § 4º onde essas pessoas que são isentas deverão ter o apoio do Estado ou
936 do licenciador, não para ele ir lá atrás da pessoa, mas aquela pessoa que for
937 sofrer uma fiscalização e a critério da pessoa que está lá fiscalizando, ele
938 observar que aquela pessoa... Eu vou dar um... Um quilombola que nós temos
939 aqui, em Cavalcante aqui, que eles não têm o conhecimento, porque estão à
940 margem dessas tecnologias do conhecimento legal, dele dar o apoio. Olha, nós
941 vamos aqui pegar e vamos fazer seu cadastro, nome, endereço, quantas...
942 Entendeu? Aí você, antes do órgão dar a multa, ele chega como o braço forte
943 do Estado ajudando aquela pessoa. Vocês entenderam a minha colocação?
944

945

946 **O SR. Roberto Lorena (MAPA)** – Roberto, Ministério da Agricultura. João,
947 muito bonito, mas precisa de lei. Eu não posso revogar uma sanção (...).

948

949

950 **O SR. João Carlos Di Carli (CNA)** – Está na lei. Na lei de crimes você coloca
951 que antes da multa você pode dar uma notificação. É aí que eu estou dizendo.

952

953

954 **O SR. Roberto Lorena (MAPA)** – Então, se isso já está na lei, já existe. Mas
955 não cabe, em uma Resolução do CONAMA, você dizer ao fiscal que ele tem
956 que dar uma notificação antes.

957

958

959 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

960

961

962 **O SR. Roberto Lorena (MAPA)** – Não. Não cabe, João. Não cabe, João.
963 Infelizmente não cabe.

964

965

966 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – IBAMA, vocês que dão a multa o que
967 vocês acham da história?

968

969

970 **O SR. João Pessoa (IBAMA)** – Essa taxa é a taxa de controle de fiscalização
971 ambiental, secretário, tá...? A TCFA quer 40% do IBAMA, 60 para o Estado,

972 podendo ser dívida com os municípios. É bom esclarecer. Já tem uma isenção
973 da TCFA aqui no art. 17 da lei 10,165/2000. Tá...? A TCFA será devida (...)
974 desta lei e o recolhimento será em conta bancária por intermédio do
975 documento. Então, ficam isentas do pagamento de TCFA o art. 17, tá...? As
976 entidades públicas federais, distritais, estaduais, as entidades filantrópicas e
977 aqueles que praticam agricultura de subsistência e as populações tradicionais.
978 Então, já está na lei 10.165, não sei se a gente faria referência ou nem cita,
979 porque já está na lei a isenção, não é? Não é? Eu acho que suprimir.

980
981

982 **A SRª. Maurem Mazaret (Secretária de Meio Ambiente)** – Maurem, Mato
983 Grosso. Eu acho que dentro de todas essas observações suprime o § 3º,
984 porque é...

985
986

987 **O SR. João Pessoa (IBAMA)** – Mas o cadastro é obrigatório.

988
989

990 **A SRª. Maurem Mazaret (Secretária de Meio Ambiente)** – Mas aí ele... Aí a
991 gente não tem nenhuma excepcionalidade, ele passa a ser obrigatório para
992 todos. Se já foi suprimida a questão da RT, não tem mais a preocupação que
993 afligia o setor, e se a isenção está na lei não tem porque prevê nada aqui. Acho
994 que dentro desse conceito seria...

995
996

997 **O SR. Marcus Peçanha (MMA)** – Tenho uma pergunta de ordem prática.
998 Marcus Peçanha. Isso... A minha pergunta é do ponto de vista de fiscalização e
999 administração. Como fica aquele, enfim, sitiante que tem três colmeias na sua
1000 casa e não tem o CTF porque não soube, porque não fez, porque (...). Como é
1001 que a gente normatiza isso se a gente não disser dessa forma? Essa é a minha
1002 preocupação do ponto de vista administrativo. Não estou preocupado com aqui,
1003 com apicultor de verdade, eu estou até feliz por saber que o apicultor está feliz.
1004 Mas estou preocupado com, enfim, com o pequeno proprietário que tem uma
1005 atividade não econômica e estou preocupado se os órgãos ambientais vão ter
1006 capacidade para fiscalizar isso e sem discricionariedade. Então, com essa
1007 solução nós estamos endereçando isso? Essa é a pergunta que eu coloco.

1008
1009

1010 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Eu acho que duas coisas tem que ser
1011 levantadas aí. A primeira é uma questão de custo benefício e a gente ser mais
1012 realista que o rei, não é? É impossível qualquer órgão fiscalizar tudo e todos ao
1013 mesmo tempo. Não é essa a ideia. Não é? A ideia é fazer a coisa andar. A
1014 segunda, o segundo conceito básico do Governo é que nós não queremos
1015 estimular, de alguma forma, a indústria da multa. Então, eu vou falar uma coisa
1016 que eu já falei para... Alguns aí já ouviram umas mil vezes, mas é a seguinte, o
1017 Governo não tem dinheiro. O Governo não produz riqueza. Quem produz
1018 riqueza é a iniciativa privada. Não é? E o dinheiro do Governo é um dinheiro
1019 que, na verdade, não é nosso, é um dinheiro emprestado pelo povo. Esse
1020 dinheiro emprestado pelo povo vem de duas forma, ou vem pelo imposto, ou

1021 vem pela multa. Pela multa não nos interessa. Por quê? Multa é sempre uma
1022 coisa restritiva, é sempre para inibir alguém de fazer alguma coisa errada. Não
1023 é? Então, se a gente começar a querer, ah, vamos multar todo mundo aí?
1024 Mesmo que honestamente, assim, ah, vou ser rigoroso e vou multar todo
1025 mundo, vai parar o negócio. O cara... Não vou mais trabalhar, porque estava
1026 torta aqui já levei uma multa, não é? Então, não é esse o nosso objetivo. E o
1027 imposto? O imposto, têm duas opções do imposto, ou eu aumento o imposto
1028 para ganhar mais dinheiro, não é? Que também é inibidor. Se eu aumentar o
1029 imposto o cara vai falar: não vou mais fazer isso, tudo que eu faço vai para o
1030 Governo. Não é? Não ganho nada. Então, também não é isso. O que nos
1031 sobra? O que nos sobra é o seguinte, nós queremos que todo mundo fique
1032 rico. Se todo mundo ficar rico, todo mundo vai pagar imposto e vai rir, não é?
1033 Vamos parar de querer ficar feliz porque teve restituição do imposto de renda.
1034 Se você teve a restituição do imposto de renda é porque você é pobre. Não é?
1035 Simples assim. (...), eu queria pagar um milhão de imposto de renda. Se eu
1036 pagar um milhão de imposto de renda é porque eu ganhei 4. Pronto. Está bom?
1037 Não está bom? Não é? Então, a ideia básica é fazer as coisas andarem, fazer
1038 com eu as pessoas, os meliponários se deem... Façam a coisa certa. Agora, o
1039 quê que do ponto de vista ambiental a gente (...), a gente não pode afetar o
1040 ambiente por causa disso. Não é? Então, temos que cuidar de alguma coisa.
1041 Como você falou, há possibilidades de muita... Problema existe, teoricamente
1042 existem mil problemas possíveis, mas não há evidência científica que sim.
1043 Então, a gente pode trabalhar nisso. Enquanto não houver evidência científica
1044 de um determinado problema, eu não preciso fazer uma lei restringindo
1045 determinada coisa. Eu posso fazer uma lei que faça com que a coisa aconteça,
1046 faça com que as coisas andem. Não é? É isso que a gente quer. Foi muito boa,
1047 realmente, Carlos, não é? Carlos Alberto. Eu achei muito boa, realmente ele
1048 tem razão, você tinha que ter falado primeiro. (*Risos!*). Mas, aí a gente, é só
1049 construir uma... Um texto adequado que, por quanto, não iniba quem tem,
1050 quem está fazendo e faça a coisa andar. O pequeno tem que ser incentivado.
1051 Eu queria que todos os pequenos virassem grandes, dentro dessa filosofia.
1052 Não tem problema. Nós ficamos, então, com essa proposta de... Do terceiro, do
1053 § 3º, porque a melhor solução seria simplesmente tira-la, é isso? É essa a
1054 ideia?

1055

1056

1057 **A SRª. Maurem Mazaret (Secretária de Meio Ambiente)** – Eu vou fazer uma
1058 observação e resposta ao colega.

1059

1060

1061 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – E como é que fica quem tem três?

1062

1063

1064 **A SRª. Maurem Mazaret (Secretária de Meio Ambiente)** – E aí eu acho que
1065 o IBAMA vai concordar conosco, e o município também, no âmbito da sua
1066 fiscalização. O quê que o Estado, no âmbito da sua competência prioriza para
1067 fiscalizar? Aquilo que de fato é potencialmente poluidor ou degradador. E não é
1068 o caso de um pequeno apicultor, não é? Não está dentro das prioridades. Nós
1069 temos situações que exigem a presença do Estado. Essa é, inclusive, a

1070 justificativa para que a gente tenha modalidades diferentes de licenciamento, e
1071 dispensa, e temos decisões judiciais a respeito. Ainda que o cadastro técnico
1072 seja exigível de todas as atividades utilizadoras de recurso natural, talvez uma
1073 justificativa técnica da Secretaria de Biodiversidades possa sugerir que até 50
1074 não é uma utilização de recurso natural que exija uma fiscalização. Que exija a
1075 taxa ou que exija o Cadastro Técnico, porque não exige a fiscalização dos
1076 órgãos ambientais, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Me parece
1077 que somente assim a gente resolve a questão posta, porque na eventualidade
1078 de ser exigível de todos que utilizem, ainda que seja insignificante essa
1079 utilização, nós, órgãos ambientais, vamos multar. Aí a gente fica na
1080 discricionariedade e não tem discricionariedade para uma solicitude, a menos
1081 que tivesse muito expresso na norma que eu teria obrigatoriedade. E notificar
1082 isso, isso é questionável. A gente tem um monte de ações judiciais contra os
1083 órgãos por conta disso. Então, eu volto aqui, (...) fazer a seguinte colocação,
1084 como muitas atividades, até determinado limite é compreendido pelos órgãos
1085 ambientais como uma utilização insignificante para fins de ação fiscalizatória,
1086 ou licenciamento, ou controle, basta a gente, talvez ter uma justificativa técnica
1087 que remeta essa situação para 50 colônias. E aí eu entendo, é uma visão
1088 jurídica, mas a gente poderia consultar o CONJUR, que isso está dentro do
1089 limite de regulamentação do CONAMA, entendeu? Que é efetivamente
1090 necessário que os órgãos controlem, porque nós não conseguimos controlar
1091 tudo. E aí eu vou dizer, não é prioridade do Estado, acredito que não seja nem
1092 do município nem da União fiscalizar um pequeno apicultor.

1093
1094

1095 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – É que eu fiquei cutucado aqui, eu preciso
1096 falar uma coisa. (*Risos!*). Não, eu sou oriundo da aeronáutica. Não é? Eu falei
1097 que eu sou brigadeiro, tal. Então, o que acontece, a gente faz muito análise de
1098 risco. Análise de risco ela envolve duas... Dois fatores, o primeiro é, qual é a
1099 chance disso aqui dar errado. Não é? Isso é uma coisa. Mas tem uma segunda
1100 pergunta que é obrigatória, assim, está bom, e se der errado qual é a
1101 consequências? Não é? Aí é que a multiplicação dá um... Qual é a chance de
1102 um avião cair? É mínima, mas e se cair? Bom, se cair morre todo mundo.
1103 Então, é uma classificação de risco X. Eu, normalmente eu uso futebol e andar
1104 de... O que é mais arriscado, jogar futebol ou andar de bicicleta? Qual é a
1105 chance de você ter um acidente no futebol? É 100%, é uma pelada, você vai
1106 levar uma canelada, isso é óbvio. Não é? Mas e daí? Nada, dói, fica roxo,
1107 levanta, sacode a poeira e segue o jogo. Qual é a chance de você cair de uma
1108 bicicleta? É pequena, você não cai de bicicleta toda vez que anda de bicicleta,
1109 mas quando cai da bicicleta a consequência é bem maior. Usando isso para as
1110 abelhas, assim, qual é a chance dessas coisas das abelhas darem errado?
1111 Razoável, muito assim. Qual é a consequência disso? Poxa, é mínima, não é?
1112 Por isso a classificação de risco da abelha não pode ser... Porque qualquer...
1113 Senão a gente vai estar governando pela exceção. Ah, porque pode ter
1114 acontecido. Poxa, mas aí vai... É uma em um milhão. Não tem como fazer lei
1115 para zerar a conta, o risco sempre existe, a gente tem que trabalhar assim. Os
1116 órgãos de fiscalização, o IBAMA, ICMBio, é que são, estão atentos a estudar, a
1117 pesquisar, a descobrir eventuais falhas e a gente vai corrigir. Mas se a lei ficar
1118 querendo legislar em cima de cada pequena possibilidade, a gente não sai

1119 daqui e nunca anda. Então, a ideia é fazer a coisa andar. É claro, os erros mais
1120 grosseiros a gente está identificando, está corrigindo e vamos embora. E como
1121 ficamos, então, no § 3º? Desculpa, você pediu a palavra. Tem um microfone,
1122 puxa ele. É que ele está entortado para fora. Isso. Aí, olha. Esse não funciona?
1123 Tá...

1124

1125

1126 **O SR. Pierre Alonso** – Oi. Pierre Alonso, zootecnista formado na USP,
1127 trabalhei muito tempo com meliponicultura. Só para corroborar com o que
1128 vocês estão falando, (...) um pouquinho a meliponicultura, a imensa maioria da
1129 atividade ela é uma atividade artesanal. A produção por colmeia, o que a gente
1130 está falando, quando bem conduzida ela produz um copo de mel por ano, por
1131 colmeia. Ou seja, estamos falando de 50 colmeias elas não vão produzir 10
1132 litros. Não vão produzir 10 litros de mel por ano. Então, assim, estamos falando
1133 sobre uma coisinha ínfima, não é? E assim, outra coisa que tem que ser
1134 levando em conta nessa questão das 50... As colmeias puras, propriedades,
1135 vamos chamar assim. O seguinte, quem tiver um sítio (...) uma floresta mínima,
1136 ele tem mais de 50 colmeias, a diferença é o seguinte, nós vamos incentivar a
1137 exploração dessas colmeias na mata, na reserva legal, ou essa exploração que
1138 não é sustentável, porque acaba destruindo a colmeia, ou nós vamos pedir
1139 para ele colocar um (...), colocar uma isca, trazer o enxame para uma caixa e
1140 manter essas abelhas que estão desaparecendo. (...) um fato para lá de
1141 conhecido, que as abelhas são necessárias para polinização, que aí entra outra
1142 questão, algumas das abelhas são usadas para polinização de sementes.
1143 Então, eu não sei se isso aqui deveria estar abrangendo a situação em estufas
1144 para a produção de semente de plantas comerciais. É uma atividade que o
1145 MAPA conhece muito bem. Então, assim, só estou colocando alguns itens para
1146 reforçar um pouquinho isso daí, não é? Então, assim, até que ponto a gente
1147 quer incentivar (...) as pessoas tirem o mel de jataí da árvore, do tronco e mata
1148 o enxame, que normalmente para você tirar você tem que matar o enxame ou
1149 você vai incentivar o cara a colocar uma garrafinha (...) e ele vai trazer para cá,
1150 vai (...) o enxame e coloca na caixinha e vai ter. Aí o cara passa a ser
1151 controlado... Não é real. Não é uma situação que isso cabe... Entendeu? O
1152 cara não tem Internet, ele não tem... Estamos falando de área rural. Não vai,
1153 não acontece. E outra coisa, a preocupação com essa questão de invasora,
1154 que é um tema que pode preocupar as pessoas, a gente tem que perceber que
1155 a gente está morando em um ambiente extremamente (...). Então, assim, talvez
1156 próximo das áreas de preservação, parques e demais, a gente deva ter algum
1157 tipo de controle ou, então, até os próprios órgãos estaduais hoje, que são
1158 responsáveis, através da LC 140, o licenciamento, eles vão poder dizer melhor
1159 o que pode o que não pode. Porque uma criação de qualquer coisa no meio do
1160 canavial não vai fazer a menor diferença. Estamos falando de (...), não
1161 estamos falando de (...), não estamos falando de (...) que vai migrar. Nós
1162 estamos falando de um negócio que não voa 2 quilômetros. Não voa. Então,
1163 qualquer plantação hoje, pasto, pasto de braquiária o bicho não vai. Não vai.
1164 Então, assim, eu acho que essa preocupação não... A gente está discutindo um
1165 assunto, sabe? Criando muita dificuldade para aquilo que seria, eu considero
1166 benéfico para todo mundo, que é incentivo da meliponicultura.

1167

1168

1169 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Então, na sua opinião mantém o
1170 parágrafo?

1171

1172

1173 **O SR. Pierre Alonso** – Olha, na minha opinião eu mudaria o conceito. Se é
1174 uma coisa que você tem que incentivar, muda a filosofia. Não é? E aí vem de
1175 encontro com (...).

1176

1177

1178 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Há um limite entre... Assim, é o tal
1179 negócio, vaziar uma colônia é uma coisa. Vaziar mil colônias é outra coisa.
1180 Então, a gente, o número, aí ele faz sentido, no sentido do tamanho do impacto
1181 de gerenciamento, das coisas que acontecem. Então, não sei, aí o Carlos
1182 Alberto é que lembra do porque que deram 50, não é? Por quê que foi 50, que
1183 foi o número acordado, pacificado, aparentemente, todo mundo concordou que
1184 50 para baixo não tem problema. Mais de 50 provavelmente por isso, porque
1185 alguém entendeu que mais de 50 já poderia produzir um impacto maior, que
1186 mereceria uma fiscalização. Não é?

1187

1188

1189 **O SR. Carlos Alberto (CBA)** – Só lembrando...

1190

1191

1192 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Carlos Alberto.

1193

1194

1195 **O SR. Carlos Alberto (CBA)** – Carlos Alberto, CBA. Só lembrando que a
1196 decisão de 50 foi tomada há muito tempo atrás, essa lei é de 2004, não é?
1197 Essa Resolução é de 2004 e ela falava que acima de 50 tinha que ter um
1198 responsável técnico, para assinar aquele empreendimento, vamos dizer assim,
1199 que já seria uma coisa empreendedora. Então, esse número, foi para isso que
1200 nós já retiramos isso no passado, já passamos... Desde 2015 que a gente vem
1201 trabalhando para chegar aqui.

1202

1203

1204 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Tá... Na figura do RT?

1205

1206

1207 **O SR. Carlos Alberto (CBA)** – Sim.

1208

1209

1210 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Tá... Mas não na figura do cadastro?

1211

1212

1213 **O SR. Carlos Alberto (CBA)** – Não. O cadastro (...) concordou que ele é
1214 obrigatório e graças a Deus João nos deu a luz para quem não pode fazer o
1215 cadastro. Obrigado.

1216

1217

1218 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

1219

1220

1221 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Eu queria só dar uma olhada no 7º, por
1222 favor. Em princípio a gente vai votar, mas em princípio sim. Aí. Bom, a gente
1223 tinha feito aquela ques...

1224

1225

1226 **O SR. Roberto Lorena (MAPA)** – (...) Palavra ali. Segundo sua análise de
1227 risco. O órgão ambiental competente, segundo sua análise de risco.

1228

1229

1230 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Vírgula. Segundo sua análise de risco. É.
1231 E lá em cima, no próprio caput, segundo essa análise de risco. Ponto. Aí lá em
1232 cima, a criação de abelhas nativas sem ferrão será restrita... A gente poderia
1233 botar, será restrita, em princípio. Ou não? Essa...

1234

1235

1236 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

1237

1238

1239 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – É porque embaixo...

1240

1241

1242 **O SR. Roberto Lorena (MAPA)** – Na forma legal de se escrever você faz o
1243 caput e quando você faz um parágrafo você faz a exceção. Então...

1244

1245

1246 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Está bom.

1247

1248

1249 **O SR. João Pessoa (IBAMA)** – João Pessoa, IBAMA. Eu acho que nós
1250 temos que ter uma... Porque pode chegar na CONJUR e dizer: olha, não dá
1251 para isentar Cadastro Técnico Federal porque ele é obrigatório. Então, não tem
1252 esse corte nas 50 colônias. É tudo obrigatório. Então, eu acho que nós temos
1253 que ter uma proposta, uma sugestão. Olha, encaminha com obrigatoriedade,
1254 mas que a CONJUR analise a possibilidade de uma isenção do cadastro. Por
1255 quê? Na leitura fria da lei a atividade utilizadora de recurso natural é necessário
1256 Cadastro Técnico Federal. O que está isento é a taxa de controle e fiscalização
1257 ambiental, para aqueles... Conforme o art. 17, e também houve a isenção do
1258 responsável técnico que nós fizemos. O que poderia ser feito pela Câmara
1259 Técnica de isenções, foi realizado. Agora, o cadastro está previsto em lei,
1260 quando chegar lá nós, no artigo isentando, vai ocorrer o bloqueio pela área
1261 jurídica dizendo: opa, isso aqui, esse artigo não é possível. Então, eu acho que
1262 a gente coloca como uma consulta.

1263

1264

1265 **O SR. Marcus Peçanha (MMA)** – Marcus Peçanha. Sugestão, ouvindo a
1266 colocação do João Pessoa. É que essa Câmara Técnica delegue a SBio a
1267 justificativa para a CONJUR, que está pedindo, e que delegue a CONJUR
1268 autorização desse parágrafo ou não. De tal sorte que nós não precisamos de
1269 uma outra reunião para decidir. Então, quer dizer o quê? Se a gente... Então,
1270 quer dizer o quê? Minha sugestão é que se vote a manutenção do 3º
1271 parágrafo, que se delegue a CONJUR a... Que se a delegue a SBio a
1272 justificativa para a CONJUR e que se delegue a CONJUR a decisão sobre a
1273 constitucionalidade ou não do 3º parágrafo, de tal forma que a gente não
1274 precise, depois, deliberar sobre isso de novo. Se todos estiverem de acordo era
1275 isso que eu sugeriria que se colocasse em votação.

1276
1277

1278 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Porque aí, pelo menos a gente já
1279 assegura que a gente anda. A gente anda, vamos para frente. Não é? Claro,
1280 vão ter outros problemas, tal, vão aparecer, sempre aparece, não é? Eu fico
1281 pensando na... Só para... Fico pensando na história de que tem gente que
1282 compra uma colmeia para botar em casa para fazer um jardim para (...). O cara
1283 tem uma... Nem... Ele nem vai lá colher o mel. Ele não quer nem o mel. Ele
1284 quer só ter as abelhinhas voando lá. E aí, principalmente porque ela não tem
1285 ferrão. Não é? E (...) vai ter que fazer cadastro?

1286
1287

1288 **O SR. João Pessoa (IBAMA)** – Mas isso é importantíssimo para a questão
1289 que a Maurem colocou. Para a questão da fiscalização. Porque o fiscal... Opa,
1290 se não tiver bem claro ali ele vai chegar a uma atividade... Opa, cadê o CTF? E
1291 bota lá o enquadramento, multa. É baixa a multa, mas é uma multa.

1292
1293

1294 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Então, com isso a gente garante, segura
1295 essa (...), não é? E depois vamos correr atrás do que precisa fazer para fazer
1296 isso efetivamente funcionar. Então, bom, acho que podemos considerar esse...

1297
1298

1299 **O SR. João Pessoa (IBAMA)** – Não. Não posso considerar. *(Risos!)*

1300
1301

1302 **A SR^a. Maurem Mazaret (Secretária de Meio Ambiente)** – É só uma questão
1303 de ordem. Desculpe. Maurem, Mato Grosso. Ali embaixo a gente falou para
1304 trocar a palavra regularizada por autorizada, mas eu acho que não deu tempo.

1305
1306

1307 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Sim. Sim. Bem lembrado. Aí. Muito bom.
1308 É que já tinha falado, mas não tinha colocado. É verdade. Bem lembrado.
1309 Ótimo. Oi? Pois não.

1310
1311

1312 **O SR. Pierre Alonso** – Pierre, zootecnista. Como fica quem tem abelha no
1313 tronco das árvores no ambiente do sítio ou da propriedade? Até em casa, não
1314 é?

1315
1316
1317 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

1318
1319
1320 **O SR. Pierre Alonso** – Mas como fica a fiscalização? Tem lá no muro da
1321 casa (...).

1322
1323
1324 **O SR. João Carlos Di Carli (CNA)** – João Carlos Di Carli. A mesma coisa de
1325 eu ter um canário cantando na minha árvore. Eu não estou criando ele. Não
1326 tem nada a ver.

1327
1328
1329 **O SR. Pierre Alonso** – Isso pode ficar explícito para ajudar na fiscalização?

1330
1331
1332 **O SR. João Carlos Di Carli (CNA)** – É melhor não. Porque se tiver... Está
1333 naquela árvore, o fiscal não pode fazer nada, porque ele está no meio natural
1334 dele. Se ele levar uma multa o cara pode até ir contra o fiscal. Se ela tiver na
1335 árvore e você colocar um aquário em volta, aí sim, mas se não, se ela está no
1336 meio natural você não tem o que fazer.

1337
1338
1339 **A SR^a. Maurem Mazaret (Secretária de Meio Ambiente)** – Mas eu...
1340 Maurem, Mato Grosso. Mas eu acho que a própria Resolução, quando ela traz
1341 os conceitos ela diz qual é o escopo tratado pela Resolução, o que é
1342 obrigatório. É as caixas, a estrutura física. Então, isso exclui naturalmente
1343 aquilo que não se enquadra nos conceitos da Resolução.

1344
1345
1346 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Bom. Então, o que nós, dessa proposta
1347 toda, nós mexemos, assim, em dois artigos, no 3º e no 7º. Então, vamos voltar
1348 para o art. 3º, por favor. Aí. Dentro desse artigo, então, podemos aprovar essa
1349 proposta? Com as sugestões de encaminhamento. Repete, por favor, a
1350 sugestão de encaminhamento.

1351
1352
1353 **O SR. Marcus Peçanha (MMA)** – A sugestão é que essa proposta seja
1354 aprovada e delegada... Delegada a CONJUR, a constitucionalidade dela. Quer
1355 dizer, se a CONJUR estiver de acordo... Não, perdão. Não. A justificativa...
1356 Vamos lá, por partes. Primeira coisa, que a gente aprove o parágrafo. Dois,
1357 que a gente delegue a SBio a justificativa para o parágrafo. Três, que a gente
1358 delegue a CONJUR a legalidade, de tal sorte que se eventualmente a CONJUR
1359 entender que não pode, ele seja simplesmente excluído e a gente não precisa
1360 fazer uma outra discussão. O que me parece que faria seria sentido. Então,

1361 seriam três votações. Primeira votação: estão de acordo com essa alteração do
1362 parágrafo? Se todos estiverem, em função da, enfim, de uma aprovação da
1363 CONJUR, já ficando automaticamente excluído se a CONJUR entender que
1364 não pode? Segundo: estamos todos favoráveis a delegar a SBio a justificativa
1365 para a questão da 50 colônias? Porque a CONJUR precisa dessa justificativa
1366 para poder aprovar. Então, seriam esses três pontos que eu entendo que são
1367 prudentes votar.

1368

1369

1370 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Dessa forma a gente efetivamente
1371 garante que isso siga adiante, porque se a CONJUR... O parâmetro aí seria se
1372 a CONJUR topa ou não topa, não é? Porque a gente já está tudo ok. Mas se a
1373 CONJUR disse ok, segue do jeito que está. Se a CONJUR disser não está ok,
1374 a gente tira e segue em frente também. Ou seja, mas continua do mesmo jeito.
1375 Está bom. Quem aprova?

1376

1377

1378 **O SR. João Carlos Di Carli (CNA)** – João Carlos, CNA. Eu acho que está no
1379 Regimento Interno... E porque eu ainda estou meio enferrujado das férias, não
1380 é? Eu acho que está no Regimento Interno que a Câmara Técnica... Na época
1381 à Câmara Técnica, mas agora a CONJUR, ela tem a competência de vetar algo
1382 na Resolução por ser ilegal e apresentar na Plenária dizendo... Eu estou (...)
1383 isso porque é ilegal, não tem nem como voltar para a Câmara Técnica para
1384 (...). Ela já tem o poder de vetar e apresentar (...).

1385

1386

1387 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Mas é isso que nós estamos propondo. Se
1388 eles vetarem já fica cortado... Não, mas a gente já leva para a Plenária já sem
1389 isso aí. Já acabou. Morreu. (...) Ela devolve para pedir esclarecimento, aí volta
1390 tudo de novo. Vamos votar. Então, quem vota a favor dessa proposta? A
1391 tradição é botar (...). Então, tá... Então, fica aprovado por unanimidade a
1392 proposta do § 3º, que vai, além disso, vai delegar... A Câmara Técnica vai
1393 delegar a SBio para que ela faça o parecer técnico justificando a questão e o
1394 encaminhamento para a CONJUR. E fica estabelecido, se a CONJUR disse ok,
1395 segue do jeito que está. Se ela disse que não está ok, tira-se e já segue em
1396 frente. Perfeito? Beleza. Então, para fechar a questão só falta a gente ir para o
1397 art. 7º, por favor. Art. 7º. Então, o caput ficou intocável do jeito que está e na
1398 questão da exceção do § 1º. Então, ficou, a meliponicultor que possui colônia
1399 de abelhas fora da região de ocorrência, que é uma exceção natural, poderá...
1400 Que po... Nós trocamos. É para tirar... Era para tirar, o que possuir. Que
1401 possuir colônias. É, só tirar isso aí. Então, o meliponicultor de abelhas fora da
1402 região de ocorrência natural da espécie, poderá ter a situação das colônias
1403 autorizadas pelo órgão ambiental competente, segundo sua análise de risco.

1404

1405

1406 **O SR. não identificado** – Ficou bom não, Presidente.

1407

1408

1409 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Hã?

1410
1411
1412
1413
1414
1415
1416
1417
1418
1419
1420
1421
1422
1423
1424
1425
1426
1427
1428
1429
1430
1431
1432
1433
1434
1435
1436
1437
1438
1439
1440
1441
1442
1443
1444
1445
1446
1447
1448
1449
1450
1451
1452
1453
1454
1455
1456
1457
1458

O SR. não identificado – Ficou bom não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. Eduardo Camerini (MMA) – É, meliponicultor não precisa explicar que é de abelha. Só pode ser, não é? Está certo, muito bem lembrado. *(Risos!)*. E agora, Carlos Alberto, está bom?

O SR. Carlos Alberto (CBA) – Obrigado, está ótimo.

O SR. Eduardo Camerini (MMA) – *(Risos!)*. O meliponicultor... Tem que fazer o advogado, tem que saber que meliponicultor é de abelha.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. Eduardo Camerini (MMA) – Ah tá... O meliponicultor... É. Exato, está certo. Não é o meliponicultor. As abelhas é que... *(Risos!)*. Está certo. Está certo. Então, vai lá. O meliponicultor que po... Não. Não. Não, porque...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. Eduardo Camerini (MMA) – Tira o meliponicultor, não é? É verdade. Então, tá... Blz. Então, assim, a criação de abelhas fora da região de ocorrência ou natural... De abelhas. Criação de abelhas fora da região de ocorrência natural da espécie... De fora. De fora da região de ocorrência natural da espécie poderá ter a situação... Poderá ser autorizada. Melhor. Melhor. Poderá ser... Tira o, a situação das colmeias. Isso. Vamos lá. A criação de abelhas de fora da região de ocorrência natural da espécie, poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente, segundo sua análise de risco. Agora bateu? Agora ficou bom?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. Eduardo Camerini (MMA) – É, mas pode tirar o ‘de’ também. Fora da ocorrência da... É o ‘de’.

1459 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

1460

1461

1462 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – De espécies de abelhas de fora da região
1463 de ocorrência natural... Aí pode tirar o outro espécie logo a seguir lá. Fora da
1464 ocorrência natural, poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente,
1465 fora de sua ocorrência natural. Região de sua ocorrência natural. Não, aí está
1466 certo. De sua ocorrência... Vamos lá. A criação de espécies de abelhas fora da
1467 região de sua ocorrência natural, poderá ser autorizada pelo órgão ambiental
1468 competente, segundo sua análise de risco. Está bom? Pronto?

1469

1470

1471 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

1472

1473

1474 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – É. Agora tira o § 2 e aquele primeiro vira §
1475 Único.

1476

1477

1478 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

1479

1480

1481 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Bom. Então, tá... Vamos fazer a pergunta
1482 oficial, então, gente. O § 1º agora, quem aprova? Então, aprovação unânime
1483 do § 1. Como o parágrafo... Então, para deixar escrito. Com o § 1 praticamente
1484 anula o § 2. Então, a gente... A consequência disso é suprimir o § 2 e
1485 transformar o § 1º em § Único. Está certo? Beleza. Então, está ótimo. Oi? Pois
1486 não.

1487

1488

1489 **O SR. Juliano (Associação Novo Encanto de Desenvolvimento**
1490 **Tecnológico)** – Juliano, Novo Encanto. Eu tenho uma questão que... Só um
1491 detalhe, eu ia perguntar, tem um especialista aqui. É que no art. 2º tem a
1492 definição de abelhas nativas sem ferrão e define que essas abelhas nativas
1493 sem ferrão são da tribo meliponine. E alguns criadores me falaram que criam
1494 também de outras tribos, como a trigonine. Então, a pergunta é: essa tribo,
1495 meliponine, ela abrange todas as abelhas nativas, sem ferrão, criadas pelos
1496 apicultores?

1497

1498

1499 **O SR. Carlos Alberto (CBA)** – Carlos Alberto, CBA. Não é bem claro, mas
1500 você está certo, existem as duas tribos. Mas quando você fala de abelhas
1501 melíponas, ela abrange todas. Quando você fala, abelhas melíponas, tudo que
1502 é abelha sem ferrão está ali. Aí quando você vai aprofundando mais eu tenho
1503 as suas subdivisões. Mas quando você fala abelhas melíponas, você abrangeu
1504 todas abelhas nativas sem ferrão.

1505

1506

1507 **O SR. Juliano (Associação Novo Encanto de Desenvolvimento**
1508 **Tecnológico)** – Mas no caso aí não fala abelhas melíponas. Ele especifica a
1509 tribo meliponine, não é? Então, está sujeito... Não está, vamos dizer assim,
1510 legalizando a situação de todos os criadores de melíponas.
1511
1512
1513 **O SR. não identificado** – Eu acho melhor tirar a tribo, para que a gente
1514 facilite (...).
1515
1516
1517 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – A questão é mais de ser melípone ou de
1518 não ter ferrão? Porque se for à questão de não ter o ferrão é só botar lá, que
1519 possui ferrão atrofiado (...) social. Ponto. Aí não precisa explicar, entrar nesse
1520 detalhe, não é? Porque senão só cria mais restrição, não é? Pode ser? Então,
1521 a gente tira essa... Insetos da ordem... Ela vira apide... A família apide já está
1522 dizendo que é abelha. Certo? Então, não precisa nem entrar sobre família,
1523 tribo. Não precisa entrar nesse detalhe. Oi? Pois não.
1524
1525
1526 **O SR. Roberto Lorena (MAPA)** – Roberto, Ministério da Agricultura. A
1527 pergunta é, tirando a tribo vai haver alguma confusão com outros que a gente
1528 não quisesse que estivesse nessa Resolução?
1529
1530
1531 **O SR. Carlos Alberto (CBA)** – Carlos Alberto, CBA. Se você deixa da
1532 maneira que está, abelha sem ferrão, abrange tudo. Abelhas nativas sem
1533 ferrão, pegou todas. Aí se você coloca alguma coisa a mais vai estar pegando
1534 todas. O que o Presidente quis foi simplificar a frase.
1535
1536
1537 **O SR. Roberto Lorena (MAPA)** – Então, a gente pode tirar a tribo e que nós
1538 tirando ali a tribo, nós não estaremos acrescentando alguma coisa que não se
1539 queira?
1540
1541
1542 **O SR. Carlos Alberto (CBA)** – Não. Está resguardando...
1543
1544
1545 **O SR. Roberto Lorena (MAPA)** – Está bom.
1546
1547
1548 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Pois não, Mário.
1549
1550
1551 **O SR. Mário Cardoso (CNI)** – Eu só gostaria... Marília, você confirma isso? A
1552 gente pode tira a tribo sem prejuízo? É isso que eu não estou... Eu estou
1553 inseguro em relação a isso.
1554
1555

1556 **A SR^a. Marília (MMA)** – Eu também estou insegura. Eu não tenho certeza. Eu
1557 acho que a gente está ampliando o número de espécies. Aqui a gente está
1558 falando de quase 300 espécies de abelhas. Pode ser que ao retirar a gente
1559 esteja ampliando esse número de espécies, mas eu consultaria os
1560 especialistas. Eu não...

1561

1562

1563 **O SR. não identificado** – Porque o que ele colocou foi uma outra tribo.

1564

1565

1566 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – A Célis está aí? Oi Célis?

1567

1568

1569 **Senhora Célis** – A minha sugestão como especialista é manter tribo
1570 meliponine, porque isso não foi ponto de confusão nenhuma das discussões
1571 anteriores.

1572

1573

1574 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Não, mas a questão que ele levantou é o
1575 seguinte, que tem uma outra tribo que também se encaixa nisso e também
1576 produz mel.

1577

1578

1579 **Senhora Célis** – Eu posso ver a definição para vocês, para facilitar. Na
1580 verdade, meliponine é muito amplo. É muito amplo mesmo.

1581

1582

1583 **O SR. não identificado** – Um momento. É porque uma pessoa que é também
1584 da área ambientalista, mas que também trabalha com os pequenos produtores,
1585 me falou que eles também criavam da tribo trigonine e que não está... E ele
1586 queria saber se essa tribo se enquadrava dentro disso aí.

1587

1588

1589 **O SR. Carlos Alberto (CBA)** – O que eu vejo é quando você fala abelha sem
1590 ferrão você engloba todas. Todas as tribos. Nós temos até as antissociais,
1591 vamos dizer assim. Temos as sociais e as não sociais.

1592

1593

1594 **O SR. não identificado** – Pois é, mas aí a restrição...

1595

1596

1597 **O SR. Roberto Lorena (MAPA)** – Da forma que está escrito ali, não. Da
1598 forma que está escrito ali, embora esteja abelha sem ferrão e tem dois pontos.
1599 Então, é restritivo àquelas que estão escritas ali. Não são todas.

1600

1601

1602 **O SR. Carlos Alberto (CBA)** – Concordo com o senhor. Mas o que eu estou
1603 falando é que, quando tira o que o presidente propôs tirar, englobou todas as
1604 espécies de abelhas nativas sem ferrão. Aí (...).

1605
1606
1607
1608
1609
1610
1611
1612
1613
1614
1615
1616
1617
1618
1619
1620
1621
1622
1623
1624
1625
1626
1627
1628
1629
1630
1631
1632
1633
1634
1635
1636
1637
1638
1639
1640
1641
1642
1643
1644
1645
1646
1647
1648
1649
1650
1651

O SR. Eduardo Camerini (MMA) – Sem ferrão e hábito social. E aí fecha. Atendendo as duas características, tudo bem. Por favor, Mateus.

O SR. Mateus (SBio) – Mateus, SBio. A classificação taxonômica da espécie está mudando, mas atualmente trigonine e meliponine está tudo englobado em meliponine. Não tem essa divisão em duas tribos. As (...) também são meliponine, atualmente.

O SR. Eduardo Camerini (MMA) – Então, do jeito que está, está tranquilo. Todo mundo, quem tiver trigonine...

A SR^a. não identificada – Sim, porque, inclusive o que difere elas é como é a construção interna do ninho. Não é a questão do ferrão.

O SR. não identificado – Ótimo, era só esclarecimento.

O SR. Eduardo Camerini (MMA) – Está bom. Está ótimo. Eu acho que esse assunto pode se dar por encerrado, não é? Tivemos sucesso, conseguimos aprovar. Com certeza vai ter uma ideia melhor para frente e com essas três providências ditas, não é? O parecer da SBio, o parecer da CONJUR e a aprovação do documento. Então, eu agradeço a todos aí, por essa primeira. Nós temos... O segundo é um assunto que pode ser fácil, pode ser difícil, depende da coisa, eu acredito que seja fácil, porque ele andou bastante. Eu só não sei se vocês gostariam de começar agora, porque já são 11 e meia ou vai para o almoço e depois volta. Faz uma primeira introdução, talvez? Pode ser? Vamos tocar. Quanto mais cedo, mais cedo, acaba mais cedo. Está bom. Então, é o seguinte, eu vou fazer uma, muito pequena introdução do assunto e depois vou passar para a CNI fazer a apresentação de tudo que foi desenvolvido nesse sentido. Basicamente foi feito uma proposta de alteração de uma Resolução 411 do CONAMA, que dispõe sobre o procedimento para inspeção de produtos, de subprodutos florestais madeireiros de origem nativa. O que aconteceu? Aparentemente essa fiscalização, essa inspeção, tem gerado problemas diversos e alguns no parecer da CNI, desnecessários. Não é? E por isso ele deu origem. Eu acho que você tem uma apresentação aí para fazer, não tem?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

1652 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Mas primeiro vamos dizer o problema.
1653 Qual foi o problema que gerou toda essa confusão, não é? Então, passo a
1654 palavra a CNI, por favor.

1655

1656

1657 **O SR. Mário Cardoso (CNI)** – Vamos lá, obrigado secretário. Vamos partir de
1658 uma premissa, a premissa que todo mundo está junto no desafio de combater o
1659 desmatamento legal e a exploração madeireira ilegal. Isso é importante, não
1660 somente para a sociedade como um todo, mas também para o setor que está
1661 legalizado, porque existe uma concorrência desleal nesse processo. A questão
1662 do combate, dos instrumentos de combate, eles vem melhorando com o passar
1663 do tempo. Antigamente era feito tudo a papel, a gente teve uma... A introdução
1664 do sistema eletrônico e hoje a gente tem o Sinaflor, está o André que está... O
1665 André e o João Pessoa, que trabalham especificamente no Sinaflor, que é o
1666 sistema integrado que está previsto, inclusive na nossa... No nosso Código
1667 Florestal, a lei 12651. Com base nisso o que a gente precisa fazer. Fora as
1668 ações de combate e controle, de comando e controle que o IBAMA já faz, a
1669 gente tem que melhorar o ambiente para quem quer ser legal, não é? Tornar o
1670 ambiente mais favorável, porque se a gente não fizer, se a gente começar a
1671 criar restrições, restrições desnecessárias que não vão ter o impacto na
1672 questão da legalidade, da exploração legal de madeira, a gente vai
1673 desestimular essas pessoas para que elas continuem na sua atividade. E se a
1674 gente tirar o legal da atividade a gente vai ficar a mercê da ilegalidade. É ponto
1675 pacificado. Com base nisso, no ano 2018 o setor florestal representado pelo
1676 Fórum Nacional das atividades de base florestal, ele fez uma proposta de
1677 alteração do anexo da Resolução 411, tornando o descritivo dos cortes de
1678 madeira mais sintético, para facilitar, inclusive o processo de fiscalização, e
1679 diminuir a discricionariedade do próprio fiscal, e melhorar também, o
1680 entendimento por parte do madeireiro, porque a questão era muito complexa,
1681 às vezes, a gente tinha o desentendimento entre fiscal e madeireiro na hora da
1682 fiscalização em campo. Enviamos essa Resolução para o CIPAM, foi aprovado
1683 por unanimidade, tá...? Só que foi decidido, nessa reunião, que passaria para a
1684 reunião da Câmara Técnica na sequência. Foi feita a reunião da Câmara
1685 Técnica de florestas em maio de 2019, no ano passado e deliberado o quê?
1686 Que IBAMA, Serviço Florestal, Ministério do Meio Ambiente, se reuniram com o
1687 setor madeireiro para tornar a proposta mais entendível, mais fácil para ser
1688 entendida, tanto por fiscalizado quanto fiscalizador, porque se a gente criar
1689 uma proposta de resolução que tem o entendimento divergente, a gente não
1690 vai criar o tal do ambiente de negócio favorável. A gente vai criar insegurança
1691 jurídica. Então, com base nisso, de maio do ano passado até hoje, a última
1692 reunião foi dia 22 de janeiro passado, a gente vem (...) em reuniões várias. O
1693 Governo do Mato Grosso também participou, a Maurem que está aqui com a
1694 gente também participou, porque também tem a parte do Estado na
1695 fiscalização e na gestão florestal, aí com destaque para Mato Grosso e para o
1696 Pará, que tem sistemas próprios de gestão florestal. Veio vindo esse (...), esse
1697 arredondamento da matéria e aí o que foi definido na última reunião de Câmara
1698 Técnica é que essa proposta seria trazida para essa próxima reunião, que
1699 depois teve toda a mudança, a mudança de Regimento do Conama e a reunião

1700 é essa de hoje. Então, o que tem? Tem uma mudança principal no anexo e a
1701 mudança no texto da redação...

1702

1703

1704 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Desculpa. Eu queria que a CNI
1705 apresentasse o problema. Não é? E depois nós vamos fazer a análise técnica,
1706 que o IBAMA vai se manifestar para falar alguma coisa. Como eu sou médico
1707 (...). Você chega, aí, está doendo aqui. Está doendo aqui, que vai para cá e tal.
1708 Aí pede os exames. Os exames é o IBAMA, o raio X e vai... Então, explica
1709 bem, deixa claro para todo mundo, porque como tem muita gente nova aqui.
1710 Então, é importante só para atualizar qual era o problema, o que estava
1711 pegando?

1712

1713

1714 **O SR. Mário Cardoso (CNI)** – Ok. Então, nada melhor do que o pessoal do
1715 setor para falar quem está sofrendo na pele o próprio problema, se alguém do
1716 Cipem ou do Fórum puder comentar sobre a questão, a dificuldade posta.

1717

1718

1719 **O SR. Rafael Mazon (Presidente do Cipem)** – Bom-dia a todos! Rafael
1720 Mazon. Sou representante diretor do Fórum nacional de Base Florestal e
1721 também Presidente do Cipem, da parte florestal do Estado do Mato Grosso. A
1722 problemática nossa com relação a isso era discricionariedade com relação à
1723 nomenclatura da forma em que o órgão apresentava para o setor o trabalho de
1724 uma, vamos falar assim, transformava os produtos florestais em tábua, sáfaro
1725 e, muitas vezes o mercado tem outro entendimento, entendeu? E como vocês
1726 sabem a madeira tem problemas de intemperes, se você secar, e com relação,
1727 como vocês vão ver depois, na apresentação aí, tinha ajustes muito próximos
1728 que dava dupla interpretação para um fiscal em uma fiscalização e, muitas
1729 vezes também para o consumidor final, nosso, que vai comprar esses produtos
1730 em São Paulo, e tudo mais. Entendeu? Então, o que a gente quer? Que a
1731 fiscalização vai continuar...

1732

1733

1734 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Não diga o que você quer. Você está
1735 trazendo o problema. Está doendo aqui. Quem vai dizer o que é... *(Risos!)*.
1736 vamos ver assim, vocês tem... Então, deixa eu resumir, basicamente é o
1737 seguinte, foi o que foi me trazido. O problema assim, a Legislação ela, como
1738 muita legislação no Brasil, eles entram em muito detalhe. O cara faz tanto
1739 detalhe que torna impossível o cumprimento da lei, porque tem tanta coisa ali
1740 que, caramba, não dá. E nesse caso aí, particularmente, ele começa do
1741 glossário, o que é uma viga, o que é um vigote, o que é um caibro, o que é um
1742 (...), e se tem 2/5 por 4 cm, outro tem 4/5 por 3. E entra em um detalhamento
1743 tão grande que quando chega... Até me mostraram um filminho de um
1744 caminhão de madeira que foi parado pela polícia rodoviária e o cara estava lá
1745 com a carga de madeira, com a nota fiscal, com o DOF, com tudo certinho,
1746 mas... Então, o volume estava certo, o número estava certo, a proporção de
1747 casca, não sei o que, estava tudo, tudo, tudo legal, entretanto o policial olhou a
1748 madeira e falou: isso aqui não é viga. Isso é vigote. Pronto. Prendeu a carga,

1749 prendeu o motorista, não é? Que estava fazendo tudo legal, não é? Foi assim,
1750 por quê? Ah, porque ele, como ele falou que a questão é ambiguidade, quer
1751 dizer, a lei dá margem. Para o policial rodoviário aquilo é viga e para a Nota
1752 Fiscal é vigote. Não é? Então, assim, será que isso é necessário? Será que
1753 isso era preciso chegar nesse nível de detalhamento para a coisa fluir? Não é?
1754 Ou será que bastaria uma coisa um pouco mais simples? Então, essa foi a dor.
1755 A dor que ele tinha era essa, não é? Aí levaram o caso ao IBAMA, que
1756 capitaneou um trabalho de grupo para tentar esclarecer a situação. Então,
1757 passo a palavra agora ao IBAMA, por favor.

1758

1759

1760 **O SR. João Pessoa (IBAMA)** – João Pessoa, IBAMA, Diretor da (...). Bem,
1761 com o comando que foi dado na última reunião da Câmara Técnica, o IBAMA
1762 coordenou esse processo, fez várias reuniões com o setor Serviço Florestal,
1763 CNI, ABEMA, não é? Representada pelo Mato Grosso e nós avançamos em
1764 uma proposta que eu acho que é muito importante. Eu acho que o regulado e
1765 os órgãos reguladores, eles têm que estipular regras claras para a atividade. E
1766 isso não estava ocorrendo, pelo que foi colocado e nós concordamos. Não
1767 interessa para a nossa atividade de fiscalização, que aquela madeira seja viga
1768 ou vigota. O que nos interessa é a origem legal dessa madeira e o volume. E é
1769 isso que nós estamos colocando nessa proposta. O setor ambiental ele vai
1770 ganhar toda a rastreabilidade, que é o que nos interessa, e o setor de produção
1771 vai ter um processo mais claro e tirar muito das análises discricionárias do
1772 agente, que... Há, mas isso aqui não é isso, é outra coisa. Muita, apreende a
1773 carga, muitas vezes isso retorna ao IBAMA, que em uma análise mais
1774 aprofundada libera a carga, mas ali já foi todo o desgaste para a empresa, o
1775 prejuízo e o descrédito colocando que essa madeira é ilegal. Então, o que nós
1776 sugerimos, secretário? O André fazer a apresentação da proposta. Eu não sei
1777 se faríamos agora. E abriríamos aí, para os Conselheiros, para análise. Eu vejo
1778 uma grande vantagem desse trabalho que foi feito, porque nós já chegamos
1779 com uma proposta que já foi analisada pelas áreas técnicas, tanto do órgão...
1780 Dos órgãos estaduais, do IBAMA, da própria... Do próprio Serviço Florestal.
1781 Então, nós temos uma proposta bem mais redonda e nós não perdemos tempo
1782 nessas discussões de (...) muito técnico, aqui na Câmara Técnica. Claro que
1783 isso, a proposta é para ser submetida aí, a análise da Câmara Técnica. Mas
1784 seria isso, se o senhor autorizar, a gente faria a apresentação agora.

1785

1786

1787 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Ainda temos 20 minutos para o meio-dia.
1788 Acho que cai bem, não é? Então, André.

1789

1790

1791 **O SR. João Henrique (D-CONAMA)** – Com licença, posso me manifestar,
1792 senhor Presidente?

1793

1794

1795 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Pode.

1796

1797

1798 **O SR. João Henrique (D-CONAMA)** – João Henrique, D-Conama. Só queria
1799 solicitar e agradecer a participação do pessoal que ajudou no trabalho da...
1800 Sobre abelhas, não é? E aí eu queria solicitar também que deixasse
1801 disponibilizada a mesa para quem for trabalhar agora com madeira, não é?
1802 Para que a gente tenha a mesa mais livre e o pessoal possa participar. Certo?
1803 Então, eu gostaria de pedir, educadamente, uma licença.

1804
1805

1806 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Tem alguém da madeira que está sentado
1807 aí retaguarda? Todo esse pessoal é madeira? Então, por favor, vamos
1808 ocupando as cadeiras aí, dentro do possível.

1809
1810

1811 **O SR. João Henrique (D-CONAMA)** – Muito obrigado.

1812
1813

1814 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Cadê o André. André, você vai ficar aí,
1815 sentadinho? Está bom. (*Risos!*).

1816
1817

1818 **O SR. André Sócrates (IBAMA)** – Querem que eu fique em pé?

1819
1820

1821 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Não, fique a vontade.

1822
1823

1824 **O SR. André Sócrates (IBAMA)** – Poderia ficar. André Sócrates,
1825 Coordenador-Geral de Monitoramento, Controle da Biodiversidade e Comércio
1826 Exterior do IBAMA. Eu vou fazer uma apresentaçõzinha só para a gente
1827 alinhar em relação ao que foi feito nesse trabalho de maio até agora. Vou pular
1828 os dois primeiros slides, porque estão os problemas que já foram ditos aqui a
1829 gente vai direto para os pontos em que a gente trabalhou. Então, eu acho que
1830 eu posso passar pela parte da problemática. Por favor. Sim. Bom, primeiro
1831 ponto que foi ajustado na norma inteira foi nomenclatura. Então, onde estava
1832 produtos, subprodutos florestais madeireiros, se incluiu produtos florestais
1833 brutos e processados, porque tinha dois nomes distintos, a norma já trazia
1834 produtos florestais brutos, e processados, e produtos... E subprodutos florestais
1835 madeireiros. Então, a gente padronizou para produtos florestais brutos e
1836 processados para a norma inteira. Então, foi a primeira mudança. Na segunda,
1837 a segunda mudança foi: a conversão deve indicar a transformação para o
1838 produto principal, o limite do coeficiente de rendimento volumétrico previsto no
1839 Anexo II, incluindo os resíduos. Esse era um ponto que tinha sido previsto,
1840 faltava um item de conversão, que era de madeira serrada para madeira
1841 beneficiada. E esse item de conversão, foi levantado um estudo feito pela
1842 própria Secretaria, e está no Anexo II, que é o que a gente vai chegar lá, e a
1843 gente vai ver definido, e marcado. Próximo, por favor. A classificação, a outra
1844 alteração que foi feita, a classificação de produtos florestais madeireiros brutos
1845 processados deverá observar o nome científico da espécie em questão,
1846 devendo Estados adotarem essa lista padronizado do IBAMA. Então, essa de

1847 novo, olha, é a mudança de produtos florestais brutos e processados. O que eu
1848 trouxe aqui foi outra mudança que foi feita lá no § 1º do art. 9º. Próximo. Aqui o
1849 art. 9º é onde entra a principal alteração que... Da parte que foi colocada pelo
1850 IBAMA, que é em relação à rastreabilidade. Então, qual é o histórico desse...
1851 Dessa questão no passado? Foi definido, lá no passado, em 2006, foi definida
1852 aquela tabela de produtos, porque não se existia rastreabilidade. Então, uma
1853 forma de ter alguma rastreabilidade na época que os sistemas estavam
1854 começando, era fazer com que os produtos pudessem ter subclassificações.
1855 Uma ripa, ele tem um valor diferente, por exemplo, de uma prancha, não é? No
1856 mercado. Então, como não se existia rastreabilidade, era preciso com que a
1857 gente, na época, nem era do IBAMA ainda, mas na época era preciso que
1858 existisse esse tipo de rastreabilidade. Entretanto, como foi dito pelo CNI, o
1859 Sinaflor está em operação desde 2018, ele trabalha com esse foco em
1860 rastreabilidade, onde que se conhece origem e, a partir do Sinaflor toda a
1861 rastreabilidade ali, até o destino final, ela é possível ser feita ali, a partir de
1862 sistemas de controle. Então, na prática, tendo a rastreabilidade você consegue
1863 saber que aqueles produtos, seja ele de diferentes bitolas, vieram da origem
1864 específica, que ela foi analisada e ela é legal. Então, se tornou possível, com a
1865 evolução das ferramentas hoje em dia, com que pudesse ser agregar aos tipos
1866 de diferentes bitolas de madeira serrada, e no tipo único, desde que a gente
1867 tivesse a rastreabilidade. Então, aí traz o Sinaflor, os sistemas eletrônicos
1868 estaduais integrados deverão conter mecanismos de rastreabilidade. A gente
1869 fala de sistemas estaduais integrados porque nós temos 6 sistemas
1870 integrados... 8 sistemas integrados ao Sinaflor e mais dois integrados ao
1871 módulo de transporte, que é o sistema DOF, não é? Que são os sistemas do
1872 Pará e do Mato Grosso. Então, o que identifica os produtos brutos e
1873 processados, desde sua origem até o seu destino final. Então, que ele olharia a
1874 rastreabilidade. Nesse texto aqui eu não trouxe uma última mudança que o
1875 setor pediu, que talvez a CNI deva apresentar. A gente até se reuniu antes,
1876 mas aí a gente deixa para quando a CNI for apresentar a mudança. E aí o
1877 IBAMA, o § 9º coloca que os parâmetros vão ser definidos depois, porque a
1878 gente tinha pensado, vamos definir esses parâmetros em reunião. Parâmetros
1879 de rastreabilidade é algo muito técnico que pode ser definido fora desse
1880 ambiente, não precisa estar na norma, não é? Então, a gente definiu que os
1881 parâmetros seriam definidos pelos órgãos... O IBAMA, os órgãos ambientais,
1882 em conjunto com o setor, para definir quais seriam os parâmetros corretos que
1883 entrariam no sistema, já que não é só o Sinaflor que faz todo o controle de
1884 rastreabilidade. Tem os sistemas do Pará e do Mato Grosso também. O § 10
1885 diz que estariam dispensados da emissão de documento e transporte os
1886 produtos que se enquadram no item 17. O item 17 são os produtos acabados.
1887 O IBAMA, a Norma Federal já não controla produtos acabados, mas ele estava
1888 gerando uma confusão com a madeira beneficiada, que é o que vem logo
1889 depois. Então, para que fique claro e não há interesse do IBAMA em controlar
1890 produtos acabados. O que são produtos acabados? Uma cadeira. Uma mesa.
1891 Não é? Então, não há interesse de fazer esse tipo de controle. É muito
1892 complexo. Você faria... Quais seriam os fatores de convenção? Não tem como
1893 entrar nessa discussão. Então, não há o interesse de controlar produto
1894 acabado e não estava claro isso na Norma. Então, a gente inclui esse não
1895 interesse em fazer o controle do produto acabado, tá...? Próximo. E aí no

1896 Anexo 7º, tem uma outra definição. Tinham vários produtos que eles tinham
1897 uma característica de produto acabado e que no ato do processo fiscalizatório
1898 eles eram confundidos com madeira serrada. Então, na época do CONAMA, na
1899 CONAMA 4...

1900

1901

1902 **O SR. Eduardo Camerini (MMA) –** Você pode dar um exemplo?

1903

1904

1905 **O SR. André Sócrates (IBAMA) –** Um exemplo, eu vou dar. Um exemplo é o
1906 dec pisos, por exemplo, rodapé é o melhor exemplo de todos. O rodapé ele e
1907 confunde com a ripa. Hoje em dia se você for ver, um rodapé ele é todo
1908 quadrado, não é? Igualzinho uma ripa. E aí havia, no passado, transportes e
1909 aí o caminhão era parado, multado, porque ele estava fazendo sem, que ele
1910 dizia que era rodapé e o fiscal falava que era ripa. Então, a gente incluiu... Isso
1911 já tinha sido incluído no CONAMA a pedido do setor, para eu diminuísse a
1912 insegurança jurídica do setor. Só que o que a gente fez foi transformar em
1913 madeira... Nesse tipo madeira beneficiada, todos os outros tipos que estariam
1914 classificados como dec. Esses produtos que se confundiam, eles continuam
1915 com a necessidade de emitir o documento de origem florestal, mas, entretanto
1916 com uma única classificação, que é o problema que foi apresentado por eles. O
1917 problema que eles apresentam é que a confusão nessa classificação depende
1918 do uso em que o setor quer dar. Então, se... Quem vai saber que tipo de
1919 produto é são eles, não o órgão ambiental. O que a gente precisa saber é que
1920 a origem ela é legal. Então, esse é o mais importante. Então, foi juntado nessa
1921 norma todos os tipos de madeira beneficiada, assim, chamamos eles, aqueles
1922 tipos em que eram quase produtos acabados, mas sujeitos a emissão do
1923 documento de origem florestal, que atende a demanda do setor, e também a de
1924 controle. Próximo. Mas, criando o tipo, madeira serrada e criando o tipo
1925 madeira beneficiada, a gente precisava de um fator de conversão. O fator de
1926 conversão é o seguinte, se você entra e quer... A diferença da madeira serrada
1927 para a beneficiada, não é? Você entra ali com a madeira serrada no seu estado
1928 bruto e ele passa ali com lixa, abalamento e tem uma perda no volume desse
1929 produto florestal. E aí quem definiu o percentual ali foi a partir de um estudo
1930 que foi feito pela Secretaria, depois vocês podem até comentar, em que achou
1931 os 82% como um dado tecnicamente correto para esse caso. E a gente, de fato
1932 foi fazer uma consulta dentro do sistema de controle, dentro do sistema
1933 Sinaflor, e a gente viu que, de fato, as conversões indicadas lá eram muito
1934 próximas desse número. Então, é um número que encaixa muito bem e vai
1935 muito na linha do que foi estudado pela Secretaria. Próximo. Próximo. E aí só
1936 mostra a madeira beneficiada lá, a definição da madeira beneficiada e os tipos
1937 ali, que estavam... Que já estavam na norma no passado, que já estavam na
1938 CONAMA e que eles... Que fazem parte agora, desse novo conceito de
1939 madeira beneficiada. Próximo. E aí a grande alteração para o setor, que é no
1940 Anexo 7, no glossário. Essas dimensões elas deixam de existir. Tudo é
1941 madeira serrado. Então, ali o que se fazia em uma fiscalização, o usuário ele
1942 precisava de uma vigota, por exemplo, exatamente se encaixasse dentro
1943 daquele parâmetro. Um centímetro a mais ou a menos, ele era outro produto e
1944 estava sujeito ao processo fiscalizatório. Então, desde que se tenha um

1945 processo de rastreabilidade, se tenha garantia da rastreabilidade, uma
1946 integração de sistemas, isso é importante. Se você não tem integração de
1947 sistema você não tem rastreabilidade e a rastreabilidade que está sendo
1948 implementada ela é eletrônica, não é? Você consegue fazer esse controle e
1949 pode se abrir mão aí, das subclassificações. Tudo isso aqui se transformaria
1950 em madeira serrado. Próximo. É isso. Então, basicamente as madeiras
1951 serradas foram unidas em um único conceito, madeira serrado. Aquelas que
1952 eram consideradas beneficiadas, quase como um produto acabado, elas
1953 entraram como madeira beneficiada e se requereu a origem aqui, do produto
1954 florestal, em um modelo de rastreabilidade que vai ser definido a posteriori, e
1955 assim foi feito nessa Resolução. Muito obrigado.

1956
1957

1958 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Obrigado a você. Pergunto se alguém
1959 gostaria de... Algum Conselheiro gostaria de falar? Abro a palavra. Tá... Mário,
1960 por gentileza.

1961
1962

1963 **O SR. Mário Cardoso (CNI)** – Essa é a mesma proposta, é a proposta que foi
1964 encaminhada para o CONAMA no dia 20 de janeiro passado, foi o dia da
1965 convocação, que está em tela, que foi publicada no site, essa que o André
1966 colocou como PowerPoint aqui, como modelo de apresentação. Mas depois
1967 dessa proposta, mais uma reunião com o setor, com o IBAMA, com o Serviço
1968 Florestal, que teve modificação de 4 palavras dentro da proposta inteira. Tá...?
1969 Então, eu acho que era interessante a gente colocar a proposta mesmo, para
1970 que a gente pudesse elencar quais esses pontos (...).

1971
1972

1973 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Sim, nós vamos. Nós vamos... Nós vamos
1974 colocar e aí a gente depois passa para todo mundo ver direitinho, paripassu,
1975 está bom? Maurem, por favor.

1976
1977

1978 **A SR^a. Maurem Mazaret (Secretária de Meio Ambiente)** – Eu vou ser bem
1979 rápida, até para que a gente possa verificar essas inserções. É só para
1980 colaborar na contextualização de tudo que nós fizemos. Com as demandas que
1981 recebemos do setor, o órgão estadual tinha uma especial preocupação,
1982 primeiro na questão do controle, a gente converge com o que disse o IBAMA e
1983 também com a imagem do País, não é? Por quê? Porque toda vez que se
1984 apreende uma carga de madeira, a mensagem que se passa do Brasil é sobre
1985 licitude. Em diversos encontros que nós tivemos, a gente tem o melhor sistema
1986 do mundo, estadual... Do Governo, e aí tanto DOF quanto os nossos Sisfloras
1987 dos Estados são classificados assim, porém a gente não tem a confiança no
1988 mundo para que nosso produto possa ser adquirido com o mesmo preço de
1989 outros países. Então, a gente queria mudar um pouco essa perspectiva. Sob
1990 que ótica? Exatamente porque muitas cargas que eram apreendidas, cuja
1991 mensagem era de licitude do produto, elas tinham um viés, na verdade, de
1992 interpretação da norma, como os exemplos que já foram citados. Mas para que
1993 a gente pudesse de alguma forma melhorar, havia uma preocupação, e aí eu

1994 queria destacar onde o Estado de Mato Grosso atuou, uma preocupação com
1995 os índices de conversão e de que essa alteração pudesse, além de precarizar
1996 o controle, também gerar créditos virtuais. Não é? Então, o índice de conversão
1997 que foi aplicado, como explicou o André Sócrates, era uma preocupação de...
1998 Qual era a alteração a partir do momento em que eu converto um produto
1999 serrado em outro subproduto. Por isso o Estado de Mato Grosso, vamos dizer
2000 assim, praticamente sequestrou a nossa professora da Universidade Estadual.
2001 E a professora Tatiana, nos últimos três anos, está cedida para a Secretaria, e
2002 fez um trabalho técnico, que eu queria que ela pudesse rapidamente justificar
2003 aos senhores, para quem não conhece, porque tudo isso teve um subsídio
2004 técnico em campo, feito no Estado de Mato Grosso, por uma professora da
2005 Universidade Estadual de Mato Grosso, em apoio a Secretaria de Estado, e
2006 tudo isso em conjunto com o setor, e também com o Serviço Florestal
2007 Brasileiro, e o IBAMA, para que vocês possam compreender um pouquinho,
2008 que tudo isso saiu de um trabalho extenso. Então, professora Tatiane, eu
2009 queria que você pudesse explicar um pouquinho, rapidamente.

2010
2011

2012 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Você tem alguma coisa para projetar,
2013 não? Se tiver a gente coloca. Fique à vontade.

2014
2015

2016 **A SR^a. Tatiana Paula** – Eu não sei... Bom-dia a todos. Meu nome é Tatiana
2017 Paula, sou professor titular da Universidade do Estado de Mato Grosso e sou
2018 doutora na área de ciência e tecnologia da madeira. Talvez tenha sido isso que
2019 motivou a minha acessão para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente.
2020 Então, a partir da minha acessão a gente vem desenvolvendo os trabalhos
2021 técnicos científicos, todos amparados nas normas técnicas da academia
2022 também, e com trabalhos diários em campo e trazendo todas as informações,
2023 embasada não só em dados de campos, mas também em uma análise
2024 estatística para comprovar todo o estudo. Então foi motivado o start para o
2025 estudo do CRV no Estado de Mato Grosso e em seguida para entender o
2026 estudo para alteração da Resolução, nós passamos para a parte de conversão
2027 da transformação. Quanto efetivamente gerávamos a conversão do desdobro,
2028 do desdobramento da madeira em tora para um produto serrado e esse
2029 produto serrado é um produto acabado. No caso classificado agora como
2030 madeira beneficiada. Então, nós chegamos ali ao índice médio de 82%,
2031 ressaltando a importância de avaliar vários empreendimentos, para que tivesse
2032 uma amostragem bem representativa dentro do Estado de Mato Grosso. E eu
2033 tenho dados, estão aqui, mas eu não sei se convém apresentar agora, mas a
2034 temática foi toda levantada, com todo o amparo técnico e científico, para que a
2035 gente pudesse chegar a resultados muito precisos. Obrigada.

2036
2037
2038
2039
2040

O SR. Eduardo Camerini (MMA) – Obrigado. Mário, você quer falar de novo
ou não? (*Risos!*). Está bom. Mais alguém gostaria de falar alguma coisa? Oi?
Pois não, por favor.

2041 **O SR. Roberto Lorena (MAPA)** – Só para informar que o Serviço Florestal
2042 Brasileiro me passou a posição de que está perfeitamente alinhado a proposta,
2043 que trabalhou junto e que está em total apoio a proposta.

2044

2045

2046 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Excelente. Eu sei que isso está bem de
2047 acordo com a ideia nossa de fazer, facilitar a vida dos honestos, dos legais e
2048 combater os ilegais. Não é? E essa diferenciação é que precisa ser feita cada
2049 dia que passa, não é? Então, realmente, como ela falou, a Doutora Maurem,
2050 (...) multar, prender um caminhão e sugere que houve uma ilegalidade. Então,
2051 em vez de agregar valor, tira valor. Não é? O Ministério do Meio Ambiente, por
2052 sua vez, eu até brinco com o pessoal, eu falo assim, nós não produzimos
2053 riqueza. Nós somos o freio. Mas, a gente deixou de ser um freio de mão
2054 puxado, que não deixa o carro andar. Biodiversidade, em termos de Brasil é
2055 uma Ferrari. A gente tem uma enorme biodiversidade, a gente tem uma Ferrari.
2056 Aí não ainda ter uma Ferrari se não pode passar de 80. Se é para andar a 80
2057 só. Então, compra um fusca, não precisa da Ferrari, não é? Agora, se tem uma
2058 Ferrari, é para tocar o pé no acelerador e mandar ver. Certo? Quem são os
2059 aceleradores? São o MAPA, são o MCT, são as coisas para tocar para frente.
2060 Mas vocês conhecem algum Ferrari sem freio? Não. Alguém compraria uma
2061 Ferrari sem freio? Não. Precisa ter freio, mas não é um freio de mão puxado. É
2062 um freio para não bater na curva, para não bater no outro carro, alguém passa
2063 na frente. Tem que ter um freio bom, não é? E é esse o papel do MMA. Não é?
2064 A gente tem que fazer a coisa andar direito, não bater, tal, mas é para andar.
2065 Não é? Então, dentro dessa filosofia que a gente está implantando em todos os
2066 aspectos, a ideia da madeira era essa também. Puxa, o cara faz a madeira
2067 direitinho, se eu tenho rastreabilidade da madeira, se eu sei, eu consigo colocar
2068 nela uma etiqueta gourmet, não é? Que você compra o bife, mas se você
2069 comprar o mesmo bife com selinho de gourmet você paga o dobro e fica feliz.
2070 Não é? Então, a ideia é esta. Quer dizer, se os produtos que a gente fizer tiver
2071 o selinho do MMA dizendo que é bom, puxa, até a economia melhora. Eu não
2072 produzo a madeira, mas eu digo que a madeira é boa. Isso é importante.
2073 Então, dentro de tudo isso a gente fez esse projeto, foi... E olha que o IBAMA
2074 gosta de multar. O IBAMA está abrindo mão de multar, não é? Eles vivem
2075 disso. Não é? E a gente... Então, eles estão topando fazer uma coisa para ficar
2076 mais simples, que basicamente é simplificar. Não é? Sair daqueles conceitos,
2077 milhões, de cada pedacinho para uma coisa só, fica mais claro. A gente
2078 também, com isso a gente combate a corrupção, porque fica na mão do fiscal
2079 lá no meio da estrada, no meio do nada, decidir se vai prender o cara, se não
2080 vai prender. Se é legal, se não é legal. E aí com uma regra mais clara a gente
2081 garante também, mais honestidade nos procedimentos. Então, foi dentro desse
2082 espírito que foi modificado a lei ou a proposta, não é? E o que a gente faz? São
2083 meio-dia e cinco. Não sei de vocês gostariam de avançar nisso agora ou ir para
2084 o almoço e voltar para a gente... Aí qual é a ideia? Eu vou apresentar o texto e
2085 aí vocês vão olhando. Claro, o que tiver em preto é porque não mudou nada.
2086 Quer continuar? Topam?

2087

2088

2089 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2090

2091

2092 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Está bom. E aí nós... Aí a gente vai
2093 almoçar e se alguém tiver alguma... Repensando alguma coisa a gente volta.
2094 Está bom. Está ótimo.

2095

2096

2097 **O SR. João Pessoa (IBAMA)** – Posso só dar uma contribuição?

2098

2099

2100 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Claro.

2101

2102

2103 **O SR. João Pessoa (IBAMA)** – João Pessoa, IBAMA. Bem, eu acho que o
2104 foco, e aí eu acho que é importante que fique aqui bem consignado. O IBAMA
2105 tem sim, a sua atividade de fiscalização que é importantíssima, que nós temos
2106 que fortalecer e trabalhar. Mas o foco tem que ser no ilegal. Nós temos que
2107 criar regras claras para quem quer trabalhar de maneira legal no País, uma
2108 atividade que tem uma demanda, tanto no mercado interno quanto no mercado
2109 externo, poder produzir de maneira legal e não ser...

2110

2111

2112 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Eu estava brincando. *(Risos!)*.

2113

2114

2115 **O SR. João Pessoa (IBAMA)** – E não ser cerceado. Então, é bem isso. As
2116 regras agora elas tornam, assim, mais claras e o combate todo, a atividade
2117 ilegal, que eu acho que o próprio setor aí tem total apoio, pois daí tu tem, nós
2118 temos uma... É muito mais barato produzir ilegal e colocar esse produto... é
2119 uma concorrência desleal. Então, nós precisamos criar essas regras para que a
2120 atividade possa se desenvolver e combater a própria ilegalidade baixando esse
2121 preço e concorrendo em igualdade de condições. Todo o foco no ilegal, na
2122 fiscalização, e um trabalho junto à atividade produtiva para desburocratizar sem
2123 perder o controle.

2124

2125

2126 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Bom. Então, ele magoou. *(Risos!)*. Bom,
2127 gente. Então, olha lá, lendo a Resolução 411, está lá na tela, o que a gente vê
2128 é assim, o primeiro passo é aquela coisa que o André falou, de padronizar os
2129 conceitos. Então, o conceito que já estava na lei, que falava de florestais, e
2130 madeireiros brutos, e processados. Então, esse termo fica agora padronizado
2131 para todas as legislações a respeito, para já diminuir uma briga, porque, às
2132 vezes, o cara vai discutir se é um ou se é outro e aí na verdade é a mesma
2133 coisa e escreveu com palavras diferentes, já gera dúvida. Então, esse é o
2134 primeiro. Pode ir descendo. Não. Não. A gente vai descendo para fazer uma
2135 leitura rápida, e depois a gente almoça, e depois volta, e se alguém tiver
2136 alguma... Deixa anotado e aí a gente discute. Aí de novo é a mesma coisa.
2137 Estão vendo? Quer dizer, não está alterando em nada, só está seguindo...
2138 Pode ir. Pode ir. Aí. Para aí. Bom, o... Explica.

2139
2140
2141
2142
2143
2144
2145
2146
2147
2148
2149
2150
2151
2152
2153
2154
2155
2156
2157
2158
2159
2160
2161
2162
2163
2164
2165
2166
2167
2168
2169
2170
2171
2172
2173
2174
2175
2176
2177
2178
2179
2180
2181
2182
2183
2184
2185
2186
2187

O SR. João Henrique (D-CONAMA) – João Henrique, D-Conama. Essa é apenas a... Porque teve a Resolução 474, que fez alteração já na 411. Então, essas partes em azul são referências que já existem na 474 e que estão rebatendo na 411. Então, essa não é nenhum tipo de alteração ou de sugestão de alteração de texto aqui agora, nesse momento não. Ele só está refletindo (...).

O SR. Eduardo Camerini (MMA) – É só para dar clareza no raciocínio. Tá...? Volta. Volta. Aí tem essa... § 8º. A conversão... Então, foi... Então, aí foi riscado tudo aquilo... Isso foi apresentado no PowerPoint, não é? E está trocado substituído pela conversão, deve indicar... Então. Aí estão as 4 palavras que o... Não? Você quer falar?

O SR. Mário Cardoso (CNI) – Tudo que está marcado em vermelho nessa proposta é aquilo que o André apresentou no PowerPoint dele. Tá...?

O SR. Eduardo Camerini (MMA) – Certo.

O SR. Mário Cardoso (CNI) – Aí a gente tem 4 modificações que são 4 palavras dentro do texto, que aí eu não sei se o senhor quer passar primeiro essa versão, a gente aprova ela e depois só coloca essas 4 palavras.

O SR. Eduardo Camerini (MMA) – Essas palavras estão mais para frente?

O SR. Mário Cardoso (CNI) – Não. O art. 2º tem uma. Art. 2º, órgão ambiental competente. Ponto.

O SR. Eduardo Camerini (MMA) – Volta lá. Volta lá.

O SR. Mário Cardoso (CNI) – Era só colocar... Já vamos concertando, então. Eu acho que é mais fácil.

O SR. Eduardo Camerini (MMA) – Já deixa em vermelho para ficar... Aí.

O SR. Mário Cardoso (CNI) – Órgão ambiental competente.

2188 **O SR. Eduardo Camerini (MMA) –** Tá... O órgão ambiental competente... Mas
2189 escreve em vermelho, então. Competente...
2190
2191
2192 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*
2193
2194
2195 **O SR. Mário Cardoso (CNI) –** É, o art. 2º. Art. 2º. Não é o artigo... Está lá em
2196 cima, no art. 2º.
2197
2198
2199 **O SR. Eduardo Camerini (MMA) –** Sobe. Não. Esse também. Esse também.
2200
2201
2202 **O SR. Mário Cardoso (CNI) –** É só no art. 2º mesmo.
2203
2204
2205 **O SR. Eduardo Camerini (MMA) –** Ah é, só no art. 2º?
2206
2207
2208 **O SR. Mário Cardoso (CNI) –** Aí. Exatamente aí.
2209
2210
2211 **O SR. Eduardo Camerini (MMA) –** Ah tá...
2212
2213
2214 **O SR. Mário Cardoso (CNI) –** Ok.
2215
2216
2217 **O SR. Eduardo Camerini (MMA) –** Perfeito.
2218
2219 **O SR. Mário Cardoso (CNI) –** Aí vamos passando, conforme for (...).
2220
2221
2222 **O SR. Eduardo Camerini (MMA) –** Tá... Esse você pode fazer a colocação.
2223 Tá... Agora vamos para o § 8º aí. Então, foi substituído por, a conversão deve
2224 indicar a transformação para o produto principal, no limite do coeficiente e
2225 rendimento previsto no Anexo II, aqueles números que foram apresentados
2226 aqui pela professora, incluindo os resíduos decorrentes do processo industrial.
2227 Aí de novo o azul, é só para citar. De novo, troca-se florestais brutos e
2228 processados por sub... Para padronizar. Pois não, Mário.
2229
2230
2231 **O SR.** como que vocês combinaram, André. Vocês colocaram entre
2232 parênteses, depois de sistema DOF e Sinaflor.
2233
2234
2235 **O SR. Eduardo Camerini (MMA) –** Entre parênteses, Sinaflor. Tá... Pois não.
2236

2237

2238 **O SR. não identificado** – Camerini, secretário, por favor. O Serviço Florestal
2239 aqui me comentou alguma coisa. Ele gostaria de comentar aqui também.

2240

2241

2242 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Pois não.

2243

2244

2245 **O SR. José Umberto Chaves (Serviço Florestal Brasileiro)** – Boa-tarde a
2246 todos! José Umberto Chaves do Serviço Florestal Brasileiro. Eu só queria
2247 chamar atenção, lá no início da Resolução onde a gente está alterando o
2248 nome, produtos e subprodutos por produtos brutos, só para deixar claro que a
2249 Resolução 411 quando ela trata de produtos e subprodutos florestais, ela
2250 guarda relação com o Código Florestal. Art. 35, 36, se não me engano 70, são
2251 4 menções a produtos e subprodutos florestais, que está no Código Florestal. E
2252 o vínculo da Resolução 411 era com essa nomenclatura. Isso não vem do
2253 código novo. Vem, inclusive do Código de 71, tanto é que a lei de crimes
2254 ambientais também trata, quando trata do enquadramento em relação a
2255 infrações ligadas a comercialização de produtos e subprodutos da flora, fazia a
2256 remissão, a época, ao Código antigo. Então, eu acho que é temeroso a gente
2257 alterar o que a Resolução trata como produtos e subprodutos florestais, porque
2258 a gente perde naturalmente o vínculo com a origem da necessidade de
2259 controle, que é o art. 35 do Código Florestal.

2260

2261

2262 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Isso nós vamos ver depois, à tarde, tá...?
2263 Agora a gente vai só fazer a leitura e depois a gente continua, tá...? Vamos lá,
2264 Sinaflor. Pois não. Segue em frente. Vai descendo. Aí. Aí, já passou. Aí não
2265 tem problema. Só trocando florestais brutos e processados. (...). Sugestão
2266 encaminhada. A classificação dos produtos florestais (...) brutos e processados
2267 deverá observar o nome científico da espécie em questões, lista padronizada,
2268 autorizada pelo IBAMA. O que muda aí foi só, de novo, brutos e processados.
2269 Não é? Segue. Também a mesma coisa. Isso era mais fácil aquele no Word,
2270 botar, substituir tudo, não é?

2271

2272

2273 **O SR. Mário Cardoso (CNI)** – Aqui tem uma (...) também. No § 8º ele começa
2274 com Sinaflor. Identifique a origem dos produtos. Vamos lá, identifique... Ali.
2275 Segunda linha. Segunda linha do § 8º, identifique a origem dos produtos
2276 florestais. Só incluir... Exato. E corta o final. Exatamente. Daí para em
2277 processados. Dos. Aí para em processados e tira aquele 'desde a sua origem'.

2278

2279

2280 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Ah tá... Até o fim. Até o fim.

2281

2282

2283 **O SR. Mário Cardoso (CNI)** – Até o final, deixa só o nova redação ali.

2284

2285

2286 **O SR. Eduardo Camerini (MMA) – Não.** Desde a sua origem até o fim.

2287

2288

2289 **O SR. Mário Cardoso (CNI) –** Para em processados. Para em processados.
2290 **Aí, exato. Exatamente.** No 9º, aí seria, o IBAMA e os órgãos ambientais
2291 competentes em conjunto... Em vez de em consulta, em conjunto com o setor
2292 empresarial.

2293

2294

2295 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2296

2297

2298 **O SR. Mário Cardoso (CNI) –** Tira consulta. Põe, em conjunto com o setor
2299 empresarial. Com o. Tira o a. Daí o art. 10º. O art. 10, se a gente quiser já
2300 corrigir, ali é o § 1º. No § 1º o § Único. (...). Aí é § Único.

2301

2302

2303 **O SR. Eduardo Camerini (MMA) –** Tá... Isso aí vai ser sujeito a chuvas e
2304 trovoadas, tá...? Depois do almoço a gente... Só essa? Está bom. *(Risos!).*
2305 muito bem. Aí é uma questão só de alteração do número do artigo, não é? Que
2306 muda coisa. Pode seguir em frente. Troca o Carlos (...), presidente do
2307 Conselho. *(Risos!).* Presidente do Conselho, (...). E aí já são os anexos, não é?
2308 Bom, vai andando. Vai andando, procurando alguma coisa vermelha. Aí. Então,
2309 aí veio aquele slide do PowerPoint, não é? Onde a gente está inserindo a
2310 questão madeira serrada e madeira beneficiada. Não é? Próximo. Agora vai
2311 embora. O azul, como eu falei, não é mudança do texto. (...). Isso, 7º. Aí que
2312 tem alter... VA em frente. Opa. Então, vem a definição do que é madeira
2313 beneficiada, dec, forro, lambril, piso e assoalhos, porta lisa maciça, portal,
2314 madeira serrada plainada duas faces, madeira serrada plainada quatro faces,
2315 tacos, vara, vareta. Bom, e aí tira todo esse que está riscado. Aí é número que
2316 está alterando. Opa! Para. Aí. Isso foi dito também, na apresentação, certo?
2317 Então, acabar com esse numerosinho, não sei o que, que é o que gerava
2318 dúvida. E acho que acabou. Aí é só trocar o número do artigo e acabou.
2319 Acabou. Pois não.

2320

2321

2322 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2323

2324

2325 **O SR. Eduardo Camerini (MMA) –** No microfone, no microfone para a gente
2326 saber quem é. Está aí.

2327

2328

2329 **O SR. Roberto Pupo (Presidente da AIMEX) –** Bom-dia a todos! Meu nome
2330 é... Sou uma analógica mexendo com coisa digital. Meu nome é Roberto Pupo,
2331 eu sou Presidente da Aimex, que é Associação das Indústrias Exportadoras de
2332 Madeira do Estado do Pará. Não, só para colocar, a definição de resíduo que
2333 está ali ainda em azul, não comporta e não está claro o que é resíduo da
2334 floresta e o que é resíduo da indústria. Isso é importante por causa de uma

2335 restrição que existe na Instrução Normativa nº 15, que proíbe a exportação de
2336 resíduo florestal de espécie nativa. Então, teria que alterar ou definir melhor
2337 isso.

2338

2339

2340 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Deixa só anotadinho para... Depois o
2341 almoço a gente vai voltar nisso aí.

2342

2343

2344 **O SR. Roberto Pupo (Presidente da AIMEX)** – Porque não está em
2345 vermelho.

2346

2347

2348 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Ah tá... Então...

2349

2350

2351 **O SR. Roberto Pupo (Presidente da AIMEX)** – Estava em azul e eu queria
2352 que colocasse em vermelho.

2353

2354

2355 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Não. A gente põe em vermelho. Põe em
2356 vermelho lá, para a gente lembrar.

2357

2358

2359 **A SRª. Jazete Renata (D-CONAMA)** – *(Intervenção fora do microfone.*
2360 *Inaudível!)*. Mas o ideal era a gente aprovar o texto base e depois vir fazendo
2361 essas alterações. Porque aí ele já está inserindo algo que a gente não sabe se
2362 o IBAMA participou da discussão, se está de acordo. E aí começa a se
2363 confundir. Isso. Aí depois vão inserir essas sugestões (...).

2364

2365

2366 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Então, a sugestão para a gente dinamizar
2367 essa coisa é a gente fazer uma aprovação disso que foi apresentado, esse
2368 texto base. Se vocês concordarem a gente já considera isso aprovado e vamos
2369 para o almoço, voltamos para fazer as alterações que se julgar conveniente.

2370

2371

2372 **A SRª. Jazete Renata (D-CONAMA)** – Só alertando que... Perdão. Perdão.
2373 Jazete, D-CONAMA. Só alertando, que aí no caso o texto base que estava
2374 publicado, que a gente iria aprovar era o que estava publicado, mas a CNI
2375 acabou de inserir algumas... Então, assim, vocês têm que estarem atentos em
2376 relação a essas alterações acabou de colocar, de 4 palavras. Se vocês estão
2377 de acordo também, porque se vocês estiverem de acordo o texto base vai ser
2378 aprovado com essas 4 palavras.

2379

2380

2381 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Não. E tem outra coisa. Eu não concordo
2382 com duas posições do CNI. Então, a gente vai ter que discutir. Tá...? Vamos

2383 almoçar, respirar fundo, não é? Respirar, aí a gente volta. Aí sim, nós vamos
2384 (...). Mas a pergunta é, todo mundo concorda com o texto base?

2385

2386

2387 **O SR. não identificado** – Texto base sem essas alterações...

2388

2389

2390 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Sem as alterações que ainda... Sem as
2391 alterações que ainda vão ser discutidas, tudo bem?

2392

2393

2394 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!!).*

2395

2396

2397 **O SR. Eduardo Camerini (MMA)** – Está bom. Então, está considerado
2398 aprovado o texto base. E agora nós vamos para o almoço, e voltamos duas
2399 horas? Duas horas está bom? Aí dá uma folga para todo mundo aí, e a gente,
2400 as duas a gente volta, e aí vamos ponto a ponto discutir um detalhezinho ou
2401 outro, está bom? Muito obrigado, gente.

2402

2403

2404 *(Intervalo para Almoço)*

2405

2406

2407 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
2408 **Biodiversidade/MMA)** – Bom pessoal, boa Tarde. Todos almoçaram? Todos
2409 bem? Então, está bom. Então, vamos dar continuidade ao trabalho? Bom,
2410 como a gente tinha visto, a gente tinha lido o documento, a gente deu uma lida
2411 inteira, foi aprovado esse documento base, o texto base e agora a gente está
2412 voltando para fazer alguma discussão mais detalhada se houver o caso. Então,
2413 começamos pelo começo. Florestais, madeiras brutas e processadas, o termo
2414 que foi conceituado, mudando de subproduto florestal madeireiro. E seguimos
2415 em frente. Pode ir descendo. Aí é a mesma coisa. Então, eu acho que não tem
2416 nada... Esse aí não tem problema não. Não é esse que eu vou brigar com você
2417 não. O órgão ambiental competente, acho que cai bem, não tem problema não.
2418 Pode ir em frente. Aí a Sinaflor, também não tem problema. Pode ir em frente.
2419 Sugestão é: a conversão deve indicar a transformação do produto principal. No
2420 limite do coeficiente e tal. Sem problema, ninguém vê nada. Segue em frente.
2421 Aí de volta àquele conceito. Conceito. Segue em frente. Classificação dos
2422 produtos deverá observar o laudo científico, devendo os Estados adotarem lista
2423 padronizada e autorizada pelo Ibama. Sem problema. Próximo. De novo. De
2424 novo. Aí, vamos ver. O Sinaflor e sistemas eletrônicos deverão conter
2425 mecanismos de rastreabilidade que identifique os produtos florestais,
2426 madeireiros brutos e processados desde sua origem... O Sinaflor e os sistemas
2427 eletrônicos estaduais integrados deverão conter mecanismos de rastreabilidade
2428 que identifique a origem. E antes está lá, identifique os produtos, a origem dos
2429 produtos florestais madeireiros e brutos, processados... Aí, chegou no ponto. O
2430 § 9º: O Ibama e os órgãos ambientais competentes em consulta ao Setor
2431 Empresarial, qual é o problema que a gente vê? A questão de consulta

2432 achamos que, tudo bem, mas não pode ser dessa forma porque aí eu perco de
2433 quem é a responsabilidade. Então assim, a responsabilidade eu acredito que
2434 seja do Ibama, o órgão responsável, quer dizer, se der zebra, sair alguma coisa
2435 errada eu vou botar a culpa em quem? Vou botar a culpa no Ibama. Agora, o
2436 Ibama pode consultar o setor, mas eu acho que precisa ser escrito de uma
2437 forma que fique claro de quem é a responsabilidade. Ou... Após consultas,
2438 ouvidas. Ouvido o setor empresarial, eu acho que tudo bem, eu não vejo
2439 problema nisso, eu vejo só o problema que depois não vai dividir a culpa, a
2440 culpa vai ser do Ibama. Então, tudo bem. Então assim, o Ibama e os órgãos
2441 ambientais competentes, ouvidos o setor empresarial... Lá em cima. É o
2442 mesmo. Seria após consulta ou ouvido o setor empresarial... Após consulta ao
2443 setor empresarial apresenta o conjunto, porque a responsabilidade não pode
2444 ser conjunta, a responsabilidade é de um só. Após consulta. E lá em cima está
2445 em consulta, no parágrafo acima.

2446

2447

2448 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (D-Conama)** – João, D-Conama.
2449 Essa que foi apresentado primeiro e aí... Só para tirar uma dúvida, Sr.
2450 Presidente, a segunda proposta ali que foi colocada agora, identifique a origem
2451 dos produtos, no § 8º, é a que foi aprovada aqui nesse momento, é isso? E aí
2452 em substituição à que foi aprovada no texto base. E aí para registrar também o
2453 § 9º, que foi feito agora, nesse momento, após consulta ao setor, é a que está
2454 valendo, foi aprovado em detrimento à que tinha sido aprovada no texto base.
2455 Só para a gente deixar registrado isso direitinho para depois não haver uma
2456 confusão. Obrigado.

2457

2458

2459 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
2460 **Biodiversidade/MMA)** – Bom, estão dispensados da emissão, e tal, “piriri”,
2461 “pororo”. Que eu me lembro, o único ponto que eu realmente vi era esse aí,
2462 que eu precisava definir a responsabilidade. Quem está com a dúvida?

2463

2464

2465 **O SR. RAFAEL ÂNGELO FORTUNATO (Rare)** – Rafael Rare. Uma dúvida, se
2466 possível, com a permissão do Presidente, poder ouvir por que é importante a
2467 consulta com os empresários. Se puder esclarecer isso, o pessoal do Ibama.
2468 Porque é importante deixar? É uma dúvida que eu quero. Por que é importante
2469 deixar e fazer consulta aos empresários do setor para vocês definirem
2470 procedimentos, normas e estabelecer critérios.

2471

2472

2473 **O SR. JOÃO PESSOA (Ibama)** – João Pessoa, Ibama. Bom, eu acho que a
2474 importância que nós estamos construindo essa proposta de rastreabilidade,
2475 isso é muito importante para a área ambiental, mas também é importante que
2476 se discuta, que se apresente propostas, se discuta com o setor. Nós queremos
2477 estar em um outro momento, que não é aquela velha imposição que vai ser
2478 feita dessa maneira e sem nenhuma discussão com a área de produção.
2479 Então, eu acho que em consulta ela fica adequada. Em conjunto eu acho que é
2480 o regulador, é quem regula, e que vai ter a última palavra, mas ele pode sim

2481 ouvir, em qualquer atividade aí, no licenciamento sempre se conversa o
2482 regulado com o regulador, não tem nada demais, mas a decisão é dos órgãos
2483 que fazem a regulação, que no caso são os órgãos ambientais e o Ibama.

2484

2485

2486 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
2487 **Biodiversidade/MMA)** – Quer falar alguma coisa, Maria?

2488

2489

2490 **O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (CNI)** – Até eu vou
2491 complementar aqui o que o João comentou. Todas as falhas de legislação,
2492 qualquer uma das esferas, qualquer tipo de normativo, infralegal ou legal, o que
2493 a gente observa é justamente porque não teve essa conversa anterior,
2494 ninguém conhece melhor um segmento do que o próprio segmento que
2495 trabalha ali, não importa qual seja, seja produtivo ou não seja produtivo, você
2496 para conversar, fazer, tornar uma regulação em relação a um medicamento, a
2497 um hospital, você tem que consultar quem trabalha com isso. Para você
2498 minimizar a ocorrência de erro. E como disse o secretário a decisão final é do
2499 órgão legislador, do órgão normatizador. Mas essa consulta é benéfica para a
2500 gente minimizar e tornar aquilo factível, exequível, a colocação daquilo na
2501 prática.

2502

2503

2504 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
2505 **Biodiversidade/MMA)** – Vamos seguir? Produtos serão identificados no
2506 documento como madeira beneficiada, discriminados por nome científico, nome
2507 popular e volumetria correspondente. Seria a nova redação. Ok para o resto do
2508 texto? Pois não.

2509

2510

2511 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA)** – Roberto,
2512 Ministério da Agricultura. Eu acabei de falar agora com o chefe do Serviço
2513 Florestal Brasileiro e ele confirmou o apoio ao texto e nós vamos fazer uma
2514 discussão interna sobre essa proposta divergente e vamos levar essa
2515 discussão para os parceiros, se for o caso a gente apresenta no Plenário
2516 quando da votação final. Mas estamos plenamente fechados com o texto.

2517

2518

2519 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
2520 **Biodiversidade/MMA)** – Muito obrigado. Ok. Seguindo.

2521

2522

2523 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (D-Conama)** – João Henrique, D-
2524 Conama. Desculpe interrompê-los novamente. Esse § 10º aprovado, agora o
2525 art. 10º está escrito ali como nova redação, ele é em substituição ao art. 10º ou
2526 ele é complemento? Mário, se puder me dar, me tirar essa dúvida. O art. 10º aí,
2527 a proposta está lá como nova redação. Certo? E aí então ele é em substituição
2528 ao art. 10 existente ou ele é um adicional?

2529

2530
2531
2532
2533
2534
2535
2536
2537
2538
2539
2540
2541
2542
2543
2544
2545
2546
2547
2548
2549
2550
2551
2552
2553
2554
2555
2556
2557
2558
2559
2560
2561
2562
2563
2564
2565
2566
2567
2568
2569
2570
2571
2572
2573
2574
2575
2576
2577

O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de Biodiversidade/MMA) – É porque justamente está vendo que logo depois muda o número, o art. 10º vira 11...

O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (D-Conama) – Aí eu estou entendendo que ele é adiciona, mas só para deixar a gente claro para depois não haver nenhum tipo de entendimento que possa ocorrer alguma confusão maior. Eu tenho a impressão que ele adicional. É novo. É adicional. Só para deixar registrado para não haver dúvida posterior. Obrigado.

O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de Biodiversidade/MMA) – Perfeito. Adicional. E aí segue em frente. Bom, poderão ser... Bom, aí o preto eu não vou nem ler. Aí vem o anexo, aí vêm as correções de anexo. Aí então vem aquela madeira serrada e madeira beneficiada.

(Intervenções fora do microfone. Inaudível)

O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de Biodiversidade/MMA) – Isso, agora fica mais claro. Perfeito. Próximo. Vamos descendo. Aí vem madeira beneficiada, dacking, forro, porta lisa maciça... Aí está bem para todo mundo? Ninguém acha nada diferente? Aí troca esse dacking e dormentes. E acho que acabou. Sim. Quer falar alguma coisa?

O SR. RAFAEL ANDREGUETO (Fórum Nacional de Atividades de Base Florestal) – Rafael, Fórum Nacional de Base Florestal. Nós tínhamos acordado que essa lei, para ela entrar em vigor a partir, dando 6 meses de prazo ainda para ela entrar em vigor, a partir do momento da publicação dela. E a forma por causa da inserção dos sistemas e algumas coisas a mais. Eu queria saber se a gente pode colocar isso dentro. Porque, a Resolução no caso. Art. 14.

O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de Biodiversidade/MMA) – No art. 14 está esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. RAFAEL ANDREGUETO (Fórum Nacional de Atividades de Base Florestal) – 6 meses, a gente gostaria de alterar.

2578 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
2579 **Biodiversidade/MMA)** – Mas vocês acham assim, seria melhor... Eu imagino
2580 duas alternativas, tipo assim, a Resolução entra em vigor hoje e vocês têm 180
2581 dias para se arrumar. Ou então... Porque dizer que ela só entra em vigor daqui
2582 6 meses é outra questão. Ela entra em vigor hoje e aí tem que... Os órgãos
2583 ambientais terão 6 meses para fazer a adequação. Perfeito?

2584

2585

2586 **O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (CNI)** – Porque alguns
2587 farão antes e outros farão depois.

2588

2589

2590 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
2591 **Biodiversidade/MMA)** – Você está dando um prazo para o cara, claro, o cara
2592 tem que se aparelhar, tem que se instrumentalizar e tudo para poder fazer as
2593 coisas. Então bota aí art. 15. Seria os órgãos ambientais terão o prazo de 180
2594 dias...

2595

2596

2597 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Presidente, tem também aqui uma previsão de
2598 que o órgão ambiental deverá elaborar um manual de inspeção a partir das
2599 diretrizes dessa Resolução, mas não tem prazo. Não poderia ser também os
2600 mesmos 6 meses?

2601

2602

2603 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
2604 **Biodiversidade/MMA)** – Então, a gente pode botar aí os órgãos ambientais
2605 terão 6 meses para se adequar. Terão 180 dias para se adequar em termos
2606 de...

2607

2608

2609 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DE CARLI FILHO (CNA)** – Presidente,
2610 uma dúvida de alguém que não entende muito dessa questão da aplicabilidade
2611 desse artigo agora. Eu vou dizer o porquê. Nós estamos praticamente
2612 revogando a 411, ou seja, vai... A gente está alterando pontos importantes da
2613 fiscalização, explicar melhor. Então, o que vai acontecer? Como é que a
2614 fiscalização vai se comportar entre a data da publicação da Resolução e os 180
2615 dias? Porque eu pergunto para você o seguinte, vai o fiscal lá olhar, ele vai
2616 olhar o que está escrito aqui agora que ele ainda não tem o sistema
2617 funcionando para ele fiscalizar, ou ele vai pegar a norma morta da 411 para
2618 fiscalizar?

2619

2620

2621 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
2622 **Biodiversidade/MMA)** – Olha só, é por isso que eu entendo que essa
2623 Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ou seja, a partir do que
2624 foi publicado o que está valendo é essa regra. Agora, o que eu não posso, a
2625 partir daí já está valendo essa daí. A outra já caducou. A questão é o seguinte,
2626 as entidades ambientais não podem de um dia para noite mudar, então para

2627 eles é que a gente está dando esse prazo de 180 dias e tal. Agora, as
2628 punições, as multas, já está valendo essa aí.

2629

2630

2631 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DE CARLI FILHO (CNA)** – Eu concordo.
2632 João Carlos, CNA. Mas o que eu estou dizendo, na operacionalização, no cara
2633 da Polícia Rodoviário Federal que vai estar apreendendo aquela carga de novo
2634 lá. Como é que ele vai se portar, ele já vai ter todo o sistema para dar apoio
2635 para ele na fiscalização ou ele vai ficar nesse hiato entre a publicação e os 180
2636 dias?

2637

2638

2639 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
2640 **Biodiversidade/MMA)** – Os policiais? Não.

2641

2642

2643 **A SR^a. MAUREN LAZZARETTI (SEMA/MT)** – Mauren, Mato Grosso. André,
2644 me tira uma dúvida, vamos tentar sanar a dúvida. Hoje, saindo a publicação até
2645 os sistemas sejam adequados nós vamos continuar constando no DOF e na
2646 GF o nome dos produtos, porém, para a fiscalização é madeira serrada, se
2647 está ali o que ele não vai entrar no mérito se é um S4S ou se é um Dacking, se
2648 as faces estão lisas ou não estão. Sendo uma madeira serrada ele vai utilizar
2649 como madeira serrada, espécie e volume. Eu não vejo que tenha problema
2650 para a fiscalização operacionalizar. Não vejo. O que vai acontecer é que a
2651 nomenclatura que vai estar no documento de transporte está mais detalhada
2652 do que a Resolução prevê, mas abunda, o inverso é que eu acho que seria
2653 problemático. Concordam comigo? Sua avaliação, estou pensando aqui na
2654 fiscalização, conversando com a Tatiana que é nossa Coordenadora, ela tem a
2655 mesma visão. Não é isso? Não vejo problema.

2656

2657

2658 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA)** – Eu sou fiscal
2659 federal da agricultura. Se isso fosse para nós já estaria perfeitamente claro,
2660 está aprovada a Resolução, mas o serviço nosso tem 6 meses para se adequar
2661 aos sistemas, mas...

2662

2663

2664 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
2665 **Biodiversidade/MMA)** – É. Tem que construir, tem que fazer essas coisas.
2666 Tem que ter tempo.

2667

2668

2669 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA)** – Ao
2670 interessado já vale a regra. Viu, João, não tem risco.

2671

2672

2673 **O SR. MARCUS NAZARETH PEÇANHA (MMA)** – Sugestão, não sei se
2674 funciona não, mas os órgãos ambientais terão 180 dias para adequar os seus

2675 sistemas e protocolos à nova Resolução, de tal forma que está muito claro que
2676 a Resolução já está em vigor e.... Para se adequar.

2677

2678

2679 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (D-Conama)** – Com licença. Deixa
2680 eu só dar um esclarecimento. João Henrique, D-Conama. O que está sendo
2681 discutido aqui agora é a revogação da 411 e isso eu não sei se é a intenção
2682 inicial da discussão. Porque ao fazer isso a gente vai ter que, se for republicar
2683 esse texto todo que foi discutido agora, o texto na íntegra, eu vou ter que
2684 revogar a 411 para esse poder entrar em vigor. Então assim, não é o caso. Nós
2685 aqui até já tínhamos imaginado alguma coisa, você pode abrir aquele arquivo
2686 que eu pedi? Que aí a gente tem uma... Que a gente vai ter que fazer isso
2687 porque a gente colocou de forma mais didática na discussão do texto inteiro da
2688 411, mas a gente vai ter que publicar algo semelhante a isso aqui. Pode descer
2689 um pouquinho. O art. 6º da Resolução 411 publica assim. Aí tal e tal. Pode ser
2690 que nesse formato coloca-se esse prazo de 180 para adequação por parte dos
2691 órgãos e a 411 continua valendo como está valendo hoje normal e durante 6
2692 meses ela vai continuar vigente nas normas porque essa só vai entrar em vigor
2693 em 180 dias, se for o caso.

2694

2695

2696 **A SR^a. MAUREN LAZZARETTI (SEMA/MT)** – Se a gente adequar em 60 dias
2697 ou ficar esperando 4 meses.

2698

2699

2700 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
2701 **Biodiversidade/MMA)** – A gente está atrasando a resolução do problema em
2702 180, não é isso. Aqui resolve o problema, depois faz as adaptações que forem
2703 necessárias e pronto. Tanto faz.

2704

2705

2706 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (D-Conama)** – Perfeito. Porque a
2707 gente vai ter que publicar um documento nesse formato ao invés de... Então,
2708 assim, os órgãos ambientais terão 180 dias para se adequar, para se adequar
2709 à nova, às alterações propostas. As alterações propostas.

2710

2711

2712 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
2713 **Biodiversidade/MMA)** – As alterações apresentadas, tira proposta e bota
2714 apresentado. As alterações desta. Tira o apresentados e bota desta Resolução.
2715 Está bom agora? Por favor, se identifique.

2716

2717

2718 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Pela CNI aqui, mas eu sou da Associação
2719 Brasileira de Concessionárias Florestais. Uma sugestão. Os órgãos ambientais
2720 deverão, no prazo de até 180 dias, adequar os sistemas de controle florestal
2721 aos parâmetros previstos nesta Resolução.

2722

2723

2724 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
2725 **Biodiversidade/MMA)** – Mas não é só isso, é porque tem a questão das
2726 entidades de meio ambiente, por exemplo, elaborar manuais, quer dizer, então
2727 a gente deixando assim, para se adequar às alterações, fica em aberto e aí
2728 cada um sabe onde que pega e se adapta. O resto é o mesmo texto, os órgãos
2729 ambientais terão 180 dias para se adequar às alterações desta Resolução.

2730

2731

2732

2733 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eu acho que pode manter sem dúvida, mas era
2734 importante a gente incluir os sistemas de controle porque é ali que as
2735 mudanças acontecem na prática. Os manuais são importantes, mas o sistema
2736 de controle.

2737

2738

2739 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
2740 **Biodiversidade/MMA)** – O sistema de controle quem vai fazer?

2741

2742

2743 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Aí varia. No caso do Ibama é o Sistema DOF
2744 que vai precisar ser adequado. No caso dos Estados, Mato Grosso e Pará é o
2745 SisFlora, e todos são integrados ao Sinaflor.

2746

2747

2748 **O SR. MARCUS NAZARETH PEÇANHA (MMA)** – Uma sugestão é que os
2749 órgãos ambientais terão 180 dias para adequar os seus sistemas e protocolos
2750 a esta Resolução. Pode ser? Contempla tudo?

2751

2752

2753 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
2754 **Biodiversidade/MMA)** – Eu acho que cada um sabe onde que é o seu papel
2755 para fazer isso. Porque se a gente fica explicando muito a gente de novo entra
2756 no detalhe que restringe, que daqui a pouco alguém descobre. Por exemplo, se
2757 o Pará decide mudar o sistema do SisFlor para outro, ah não, mas estava
2758 escrito que era SisFlor. Pronto, aí não pode mais fazer. 15 é bom para dar os
2759 180 dias porque senão como é que eu vou cobrar, por exemplo, o manual da
2760 Secretaria, ou seja, tem que ter, você me deu 180 dias, depois eu posso
2761 cobrar, mas agora não. Eu acho que está bom. Não cria maiores encrencas.
2762 13? Ele tem que fazer, tudo bem, perfeito, e eles vão ter 180 dias. Um está
2763 falando do que ele tem que fazer e o outro está falando em prazo. Está bom
2764 assim? Pode pedir a voto então? Aprovada a proposta? Por favor, os votos de
2765 quem aprova. Ibama...? Aprova. Você não vota. Aprovado por unanimidade
2766 mais uma vez. Muito obrigado. Então, fechamos a questão da floresta, da
2767 madeira. Então, podemos ir para o último problema que é o da Lista PET.
2768 Então, só fazendo um pequeno, um pequeno resumo, o assunto trata da
2769 minuta de uma Resolução que estabelece a lista das espécies da fauna
2770 silvestre que poderão ser criadas e comercializadas como animais de
2771 estimação e para isso é uma proposta de alteração da Resolução Conama 394
2772 de 06 de novembro de 2007, que estabelece os critérios para determinação de

2773 espécies silvestres a serem criadas e comercializadas como animais de
2774 estimação e dá outras providências. Este é um problema complexo, crônico,
2775 desde 2007, portanto, já são 13 anos que vai e volta, e tal. Primeiro lugar, a
2776 gente tem, de novo eu vou reforçar a nossa ideia de que eu queria reforçar a
2777 ideia de qual é a proposta? A proposta é fazer as coisas andarem os criadores
2778 *ex situ* também são, também são uma forma de bioeconomia. São uma forma
2779 de desenvolver a bioeconomia. São uma forma de preservação. Também são
2780 uma forma de preservação, mas as leis ao longo do tempo vieram criando
2781 também uma série de restrições, o que o cara pode fazer para a pesquisa, para
2782 a criação, para a preservação e para comércio. Com leis diferentes,
2783 complicadas e gerando diversas dificuldades. E, aliás, aproveitar que abriram-
2784 se vagas, chamar o pessoal do PET para dentro da mesa. Então assim, então
2785 o que acontece? Eu quando cheguei aqui na Secretária me deparei com esse
2786 problema, recebi algumas pessoas ligadas ao serviço trazendo essas
2787 dificuldades, de novo, a queixa, qual é o problema? Então, o problema é que
2788 têm várias legislações, vários pontos de vista e tal. O que mudou, eu acho que
2789 principalmente, é esse ponto de vista de não demonizar o comércio dentro da
2790 filosofia, puxa, eu acho que quem cria é o primeiro interessado em preservar
2791 porque ele vai querer acabar com uma espécie. Então, do ponto de vista do
2792 Ministério do Meio Ambiente a gente vê isso favoravelmente, a gente tem que
2793 desenvolver. Temos que achar caminhos para fazê-lo. Essa Lista PET, por sua
2794 vez, a primeira pergunta que eu fiz foi para que Lista PET? Para que tem que
2795 ter essa lista? Qual é a diferença de ter a lista e não ter a lista? O que isso vai
2796 fazer de diferença na história? Eu obtive algumas respostas, mas assim, até
2797 pela reação da mesa aqui eu vejo que também essa pergunta não fui só eu que
2798 tive essa pergunta no meu íntimo. E a gente vem trabalhando, discutindo isso.
2799 Além de se perguntar o que é a lista, para que ela serve, aí foram conversando
2800 e explicando para mim e que a Lista PET ela precisava ser, mas ela baseia-se
2801 em critérios e esses critérios são discutíveis e um diz que sim e o outro diz que
2802 não. E o fato é que essa lista vem se arrastando há anos e não se chega a um
2803 lugar comum. Do que nós conversamos, nós percebemos que, bom, como eu
2804 falei para vocês, a filosofia era a gente fazer essas reuniões que fossem para
2805 decidir alguma coisa e não para se prolongar, para se arrastar por mais 6
2806 meses para uma nova pergunta que não me chega a lugar nenhum. Então,
2807 vamos resolver? Vamos. Como fazer isso? Bom, essa lista é grande, essa lista
2808 é não sei o quê, são mais de 1000 espécies, mas reduzindo tem 100 que já
2809 está tudo bem, está pacificado. Aí você bota tudo no mesmo rolo aí as que
2810 estão tranquilas ficam atrasadas, ficam paradas e não andam. Então, a ideia
2811 nossa básica era fazer de uma forma diferente. Dizer assim, olha, nós já temos
2812 uma lista de animais pacificados, uma lista que todo mundo concorda? Temos.
2813 Bom, se essa que temos já tudo certinho, que não tem problema, por que a
2814 gente não publica e aprova essa lista dos... Mas isso é pouca gente, falta muita
2815 coisa. Eu sei, mas se a gente aprovar essa que já está pacificada, já segue o
2816 jogo, alguma coisa já andou. E os outros a gente tem que rever, tem que
2817 analisar com calma, mas a começar do zero, eu acho, a começar até do... Se
2818 para que a lista, qual é, deixar muito claro qual é o motivo de existir uma lista,
2819 um motivo que todo mundo concorde e aceite, e depois discutir os critérios
2820 porque também fala assim: tem o critério X, Y Z. Ah, mas tem um bicho que a
2821 gente acha que sim, mas ele não preenche o critério. Bom, então ou bicho está

2822 errado ou o critério está errado, alguma coisa tem que mexer para a gente
2823 acertar. Então, a proposta básica que a gente queria trazer era de que nós
2824 pudéssemos aprovar a lista mínima, uma lista X e ao mesmo tempo criar um
2825 Grupo de Trabalho que vai estudar os outros e que a gente possa, assim, que
2826 não pode ser um Grupo de Trabalho muito grande, tem que ser pouca gente
2827 para não ficar patinando. Pode sugerir.

2828
2829

2830 **O SR. MARCUS NAZARETH PEÇANHA (MMA)** – Só contextualizando.
2831 Quando a gente foi tomar pé dessa situação nós fomos vamos conversar com
2832 o Coronel Olivaldi, que é o Diretor do Ibama porque ele presidiu a última
2833 Câmara Técnica que, enfim, estava discutindo essa questão e de acordo com
2834 ele estava muito próximo de um encaminhamento final. Então, a sugestão que
2835 ele deu foi que a gente pudesse criar um Grupo de Trabalho composto pela
2836 maior parte das pessoas que já estavam naquela última Câmara Técnica para
2837 a gente não resgatar essa discussão para o zero, para a gente não trazer essa
2838 discussão para o zero, o que coronel Olivaldi sugeriu e eu acho que o João
2839 Pessoa pode falar melhor do que eu do histórico, é que a gente tente formar
2840 um Grupo de Trabalho com umas 7 pessoas, por aí, pequeno, composto por
2841 pessoas que participaram, enfim, distribuíram entre os setores, mas composto
2842 por pessoas que majoritariamente já participaram, que tem o histórico dessa
2843 questão porque foi uma discussão que demorou bastante e que evoluiu
2844 bastante e talvez não fosse a melhor questão a fazer pegar as pessoas que já
2845 estavam discutindo aquilo para não começar do zero com um monte do novato
2846 na sala para poder discutir. Para a gente começar essa discussão do zero,
2847 acho que eventualmente o João pode complementar.

2848
2849

2850 **O SR. JOÃO PESSOA (Ibama)** – João Pessoa, Ibama. Bem, o Olivaldi é o
2851 diretor de fiscalização e ele coordenou a última reunião da Câmara Técnica e
2852 ele sugeriu que pudesse se dar o encaminhamento naquele grupo que ele
2853 estava coordenando, que já vinha trabalhando na proposta. Eu acho que está
2854 bem coerente, está bem distribuído ali o grupo, tem participação também área
2855 técnica do Ibama, coordenado ali pela Diretoria de Fiscalização e eu acho que
2856 a gente pode avançar nessa formatação para não começar, porque o problema
2857 e aí eu vou fazer um histórico, que eu participei, o problema da Lista PET é que
2858 ela vai e volta, se faz um trabalho, não se chega na aprovação, depois se
2859 retoma e daí se retoma do zero. Eu acho essa proposta é que não vá se
2860 retomar do zero, vá se aproveitar todo o trabalho feito e avançar mais rápido
2861 sem perder a qualidade.

2862
2863

2864 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
2865 **Biodiversidade/MMA)** – Como da outra vez você reclamou que o cara falou
2866 por último, que o Carlos Alberto falou por último, eu vou pedir para ele falar
2867 primeiro para ver se mudando a ordem a gente acerta.

2868
2869

2870 **O SR. NELSON ARRUE SILVEIRA (FEORS/RS)** – Nelson, Vice-Presidente da
2871 FEORS, Federação das Entidades do Rio Grande do Sul, jornalista e estudante
2872 de Direito, fazendo gestão ambiental e criador de pássaros também da espécie
2873 curió há 38 anos já. Eu estive presente na última reunião, o major Olivaldi, até
2874 nós estávamos, viemos porque tinha alguns pássaros que queriam tirar da
2875 Lista, principalmente da região o cardeal vermelho, o cardeal amarelo que está
2876 em extinção e de alguma forma há um retrocesso nisso também porque eu
2877 tenho a parceria pública privada em conjunto de trabalho com o Ibama no Rio
2878 Grande do Sul. E esses cardeais amarelos hoje nós encontramos na
2879 zoobotânica de Gramado mais de 60 cardeais amarelos que estão lá desde
2880 2016, o ICMBio levou para lá para fazer a soltura, fora os do Paraná e da onça
2881 pintada. Criadores comerciais hoje não podem mais reproduzir essa ave.
2882 Criadores amadores, houve um zumzumzum na época que não poderiam, que
2883 iam ser recolhidos esses cardeais amarelos e na região hoje do Rio Grande do
2884 Sul não se encontra mais, esses pássaros poderiam ser retirados e ser soltos
2885 na natureza novamente. O Ibama no Rio Grande do Sul, em 2016 largou 4
2886 casais adiante de São Gabriel, em 2017 os pesquisadores foram ver tinham
2887 casais com filhotes, chamaram até o G1 na época para fazer a matéria desses
2888 animais. E fora outros pássaros que estavam para sair da lista. O que tinha
2889 ficado acordado na reunião de maio, que era para ter acontecido em julho, o
2890 Ibama tem uma lista hoje que é o que nós temos no SisPass, ali se encontram
2891 o Anexo I, o Anexo II e ali se encontra todas as categorias que ali estão. A
2892 nossa dificuldade é ver criadores, principalmente de cardeais ser retirada essa
2893 ave, porque essa ave é uma espécie invasora que nem o próprio pessoal aí
2894 falou pelos estudos, estudos, todos me desculpem, quem conhece são os
2895 criadores que estão no dia-a-dia ali. Se nós tirássemos essa ave dos criadores,
2896 os cardeais, porque é uma espécie invasora, porque invadiu Paraná, invadiu
2897 Santa Catarina, começa o tráfico novamente. E eu expliquei para eles que a
2898 gente quer que ela seja uma espécie invasora nos Estados e ela só é uma
2899 espécie invasora porque houve o tráfico do Rio Grande do Sul para o Paraná e
2900 o Ibama acabou soltando essas aves lá. Fora o Rio Grande do Sul, essa ave é
2901 da Argentina, é de toda a Costa do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso e dos
2902 Estados Unidos, no Havaí, já se encontra uma família de cardeais lá. O maior
2903 tráfico hoje é da Oceania, que são pelos portos que são transportados esses
2904 animais. Então, no momento em que nós tirarmos essas aves que são criadas
2905 desses criadores nós estaremos fomentando sim o tráfico novamente destas
2906 aves aí. Essa é uma que eu queria falar. A outra é sobre os Estados, depois da
2907 Lei Complementar 6040, que passou a responsabilidades para os Estados, nós
2908 estamos com grandes problemas, principalmente Rio Grande do Sul e de
2909 outros Estados. Nós temos uma IN 18 que é dos pássaros exóticos, que a
2910 gente tem o maior cuidado, e tem a ajuda do pessoal aí. Alguns Estados
2911 predominaram esses pássaros exóticos como domésticos. E por quê? Eles têm
2912 autorização mediante a Lei Complementar 6040, que foi acordado com o Ibama
2913 e esses Estados hoje são responsáveis pelo entendimento deles de tornar
2914 essas aves domésticas. Aí o que acontece? Quer fazer uma transação de um
2915 outro Estado, lá é doméstico, Rio Grande do Sul não é. Então, está havendo
2916 um grande problema em cima dessa Resolução porque os Estados estão, na
2917 realidade, fazendo os seus próprios Decretos, e aí um Estado do Rio Grande
2918 do Sul, eu tenho pássaros, aves exóticas que não podem ser criadas, que são

2919 consideradas exóticas e no outro Estado ela é doméstica. Ou então a gente
2920 reforma, os Estados, o Conama faz uma Resolução e passa essas aves para
2921 domésticas, como está nos outros Estados? Ou não. Porque na realidade os
2922 Estados têm uma IN 18 que foi feita, tem uma lista só que o Estado ele entende
2923 que ele tem essa priori para dizer o que é exótico e o que é doméstico. Então,
2924 esse é o grande problema dos criadores. Muito obrigado.

2925
2926

2927 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DE CARLI FILHO (CNA)** – Sr.
2928 Presidente, essa questão de animais PET Silvestre, não só Silvestre, mas em
2929 2002 iniciou um trabalho aqui no Conama que durou 2 anos em uma
2930 Resolução, primeiro para dizer o que era maus-tratos aos animais em relação a
2931 tamanho de gaiola, etc., para passarinho, não sei o quê, e no final dos 2 anos
2932 até a questão de transporte de bovinos, suínos e gaiolas de criação entrou no
2933 meio da proposta de gaiola de passarinho. E o grande problema que a gente
2934 teve desde o início é que o Ibama chegava com 3 pessoas e os 3 tinham
2935 opiniões e propostas diferentes. Antagônicas, um dizendo que conforme a Lei
2936 5197 o poder público tem que estimular a criação de animais. Ou o outro
2937 dizendo que a lei não presta e que a gente não deve obedecer à lei. Gravado.
2938 Gravado. Até o dia, que a gente começa a ficar mais calejado, aí eu fiz uma
2939 solicitação porque não é a minha área, a de passarinho, eu sou de agricultura,
2940 mas tem uma hora que a gente começa a ver o que acontecendo, que eu
2941 cheguei e fiz uma solicitação formal ao Conama e eu pedi, olha, eu gostaria
2942 que me informassem quem aqui está representando o Ibama oficialmente. Não
2943 tem. Eu quero saber porque quem não está aqui oficialmente está perdendo
2944 ponto lá. Eu quero saber quem recebeu, quem é o chefe que deu o documento
2945 dizendo que o Ibama fala em nome dessa pessoa. Recebemos o documento e
2946 era a pessoa que tinha a opinião de que tínhamos que seguir a lei de que
2947 deveria haver o fomento à criação. Ok. Continuando o lado perdedor não
2948 gostou, começou a incentivar a vida de ONGs para participar da reunião. E isso
2949 vem acontecendo e esse *modus operandis* estava acontecendo até agora
2950 2018. Perdía, chama as ONGs, grupo de *WhatsApp*, no outro dia vinha gente
2951 aqui xingando, fazendo vídeo blog, não sei como é que é, falando que aqui só
2952 tinha irresponsáveis e etc., e etc. A gente saindo em mídia social criticando o
2953 Conama abertamente. Se não é do jeito que eles querem é ruim, se é do jeito
2954 que eles querem é bom. Essa briga de mídia social é assim. Então, a minha
2955 solicitação é mais que temos que resolver o problema, não podemos, que nem
2956 está acontecendo desde 2002 empurrar com a barriga. A lei ela é falha em um
2957 aspecto, foi aí que a gente conseguiu derrubar a questão dos animais de
2958 produção, porque na lei fala que quem vai fazer todo o trabalho da fauna
2959 brasileira é o Ministério da agricultura e a lei até hoje não foi alterada, por mais
2960 que todo mundo fala a lei tal puxou... Deixa eu terminar... Deixa eu terminar.
2961 Não. Deixa eu terminar.

2962
2963

2964 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA)** – Você vai criar
2965 confusão, João. Nós já superamos esse probleminha. Lá naquela época nós
2966 superamos esse probleminha.

2967

2968

2969

2970

2971

2972

2973

2974

2975

2976

2977

2978

2979

2980

2981

2982

2983

2984

2985

2986

2987

2988

2989

2990

2991

2992

2993

2994

2995

2996

2997

2998

2999

3000

3001

3002

3003

3004

3005

3006

3007

3008

3009

3010

3011

3012

3013

3014

3015

3016

O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DE CARLI FILHO (CNA) – Deixa eu terminar. Mas na época foi o que salvou o setor agropecuário, então é isso que eu estou querendo colocar. Por mais que a gente saiba que, por mais que a lei, porque fala que é o órgão executivo do Ministério da Agricultura, que antigamente era IBDF, só que IBD F mudou para o Ministério da Agricultura. Todo mundo sabe que hoje é, mas na época para a gente conseguir derrubar essa Resolução o Ministério da Agricultura mandou procurador para cá dizendo: isso aqui é meu nome, então você não trata em nada. Então, nós temos que botar o trabalho dessa Câmara Técnica para que resolva o problema, ou seja, nós estamos em 2020, 18 anos que existe algo do Conama para tratar algo referente a esse assunto, que é animais silvestres ou não, mas como PET. Eu peço ao senhor, agora Presidente, eu estou aqui como vice para te ajudar dentro da legalidade que tudo acontece, vamos botar esse assunto logo para resolver porque toda hora vai e volta, vai e volta, muda de texto, o texto não ficou bom, refaz a Resolução, Resolução está péssima, justiça. Não dá. Eu acho que a gente tem que tirar o, como é que eu vou dizer assim, o romantismo e botar a técnica para trabalhar seguindo a lei. Foi mais um desabafo porque tem 18 anos que entra e sai aqui da minha vida, que pelo amor de Deus.

O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de Biodiversidade/MMA) – Obrigado. Dr. Roberto.

O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA) – Mas nós resolvemos na época. De fato nós usamos esse artifício, uma lei de 1965 que nunca foi revogada, 65, não me lembro o número da lei. 67... E que lá de fato está escrito que o Ministério da Agricultura vai cuidar de todos os animais sejam eles silvestres ou de criação, mas essa lei nós entendemos depois sentando e conversando com mais calma, os ânimos sossegados, ela veio sendo superada por diversos outros marcos legais em que mesmo na própria legislação em que se diz atribuição de cada Ministério, 1986? 86. Não me lembro, mas é uma legislação que diz o que cada Ministério faz e lá fica claro que, evidentemente, a parte silvestre é da área ambiental, a parte a laboratórios é MCT e a parte de criação do Ministério da Agricultura. Sempre vai haver uma zona cinzenta, isso é inevitável. Então, com esse entendimento, pacificamos e desde então tem funcionado muito bem. Mas o que eu queria falar não era nem isso, o senhor colocou uma pergunta logo no início e a resposta não veio. Eu percebi, a resposta é para quê? Bom, mas eu sugeriria que esse meio e não um grupo à parte, e sim, nós discutíssemos os princípios, os critérios, depois elaborar a lista em cima do que esse grupo resolver de critérios. Eu realmente, eu tenho muitas dúvidas, por exemplo, lá em casa a minha esposa tem umas 10 calopsitas, calopsita precisa estar... Ser autorizado? Calopsita é Austrália, para quem não sabe. Lógico, se a gente colocar um critério, o animal não pode, transmite doenças tanto aos nossos animais como a humanos, o animal não pode ser peçonhento, o animal não pode ser agressivo, eu digo o exótico, eu estou falando do exótico. Bom, será

3017 que não bastariam os critérios em vez de ficar dizendo tim por tim qual animal
3018 pode e qual não pode. Será que não bastariam os critérios? Já no caso dos
3019 nativos eu já não teria tão tranquila essa opinião, eu preferiria ouvir alguém que
3020 entende mais do assunto. Mas é uma ideia em princípio. Então, a minha
3021 sugestão é que a gente discuta, que a gente coloque no papel quais são os
3022 princípios que já foram estabelecidos e em cima deles a gente conversa.

3023

3024

3025 **O SR. THIAGO LIMA (Abrase)** – Thiago Lima, Abrase. Então, eu, se não me
3026 engano eu estive todas as reuniões da Lista PET, faltei em uma só, se não me
3027 engano, acompanho esse histórico de maus-tratos, acho que foi 2006 o ápice
3028 dela, e aí a Abrase, Associação Brasileira de Criadores de Animais, e, na
3029 verdade lá, porque eu acho que o assunto é interministerial porque envolviam
3030 vários aspectos e acabou a Resolução caindo. Esse cenário é muito ruim para
3031 a construção de normas, então, por mais que seja um modelo bem democrático
3032 às vezes o cabo de guerra sai um texto não tão adequado para a aplicação.
3033 Então, só para citar exemplo a Resolução 487 Conama, de marcação, colocou
3034 lá que tem que ter foto identificação de alguns animais, como alternativa de
3035 marcação. E incluíram papagaio verdadeiro, só que o papagaio verdadeiro o
3036 filhote muda de cor. Então, se bater a foto do filhote ele não vai ser o mesmo
3037 adulto, a foto não vale para nada. Então assim, infelizmente foi uma falha
3038 grosseira que passou e isso fragiliza quem cria hoje de forma legal. A
3039 Resolução 489 Conama que estabelece critérios foi publicada em outubro,
3040 entrou em vigor em abril desse ano. A Resolução entrou em abril do ano
3041 passado, outubro de 2018, ela coloca que o animal silvestre adquirido em
3042 criatório ele não pode ter finalidade diferente de companhia, ele pode ser
3043 adquirido apenas para companhia. Então tinham várias pessoas que usavam
3044 animais para educação ambiental, trabalho em escola que foi tudo proibido. E
3045 segundo, um cliente nosso há 2 semanas atrás estava andando na rua com o
3046 animal dele, foi multado em R\$ 5.000,00 porque alegaram que andar na rua é
3047 exposição do animal e só pode expor o zoológico. Então o texto ficou ruim
3048 porque se ele possibilita esse tipo de interpretação o texto ficou ruim, porque
3049 ele foi construído em um cenário de cabo de guerra. Então, eu acho que tem
3050 algumas falhas que precisariam, o ideal que fossem corrigidas nessas das
3051 Resoluções, como eu citei. E a questão da Lista PET eu como criador eu
3052 entendo que tem que ter restrição, eu entendo que têm animais, por exemplo,
3053 não dá para você liberar um animal peçonhento para um animal de estimação,
3054 um animal de grande periculosidade. Então, tem que ter filtro sim. Agora, em se
3055 tratando de um País de maior biodiversidade do mundo é muito mais fácil
3056 trabalhar das exceções do que não. Porque, na verdade, é muito mais fácil eu
3057 apontar o que é problemático do que não. E aí seria talvez mais adequado uma
3058 lista negativa, não uma lista positiva. Até porque às vezes você tem um gênero
3059 amazona, então você tem papagaio verdadeiro muita gente cria, é um bicho
3060 comum, só que você tem uma amazona rodocorita, o papagaio xauá, que tem
3061 no Espírito Santo e Sul da Bahia, a reprodução é muito mais difícil. Então, por
3062 mais que seja do mesmo gênero requer mais dedicação para o sucesso
3063 reprodutivo e nós só vamos alcançar esse sucesso quando o animal manejado
3064 devidamente. Recentemente o Ibama publicou um relatório sobre a fauna em
3065 cativeiro, eu até elogiei hoje o João, a equipe dele, o trabalho que foi feito,

3066 realmente eles pegaram dados que estão no SisFauna e interpretaram
3067 mostrando os números, e lá se mostrou que os criatórios comerciais têm muito
3068 mais sucesso reprodutivo que os criatórios científicos de espécies ameaçadas.
3069 Os criadores comerciais porque eles têm recurso, têm condições de reverter o
3070 recurso para a criação, eles estão tendo muito mais êxito em reproduzir
3071 espécies ameaçadas do que os criadouros científicos, que criadouro científico
3072 no final das contas acaba sendo um zoológico de gente rica porque é um
3073 buraco de dinheiro, é muito caro se criar bicho. Então, o potencial é gigante, é
3074 um assunto complexo que envolve paixão, agora, eu entendo que fauna é
3075 recurso, é recurso ambiental e ele tem que ser bem gerido, a gente não faz
3076 gestão com emoção. Então a necessidade de veterinários, zootecnistas,
3077 profissionais da área técnica para dar subsídios para o que vai ser feito. A
3078 questão de partir de uma lista com consensual, qual é uma lista que não tem
3079 discussão? Toda lista tem discussão porque tentar tirar papagaio verdadeiro da
3080 lista alegando clamídia. Então, o assunto que... Eu participei nas pré-oficinas,
3081 nós pegamos os critérios da Resolução, da 394, e fomos rever os critérios, eles
3082 tinham falhas. Nós fomos melhorar os critérios e tinha ficado decidido que
3083 clamídia e salmonela não seriam tratadas como doenças graves, por exemplo,
3084 ovo de galinha que a gente compra, 15% tem salmonela. Então, são potenciais
3085 doenças tão comuns, que, inclusive são subnotificadas confundindo com gripe.
3086 Então, entendeu-se que salmonela e Clamídia não se aplicariam. Aí durante a
3087 oficina passando lá...

3088

3089

3090 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3091 **Biodiversidade/MMA)** – Aí nós estamos passando aquela história de encher
3092 de detalhe uma legislação que acaba inviabilizando qualquer coisa.

3093

3094

3095 **O SR. THIAGO LIMA (Abrase)** – Ou então talvez a lista consensual, se quiser,
3096 para simplificar, a gente acordou pegando as espécies licenciadas, vamos
3097 partir das licenciadas até o momento para se discutir, porque não tem como
3098 rever o Brasil inteiro. Então, partindo, usamos aquela lista como princípio. De lá
3099 para cá vários criatórios foram licenciados e essa lista aumentou muito no
3100 Estado do Paraná, Rio de Janeiro e Alagoas. Essa lista aumentou muito. Eu
3101 não sei te falar qual seria o consenso hoje, por exemplo, não tinha anfíbio
3102 antes, hoje têm alguns criatórios licenciados de anfíbios. Então, eu acho difícil
3103 talvez chegar nessa lista consensual.

3104

3105

3106 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3107 **Biodiversidade/MMA)** – Tudo bem. Eu já acumulei aqui uma lista de
3108 comentários para fazer. Então eu gostaria só de falar uma coisa antes de
3109 passar a palavra para... Qual dos dois? Eu não sei qual dos dois. Mas, daqui a
3110 pouco. E depois o João Pessoa também. Mas alguns comentários aqui que eu
3111 acho que merecem uma ênfase, a questão da biodiversidade, nós estamos de
3112 20 a 30% da biodiversidade do mundo, e quando a gente olha a exploração
3113 econômica dessas coisas a gente vê uma meleca. Então assim, nós temos, eu
3114 vejo, eu tenho um dado exato, eu posso dizer, do a fitoterápico. Então, nós

3115 temos 30% da biodiversidade era para eu ter 30% dos fitoterápicos na história,
3116 em média. Tenho 1%. Quer dizer, de 30 eu tenho em 1. Então assim, nós
3117 estamos defasados. O que a gente vem comentando muito, assim, poxa, a
3118 Amazônia tem 22 milhões de habitante, a região mais rica do mundo, mas ao
3119 mesmo tempo metade da população está abaixo da linha de pobreza. Então,
3120 não faz sentido, alguma coisa está errada nessa conta. Se nós temos uma
3121 biodiversidade tão rica por que a gente não obtém o produto dessa riqueza de
3122 verdade? Então, o que a gente precisa fazer? Falar de maus-tratos, é óbvio, eu
3123 acho que não precisaria ter lei para isso. Mas também eu participei ano
3124 passado, eu entrei nessa história aqui há menos de 1 ano, mas eu já participei
3125 da questão de tráfico de animais, e aí você vê que tráfico de animais é o 4º
3126 maior crime organizado, só perde para tráfico de drogas, tráfico de armas e
3127 tráfico de pessoas, o 4º maior crime organizado do mundo em volume de
3128 dinheiro envolvido, de bilhões e bilhões de dólares é tráfico de animais. Ora, se
3129 gente fica travando tudo e impedindo a criação, o desenvolvimento desse
3130 comércio de animais legal, nós estamos dando combatível para o ilegal. Então,
3131 nós precisamos sim fazer alguma coisa de modo a fazer com que essa criação,
3132 a vida dos animais seja bem feito. E eu acho que a gente, também houve uma
3133 mudança de cenário, vamos dizer assim, até o ano retrasado agora, até o outro
3134 Governo nós tínhamos divisão dos Ministérios por partido, por interesses
3135 políticos e etc. A grande novidade desse governo foi acabar com isso e fazer
3136 com que os Ministérios fossem administrados por gente do ramo, por gente que
3137 está interessado em fazer a coisa andar. Muito bem, isso fez com que a antiga
3138 rivalidade que tinha do MAPA com Meio Ambiente, que a gente se estapeava,
3139 era divertido, mas a gente vai achar outra forma de diversão, mas, enfim, um
3140 ficava sabotando o outro, quer dizer, a coisa era feita para não andar, os
3141 comitês cheios de gente, com todo mundo, que, na verdade, toda a estrutura
3142 era feita para não dar certo, para travar, para a coisa não andar. Então, isso é
3143 que houve mudança. A gente hoje quer fazer tudo andar, nós somos, ele é o
3144 acelerador, eu sou o freio, do mesmo carro. Nós estamos no mesmo carro,
3145 esse carro tem que ir para a frente, ele precisa do freio e ele precisa do
3146 acelerador. A gente quer fazer isso. Então a gente aos pouquinhos está
3147 achando os problemas e limpando, e os problemas são sempre os mesmos,
3148 são sempre excesso de artigos, de vírgulas, de apostos, e que vão fazendo
3149 com que a lei fique uma malha que não deixa nada andar para frente. Então a
3150 gente está procurando fazer leis mais claras, mais simples, que vão, que
3151 consigam soltar a coisa, porque também fala-se tanto em corrupção, fala-se
3152 tanto em combate à corrupção e a gente vê cada mais claro esse cenário para
3153 nós, e assim, não tem nada melhor para a corrupção do que uma lei ambígua,
3154 do que uma regra mais ou menos, que permite múltiplas interpretações. E aí
3155 cada um interpreta como quer, da maneira que melhor lhe convém e tal. Então,
3156 a busca no nosso ramo para combater a corrupção não só fiscalizar, é criar
3157 regras mais simples e mais claras. Branco é branco e preto é preto. Ponto. Não
3158 tem que dar margem à discussão, à coisa porque aí você gera um meio
3159 propício para proliferação de bactérias nocivas. E um último comentário que eu
3160 queria fazer é uma coisa que eu aprendi na aeronáutica, quando a gente
3161 enfrenta um acidente aeronáutico, eu vou contar um exemplo, eu fiz parte das
3162 investigações dos maiores acidentes de aeronáuticos dos últimos tempos,
3163 aquele Gol 1907 no Cachimbo, aquele TAM lá em São Paulo que explodiu, o

3164 Air France 447. Mas eu estava aqui em Brasília em uma reunião para discutir o
3165 avião da TAM 3054, estavam lá presentes a TAM, a Focker, não, era Air Bus, a
3166 Ross Roisse que é fabricante do motor, a Infraero, e assim vai, todo mundo
3167 estava lá. E deixaram para eu falar por último, eu era tenente coronel, não
3168 apitava muita coisa, então, todo mundo falou, e todo mundo disse que na sua
3169 área não tinha problema não, estava tudo bem, estava tudo bem. Não, motor
3170 não tem problema nenhum, o avião não, o avião estava bom, o piloto estava
3171 bom, a companhia estava boa. Quando chegou a minha vez eu falei: bom dia,
3172 eu queria dizer que eu sou o tenente coronel Camerini, responsável pelo fator
3173 humano dessa investigação e eu quero dizer que eu estou indo embora.
3174 Porque eu acabei de descobrir que o acidente não aconteceu, porque se todo
3175 mundo falou e ninguém, não teve problema nenhum. Então, não houve o
3176 acidente. Vamos cair na real, alguma coisa está errada. O acidente aconteceu?
3177 Aconteceu. Então alguma coisa saiu errado. A mesma coisa, estamos tendo
3178 um problema, certo? Então, alguma coisa está errada. Não é uma questão de
3179 botar a culpa em alguém para cá ou para lá, mas assim, é reconhecer e
3180 identificar que alguma coisa está errada e que precisa ser mexido, pode ser
3181 que seja exatamente no meu setor. Lamento, mas eu vou corrigir. E essa lição
3182 de humildade, vamos dizer assim, que a aeronáutica tem é a única que o
3183 objetivo é ninguém está querendo punir, está querendo que não aconteça mais
3184 o mesmo acidente, não aconteça mais o mesmo problema. Existe um
3185 problema? Existe, vocês são testemunhas de que existe um problema. Ou seja,
3186 a coisa não anda, a coisa não consegue sair do lugar. Então, em algum lugar
3187 tem problema, nós temos que corrigir, temos que identificar. Usar exceções
3188 para justificar regra é um problema corrente, toda hora o pessoal... Porque uma
3189 clamídia foi encontrada no coisa, vai parar tudo por causa disso, não dá. Item
3190 de segurança de voo, qual é a única certeza que eu tenho de que o avião não
3191 cai? É não decolar. Se o avião não decolar eu tenho certeza que ele não cai.
3192 Agora, decolou, dançou, decolou, alguma chance de cair tem. Então assim, só
3193 que o avião foi feito para voar, o avião não foi feito para ficar no chão. A
3194 mesma coisa, o negócio de vocês foi feito para andar, porque se vocês não
3195 fizerem aí não vai ter problema. Mas não é esse o negócio, vocês foram feitos
3196 para fazer a coisa andar e nesse caso é até pior porque se vocês não fizerem,
3197 o traficante vai fazer. Ninguém vai deixar de fazer porque a lei. As pessoas vão
3198 fazer. Então, o que eu preciso fazer? Eu preciso fazer uma lei, uma regra do
3199 jogo que permita o produtor legal, facilite. E pau no ilegal, o ilegal vai levar toda
3200 a força do cassetete. Agora, o legal tem que ter sua vida em condições de
3201 desenvolver. Se a gente precisar revogar a lei, se trabalhar, nós não somos
3202 legislativo, mas nós temos como... A Secretaria de Biodiversidade ela tem por
3203 missão analisar, avaliar e propor alterações que gerem um ajuste de rumo,
3204 uma correção de alguma coisa. Então isso é o nosso papel e que a gente está
3205 aqui para trabalhar. Nós queremos fazer isso. Aqui encontramos uma
3206 Resolução que atrapalha, aqui podemos contribuir? Sim. O terreno ainda está
3207 meio fofo porque a gente ainda não sabe nem exatamente os bichos, não sei
3208 nem se precisa da lista ou não precisa da lista, até isso precisa ser rediscutido.
3209 Então, a gente pode fazer. Eu vou abrir de novo a palavra para aqueles que
3210 pediram para falar, mas eu só queria fazer esse encaixe aqui para a gente
3211 poder fazer a conversa, depois a gente volta para o texto. Palavra contigo, não
3212 é? Pierre.

3213
3214

3215 **O SR. PIERRE GIMENES ALONSO (Abrase)** – Pierre, zootecnista. Só para
3216 corroborar o que foi falado aqui sobre a criação, lembrando que o uso
3217 sustentável da biodiversidade ela tem que ser concretizada. Ou seja, não
3218 adianta nada a gente falar que tem a biodiversidade, como o presidente falou, e
3219 não aproveitar ela. Nós temos uma quantidade enorme de animais que podem
3220 ser criados, que devem ser criados, afinal de contas a gente sabe que a
3221 domesticação não foi, a domesticação dos animais não foi extinguida, não foi
3222 extinta e deve ser continuada. Os critérios para elaboração dessa lista foram
3223 feitos numa outra gestão, com uma visão, assim, nítida de impedir que a
3224 atividade seguisse adiante. Então assim, eu até estava brincando aqui, eu vou
3225 mudar a palavra, mas assim, uma porcaria que você conserta ela pode ficar
3226 mais bonitinha, mas ela continua, não é? Não era essa a palavra, mas deu
3227 para entender. Poderia ser uma lista negativa? Poderia. Como foi comentado
3228 aqui porque você tira aquilo que não pode, peçonhento, agressivo e tal, você
3229 elimina. Agora, tudo isso dentro de um reconhecimento que o Ibama fez com
3230 essa nova publicação, de parabéns, porém, tem um detalhe, ele não deixa
3231 explícito que faz 12 anos que não se aprova um único criadouro comercial de
3232 nativos nesse relatório. Estamos falando, 12 anos é metade da vida produtiva
3233 de uma pessoa, praticamente. Não estamos falando, tipo, demorou. Até
3234 brinquei aqui, se a gente aplicasse a MP da liberdade econômica em 6 meses
3235 que tinha para o Ibama elaborar a lista, esse negócio já era para estar liberado
3236 tudo porque o Estado não se pronunciou. Estamos condenando muitas vidas, a
3237 expertise que se perde com isso é absurda, ninguém vota, assim, eu tenho
3238 visto os programas de criação de animais silvestres ameaçados de extinção, e,
3239 assim, sendo geridos por pessoas que nunca criaram um periquito, um
3240 canarinho na vida. Isso são aberrações que, por favor, coloque na listinha das
3241 coisas que devem ser alteradas na nova gestão, ou seja, quem vai fiscalizar,
3242 quem vai olhar o que um criador faz tem que ser alguém que já tenha criado
3243 alguma coisa. Porque não faz o menor sentido eu receber ordem que a pessoa
3244 fala esse poleiro tem que estar aqui. Eu estou no dia-a-dia, eu vejo, eu sou
3245 técnico, responsável, minha expertise diz que não pode ser isso, ou esse gosta
3246 disso, ou aquele não gosta, tem animais que tem que pôr, têm animais que tem
3247 que tirar. O manejo é diário. Como que alguém quer que eu ponha plaquinha
3248 com a foto do passarinho numa gaiola e fale que esse passarinho não pode
3249 sair daqui. E se brigar? Pronto, já estou sujeito a uma multa? Isso é uma
3250 insegurança absurda.

3251
3252

3253 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3254 **Biodiversidade/MMA)** – Você não está sujeito a uma multa, você está sujeito,
3255 se você tiver 20 passarinhos é 20 multas.

3256
3257

3258 **O SR. PIERRE (Zootecnista)** – Não. E a defenestração, ou seja, acaba sendo
3259 defenestrado.

3260
3261

3262 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3263 **Biodiversidade/MMA) –** Tem mais isso ainda.

3264

3265

3266 **O SR. PIERRE (Zootecnista) –** Porque tem a reputação da pessoa, por trás
3267 disso tem uma pessoa que tem cadastro técnico federal, que tem o seu
3268 endereço tudo normal, porque o traficante não é atingido por esse tipo de
3269 situação.

3270

3271

3272 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3273 **Biodiversidade/MMA) –** É muito mais fácil ser traficante do que ser legal.

3274

3275

3276 **O SR. PIERRE GIMENES ALONSO (Abrase) –** E eu estou, nessa gestão, ou
3277 seja, e dar continuidade, isso me preocupa muito, por quê? Chega para mim a
3278 notícia de muita gente que está cortando as anilhas e dando baixa porque fala:
3279 meu, eu não quero aborrecimento, eu não quero polícia na porta da minha casa
3280 porque os vizinhos vão achar que eu sou bandido, eu sou correto. E aí ele
3281 corta e não tem mais dor de cabeça. Se pegar vai lá, faz um termo de ajuste
3282 qualquer e sai andando. Agora, se ele tiver o registro a vida dele acaba. E ele
3283 foi uma pessoa certa, a vida dele acaba, simplesmente. Então assim, dentro
3284 dessa nova visão, desse novo, apesar de não, volto insistir, 12 anos é a
3285 geração produtiva, é muito absurdo. Então assim, eu realmente gostaria de que
3286 fosse revisto os critérios para critérios negativos, porém, nós temos uma
3287 urgência com as pessoas que revoltadas com o sistema antigo, votaram em um
3288 sistema novo e que até agora não tem uma posição. Então assim, a gente,
3289 realmente concordo com o presidente de que o anseio de uma solução rápida
3290 para isso é grande. Muito grande.

3291

3292

3293 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3294 **Biodiversidade/MMA) –** Pena que para esse assunto a gente não tinha uma
3295 proposta final, assim, para apresentar logo de cara. Para a gente já poder. O
3296 que a gente poderia agora era apresentar uma lista dos pacificados e aprovar
3297 os pacificados, e pronto. Vai para frente. E aí depois esse Comitê e tudo vai ser
3298 reestudado para tocar para frente.

3299

3300

3301 **O SR. PIERRE GIMENES ALONSO (Abrase) –** Mas o problema é que
3302 proibindo o que ficar de fora é proibido reproduzir, a pessoa fica impedido e
3303 tem que pegar o animal que ele cuidou há 12 anos e entregar para o Ibama.
3304 Uma sequência de anormalidades.

3305

3306

3307 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3308 **Biodiversidade/MMA) –** Aí o Ibama não tem onde pôr, devolve para o cara
3309 para ficar sob a guarda.

3310

3311

3312 **O SR. PIERRE GIMENES ALONSO (Abrace)** – Vai morrer no Setas porque
3313 não tem condições de aceitar, aí morre.

3314

3315

3316 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3317 **Biodiversidade/MMA)** – Têm vários, o João pessoa era o próximo, depois ele
3318 e depois ela. Está bom? Fala, João.

3319

3320

3321 **O SR. JOÃO PESSOA (Ibama)** – João Pessoa, Ibama. Eu acho que é
3322 importante, o João aí citou essa dualidade do órgão federal e isso acabou, a
3323 posição do Ibama é de total apoio à criação comercial como ferramenta de
3324 conservação. Isso está na lei, é a mesma questão que está sendo colocada na
3325 questão florestal. Nós tínhamos essa dualidade que todo madeireiro era
3326 infrator. Não, tem o madeireiro legal, que produz, que paga os seus impostos e
3327 que tem todo o direito de exercer a sua atividade. A mesma questão é a
3328 criação prevista em lei, na lei de fauna de 67 que até coloca que o poder
3329 público deve incentivar, e aí que vem a posição do Ibama, deve incentivar. Na
3330 questão da lei de fauna a questão dos animais silvestres veio sendo
3331 recepcionada por outras legislações. Então, ela nesse aspecto ela é válida e o
3332 Ibama pediu o desarquivamento dessa Resolução por entender muito
3333 importante, por que ela é importante? E não é o Ibama que fala isso, é a UCN
3334 internacional que faz toda a parte de conservação, que defende a criação como
3335 ferramenta de conservação. É importante que a gente passe isso para as
3336 entidades da sociedade civil. Por que o Ibama se posiciona favorável à
3337 criação? Não seria melhor proibir a pressão nos animais, nas espécies *in situ*
3338 aumenta porque há um mercado que quer ter o seu animal e ele vai buscar na
3339 ilegalidade se não tiver o comércio legal. Então nós precisamos, eu concordo aí
3340 com Pierre que nós estamos hoje desde 2007 com uma proibição de novos
3341 criadores. Nós temos uma reserva aí de mercado para a criadores que já
3342 tinham a autorização, nós não autorizamos novos. Então, não há um aumento
3343 na concorrência. E isso é importante. Então, o Ibama tem uma posição
3344 favorável à publicação da lista, que seja, e aí vamos discutir se é negativa ou
3345 positiva, mas o importante é que nós, a gente destrave esse setor que está só
3346 para dar um exemplo, é mais fácil hoje comprar um papagaio nativo brasileiro
3347 na África do Sul do que no Brasil. Mais fácil comprar na Bélgica do que no
3348 Brasil, por quê? Nós exportamos esses animais, são desenvolvidos protocolos
3349 reprodutivos e esses animais são exportados para o mundo inteiro. Nós agora
3350 em um programa de reintrodução da Ararinha Azul esses animais tiveram que
3351 vir de fora, nós estamos autorizando com licenças para os animais virem para o
3352 Brasil. Não seria mais fácil esses animais terem sido reproduzidos em território
3353 nacional? Então, é essa a questão que nós colocamos e somos sim favoráveis
3354 à Resolução. Correto?

3355

3356

3357 **O SR. PIERRE GIMENES ALONSO (Abrace)** – Posso só complementar?
3358 Pierre, Zootecnista. Só complementando o que nobre João está falando, as
3359 Ararinhas Azuis, como você mesmo falou, na Europa eles reproduziram em

3360 quantidades limitadas, porém, aqui na Fazenda Cachoeira, em Minas Gerais,
3361 com 11 indivíduos, sendo um aleijado, conseguiram tirar 11 animais em um
3362 ano. Então assim, o sucesso reprodutivo dos nossos animais no Brasil é maior,
3363 superior e a custo mais baixo do que lá fora e aonde a gente está entregando a
3364 nossa biodiversidade. Só uma sugestão para ver se a gente chega em um
3365 entendimento, o que achariam de a gente discutir a aprovação da lista dos
3366 animais que já foram autorizados pelo Ibama, que foi a lista inicial que deu
3367 começo aos trabalhos em cima dessa lista, ou seja, o que o Ibama e os Órgãos
3368 Estaduais já autorizaram, ninguém inventa nada, ninguém inventa, fala, olha,
3369 isso daqui já foi autorizado, então, vai ser autorizado, já passou pelos estudos.
3370 Isso vai poder ser e daqui para frente a gente inicia os trabalhos em cima de
3371 uma lista negativa, ou qualquer outra...

3372

3373

3374 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3375 **Biodiversidade/MMA)** – Só para terminar a rodada de palavras. O senhor
3376 queria falar? E depois ela.

3377

3378

3379 **O SR. ANÍBAL ROLIM (Federação Ornitológica Gaúcha/RS)** – Aníbal Rolim,
3380 Rio Grande do Sul. Eu sou médico, criador de aves desde sempre, represento
3381 a Federação Ornitológica Gaúcha. Primeiramente eu quero aproveitar, João,
3382 para dar os parabéns de público dessa postura nova do Ibama, que o que a
3383 gente entendia sempre, então agora vamos ser parceiros. E esse entendimento
3384 de criar... Acho que está gravando. Esse entendimento que é preservar a
3385 criação e que, inclusive a CITs recomenda que se crie em ambiente doméstico
3386 as espécies ameaçadas, mas claro, cuidando do meio ambiente que é onde
3387 elas deveriam estar, mas a criação em ambiente doméstico ajuda. E o que
3388 move a criação? É o comércio, o sujeito cria e investe seu dinheiro para poder
3389 vender para alguém que quer. Então, isso está corretíssimo. Eu queria
3390 contribuir só com duas coisas, então, que essa lista que vem a sair, concordo,
3391 vamos fazer uma lista e depois discute o resto, mas que fique estabelecido que
3392 vai ser discutido o resto em um certo prazo de tempo, senão ela acaba ficando
3393 fechado a lista, como já ocorreu outras coisas e aí não anda. E, mas eu queria
3394 pedir licença para vocês para um assunto que me faz pensar há muito tempo.
3395 Acerca de 40, 50 anos se começou a querer criar pássaros silvestres, curió,
3396 bicuda e etc., todas as aves vieram da natureza, então eles criavam pássaros
3397 silvestres e ficou essa denominação, ficou como sendo correta porque na
3398 época era, ninguém criava um curió que já nasceu na gaiola, criava o silvestre,
3399 mas agora que tem criação de muitas gerações então acho que nós temos que
3400 corrigir as dúvidas da ciência, o que está se tratando aqui da Câmara PET,
3401 perdão, é que eu faço parte da Câmara EPET, na Lista PET, são os animais
3402 nativos. Silvestres ou não porque o curió tem uma população silvestre, solta, e
3403 uma população já domesticada. E não os animais não nativos, ou exóticos, o
3404 senhor falou da calopsita que já é uma outra história, se a gente for tratar aqui
3405 agora emperra tudo. E eu crio pássaros exóticos, eu tenho o maior interesse,
3406 mas aqui agora temos que ser sucintos, mas eu gostaria que houvesse esse
3407 entendimento que o contrário de exótico não é silvestre, o contrário de exótico
3408 é nativo. O silvestre é contrário de doméstico e está sendo feito como uma

3409 comparação, um conceito com outro e isso leva interpretações inadequadas e
3410 fica uma confusão. Obrigado.

3411

3412

3413 **A O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3414 **Biodiversidade/MMA)** – A gente tem observado aqui diversas leis e
3415 regulamentos que a questão não é técnica, a questão é de português. Muitas, o
3416 cara começa a querer enfeitar a palavra e fica de um jeito que cada um lê de
3417 um... Tem uma interpretação diferente. Por isso que a gente está falando de
3418 simplificar, clareza. A coisa tem que ser branco é branco, preto é preto, não
3419 ficar... Branco escuro, preto claro, e aí pronto, começa a dar confusão. Mas vou
3420 passar a palavra para a senhora, por favor.

3421

3422

3423 **A SR^a. PAVLESKA BARTOS MIRANDA (Sinca)** – Boa Tarde, eu me chamo
3424 Pavleska, eu sou do Sinca, o Sindicato Nacional dos Criadores de Animais,
3425 voltados aos animais de estimação, e, assim, me desculpem o pouco
3426 conhecimento técnico, eu realmente tenho uma maior profundidade de animais
3427 domésticos, mas venho estudando e me aprofundando nessa parte dos
3428 silvestres e, inclusive nas partes de legislação que é onde eu tenho uma maior
3429 facilidade, mesmo não sendo a minha área. Eu tenho notado algumas
3430 inconsistências, ou algumas questões que me deixam muito apreensiva. Desde
3431 quando eu comecei a estudar sobre o tema nas partes legais, a gente nota que
3432 desde 1800 você já tem uma destinação dos animais que têm um convívio com
3433 o homem ao MAPA, que vários nomes. E essa evolução continua até hoje
3434 dando essa destinação ao MAPA. Se você for ver o Decreto de
3435 Regulamentação que o Presidente fez ele passa bem-estar, boas práticas,
3436 manejo, tudo ao MAPA. Então, eu não entendo por que é que não há uma
3437 relação de proximidade entre os dois Ministérios sendo que se você tem uma
3438 criação, mesmo que ele seja um nativo ou um silvestre, não importa como você
3439 vai chamar, ela passou a ser uma criação e ela tem que respeitar as partes
3440 sanitárias, ela tem que respeitar as partes e o Ministério do Meio Ambiente por
3441 mais boa-vontade que tenha não tem um pessoal tão específico e tão
3442 capacitado quanto o MAPA. Então eu não entendo por que é preciso de uma
3443 lista de restrição sendo que ei poderia protocolar dois documentos, um no
3444 Ministério da Agricultura perguntando se eu tenho o impacto sanitário, e um no
3445 Ministério do Meio Ambiente pedindo aquelas aves ou aqueles animais, ou seja
3446 lá qual bicho for para que eu possa ter o criadouro, porque até onde eu
3447 entendo criar é conservar e preservar, não existe outra situação além dessa.
3448 Você só consegue manter o seu controle de DNA, de cadastro de informação
3449 se você teve animais para poder repovoar, se você tiver algum problema, como
3450 existem doenças, existem desmatamentos, existem um monte, ou mesmo
3451 tráfico. Então, eu me questiono e não entendo por que é que não se cumprem
3452 as leis que estão em vigor do período militar, que para mim são as leis mais
3453 inteligente que eu já li até hoje, que sinceramente, hoje a gente tem um monte
3454 de aberrações aí soltas. Você vê as leis de 60, de 70, de 80, cara, são
3455 perfeitas. Você consegue aplicar, você consegue entender, você consegue
3456 seguir e elas estão explicadas, a 67 que o senhor falou, ela me diz que você
3457 tem que ter um incentivo à criação, à criação que eu digo, comercial, e o que

3458 eu vejo é uma burocracia que impossibilita que nós criadores possamos
3459 executar aquilo que nós queremos que é preservar a nossa cultura, nós somos
3460 quase todos parte indígenas, por mais que não queira dizer, nós somos todos
3461 aqui mestiços, eu conheço pouca gente no Brasil que possa dizer eu sou de
3462 descendência ariana e não sei o quê, não, todo mundo aqui é misturadinho,
3463 todo mundo aqui é CRD. Então, todo mundo e tem a Constituição ela te dá
3464 vários direitos, ela diz que você tem que incentivar a livre iniciativa, você tem
3465 que incentivar o crescimento econômico, você tem que... E o que eu só
3466 restrição, é só dificuldade, é só entraves, empecilhos, aonde nós deveríamos
3467 ter uma evolução, onde você com... O seu direito de propriedade é a
3468 questionado o tempo todo, as anilhas valem por 1 ano, 6 meses porque o
3469 período de ano do Ibama é diferente do ano normal das pessoas. Eu nunca
3470 ouvi falar um negócio desses, que as leis, 2 anos, 2 anos é a partir do
3471 momento que eu peguei o negócio, se eu peguei o negócio hoje daqui há 2
3472 anos ele vem, mesmo assim, ele é de aço, ele vai vencer porque ele vai
3473 deteriorar? E eu não paguei por ele? Eu não entendo que momento foi que
3474 você ser produtivo passou a ser criminal. Eu sou vista como um bandido
3475 porque eu crio cachorro. Eu sou vista como um bandido porque eu tenho gado.
3476 Eu sou vista como um bandido porque eu respeito o direito do outro e porque
3477 eu sou heterossexual, por exemplo. Eu não sei o que foi que houve, mas as
3478 pessoas elas distorceram o mundo e o mundo ficou de cabeça para baixo. Eu
3479 estou realmente surpresa em até agora ficar escutando falar assim, vamos
3480 definir a lista, uma lista para que se eu preciso simplesmente que os dois
3481 órgãos conversem e definam, isso faz mal para as pessoas e isso não faz para
3482 as pessoas. Olha, eu tenho X animais que você pode pegar em Sergipe ou seja
3483 onde lá, em qual mata, ou eu tenho em centro de reabilitação e você pode
3484 procriar esse animal, eu preciso que você me devolva a cada tanto tempo
3485 tantos animais para eu repovoar. São coisas assim tão simples e tão fáceis, eu
3486 não sou da área, eu cheguei ontem literalmente, que eu tenho 6 meses que eu
3487 estou mexendo só com ambiental e eu não consigo entender como que as
3488 pessoas, não consigo visualizar coisas simples. Então assim, o que há é a falta
3489 de respeito pelo próximo, pelo animal, as pessoas que criam são pessoas que
3490 abrem mão das suas vidas por aquilo que elas fazem. Eu não viajo há mais de
3491 7 anos porque não confio em ninguém que eu coloquei na minha casa para
3492 poder olhar os meus cães. Eu viajo, viagemzinha rápida de no máximo 1 dia,
3493 para resolver um problema e volto. As pessoas que são pessoas voltadas à
3494 criação, são pessoas que gostam daquilo que elas fazem e elas estão
3495 dispostas a abrir mão das suas vidas, são pessoas que querem o
3496 melhoramento, que querem o crescimento. Então assim, o que eu acho que
3497 tinha que ser discutido é quais são os critérios que os dois Ministérios devem
3498 falar para que eles tenham ou não as liberações. E não quais os animais. Todo
3499 animal pode ser criado, desde que seja destinado à X situação, ou a X
3500 estrutura, ou característica. Eu não consigo entender onde foi que aconteceu
3501 essa confusão toda. Porque nas leis ambientais nenhuma delas passa à
3502 destinação de bem-estar e a boas práticas ao Ministério do Meio Ambiente.

3503
3504

3505 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3506 **Biodiversidade/MMA) –** Tudo isso que você está falando vem bem ao

3507 encontro do que a gente está procurando fazer e é por aí que nós vamos
3508 caminhar de verdade. Você viu, você não estava aqui no começo, você está
3509 desde o começo, então você viu que o tom da conversa está sendo o mesmo.
3510 Nós estamos tentando ser coerentes com essa postura, nós queremos que a
3511 coisa ande, queremos que a coisa funcione, mas assim, não tem, a ideia é a
3512 mesma, a gente vai buscar soluções, a gente encontra, aí você vê, em todos os
3513 assuntos o problema no fundo é o mesmo, um monte de legislação, um monte
3514 de coisa complicada que permite, que trava tudo. Então a gente está
3515 deputando um a um, porque não dá para fazer tudo de uma vez. Mas deixa eu
3516 só passar para o Julian, acho que é a última palavra. Vamos lá. Tem mais o
3517 Roberto.

3518
3519

3520 **O SR. JULIAN THEVENIN (Novo Encanto)** – Julian, Novo Encanto. Eu sou
3521 Doutor Geógrafo em Biogeografia e também professor da Universidade do
3522 Estado do Amazonas. E assim, é importante a gente favorecer a economia do
3523 País, mas o Estado é um agente controlador importante porque nós já vimos
3524 repetidas vezes como a economia sem controle tem gerado danos. E
3525 recentemente a gente viu danos ínfimos que nada foi feito como derramamento
3526 de barragens e etc. e tal. Então, não estamos vivendo um retrocesso, nós
3527 precisamos é avançar e ter uma regulação que funcione de fato. E o maior
3528 problema não é nem propriamente as leis, são a fiscalização, a falta de
3529 profissionais para fiscalizar e o cumprimento dessas leis. Então assim, tem
3530 uma demanda em relação a essa Resolução, essa Resolução ainda está muito
3531 incompleta, dá margem a muitos problemas. Pensar em uma lista sem
3532 tamanhos pode gerar um dano ambiental sem precedentes porque sim, tem um
3533 item que fala assim: Sendo vedada a sua soltura. Mas não garante que não vai
3534 ser solto. Se você tiver animais da fauna nativa do Brasil espalhados por todo o
3535 Brasil em qualquer região, ele saindo do cativeiro eles podem gerar um dano
3536 ecológico sem precedentes no país. É uma coisa séria, não é brincadeira.
3537 Calma! Então, outro ponto, quando a gente aprova a comercialização a gente
3538 tem que observar o seguinte, tudo bem, será que a gente tem que ter
3539 mecanismos de controle para não a gente não estar legalizando a captura
3540 porque o que vai diferenciar, por exemplo, a pessoa captura, ela tem um
3541 comércio aprovado, ela vai e captura um determinado espécie, *in situ*, uma
3542 espécie nativa e ela traz para o seu comércio. O que vai garantir que aquela
3543 espécie é reproduzida em cativeiro ou foi capturada. A pressão *in situ*, quanto
3544 que a pressão *in situ* não vai aumentar em função de uma legalização de todos
3545 as espécies? Então, a coisa...

3546
3547

3548 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3549 **Biodiversidade/MMA)** – São pontos a serem considerados, porém não são
3550 alvo dessa reunião de hoje porque se não a gente *viaja na maionese e não vai
3551 chegar na coisa.

3552
3553

3554 **O SR. JULIAN THEVENIN (Novo Encanto)** – Pois é, mas será se a gente...
3555 Se a gente deixar brechas...

3556

3557

3558 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3559 **Biodiversidade/MMA)** – Desculpa, espera um pouquinho! Essa Câmara
3560 Técnica ela tem alguns regramentos previstos que impedem que outras
3561 pessoas que não sejam Conselheiros tomem a palavra direta, elas têm que ser
3562 indicadas por um Conselheiro para poder falar. Mas eu já entendi a mensagem.
3563 Não se preocupem, posso até recebe-los mais tarde para a gente estender
3564 essa conversa para outros níveis e tal. Eu fiz, de novo, algumas anotações e
3565 volta e meia vocês tocaram, o Julian mesmo tocou no assunto, que é problema
3566 de comunicação. A gente já identificou, primeiro, eu quero dar um outro
3567 exemplo militar, vocês imaginem que durante a Guerra Fria teve uma época de
3568 pico que os Estados Unidos botou um terço da frota de bombardeiros nucleares
3569 no ar 24 horas por dia. Então enquanto um terço estava voando, o outro terço
3570 estava se preparando para voar e o outro terço estava descansando da última
3571 missão. Então, vocês imaginam qual é o cenário. Quantas bombas atômicas
3572 tinham no pátio do aeroporto, e põe e tira do avião. Aí o cara falando, poxa,
3573 como é que eu faço a segurança dessa base aérea com aviões, com bomba
3574 nuclear subindo e descendo dentro do avião? E decidiram fazer uma cerca.
3575 Vamos cercar a base aérea, só que base aérea do americano é um troço do
3576 tamanho de uma cidade. Como é que faço um muro para tudo quanto é isso
3577 daí. Aí começaram a discutir esse muro, muro, muro, aí um cara levantou a
3578 mão e questão e ordem. O que um muro? E todo mundo: você não sabe o que
3579 é um muro? Eu quero que você me defina. Aí o cara falou assim: bom, o muro
3580 é um dispositivo físico que impede a entrada de pessoas. Honestas... Porque
3581 assim, o muro só serve para regar a vida, o honesto é que olha o muro e fala:
3582 ah, não é para entrar. O desonesto tanto faz o muro, ou eu pulo, ou eu passo
3583 por baixo, ou eu furo, quer dizer, assim. Então, o que acontece? E esse é um
3584 erro filosófico que a gente comete muito, a gente cria leis complicadíssimas,
3585 cheia de coisa para proibir o honesto de trabalhar, o desonesto tanto faz, ele
3586 vai traficar o bicho. Entendeu? Eu faço um monte de lei, então assim, fazer
3587 uma lei bem-feita não significa simplesmente, que porque eu fiz a lei bem-feita
3588 que não vai ter mais crime, que não vai ter mais nada, porque o desonesto vai
3589 continuar furando. Então a questão da fiscalização é fundamental. Agora,
3590 vamos cair na real, é impossível eu fiscalizar o mundo inteiro tem, o tempo,
3591 todo mundo. É abrir os braços e não faz. Então se eu disser isso eu estou
3592 dizendo para não fazer porque é impossível. Então, a gente tem que ver no
3593 limite da nossa capacidade física, tecnológica e etc., o que dá para fiscalizar e
3594 aí vamos criar uma regra dentro da capacidade de fiscalizar. Isso também
3595 aprendi, não dê uma ordem que você não possa fiscalizar. Eu dou uma ordem,
3596 aí você sabe se o cara fez? Não sei. Então, nem dê a ordem porque você não
3597 sabe se o cara fez ou não fez, como é que vai fazer? Então, a busca nossa é
3598 char uma lei clara, uma coisa simples que eu consiga fiscalizar, que eu consiga
3599 saber que está sendo feito ou não. Então a gente precisa, eu também percebo
3600 esse problema de comunicação. Que, por exemplo, a gente faz geral lei
3601 elaborada, cheia de palavras bonitas e tal, aí quando chega fiscal lá na ponta, o
3602 cara que vai ler, ele tem a cultura, ele tem a inteligibilidade para poder ler a lei
3603 e interpretar e cumprir do jeito que está escrito, do jeito que a gente pensou,
3604 porque a gente pensou em uma coisa, escreveu de outra e o cara leu de outra.

3605 Chega na ponta a interpretação da lei é completamente diferente daquilo que a
3606 gente planejava. Então, tudo isso tem que ser pensado e elaborado. E com
3607 certeza, pela conversa que a gente está tendo a gente está vendo que não há
3608 ainda maturidade, ou um consenso para a gente poder produzir alguma coisa.
3609 E a resposta ainda não foi, Dr. Roberto, não sei se o senhor vai me dar a
3610 resposta do para que a Lista PET. (Risos). Por favor pode falar.

3611
3612

3613 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA)** – A minha
3614 primeira pergunta o senhor acabou de responder. A gente vê que têm dois
3615 problemas colocados à mesa, em primeiro, nós vamos tomar uma decisão
3616 minimamente necessária para o sistema andar nesse momento, me pareceu,
3617 pela sua posição, que não seria interessante. Coisa que eu também estou
3618 achando um pouco arriscado. E o segundo ponto é como que nós vamos
3619 elaborar então, um material com uma nova visão, abandonando aquela visão
3620 de tudo proibido e aquilo...

3621
3622

3623 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3624 **Biodiversidade/MMA)** – Eu perguntaria para todos se vocês concordam com
3625 esse posicionamento que a gente está levando, quer dizer, então a nossa ideia
3626 é a seguinte, a gente precisa primeiro fortalecer o conceito de Lista PET, ou
3627 não. Ou seja, a gente pode chegar à conclusão de que a Lista PET é
3628 necessária, tudo bem, vamos em frente, ou não, ela só está atrapalhando. Eu
3629 acho que até essa questão fica levantada. Depois, nós já tínhamos nos
3630 adiantado nesses estudos previamente, já sabia que ia ter a reunião, o que vão
3631 perguntar não são sei o que e tal. Então a gente já fez alguma coisa. Então, o
3632 coronel Olivaldi, que alguém chamou ele de Major aí, sim, ele era Major, mas
3633 agora é Coronel, não chama ele mais major senão você vai... E a ideia é a
3634 seguinte, nós temos, nós elaboramos essa imagem de fazer um Grupo de
3635 Trabalho para resolver e nesse Grupo de Trabalho eu posso impor um prazo.
3636 Um prazo curto, relativamente curto para que a coisa acelere. E aí vamos dar
3637 as questões básicas que a gente quer deles para que ele desenvolverem. E
3638 também foi sugerido que fosse usado basicamente a equipe que já fez, para
3639 não partir do zero. Então a gente usaria mais ou menos o mesmo pessoal e
3640 fazia trabalho. O Max tem mais detalhes para apresentar sobre essa proposta.

3641
3642

3643 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA)** – Mas a equipe
3644 que já fez vai ter a visão do que do que está saindo aqui.

3645
3646

3647 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3648 **Biodiversidade/MMA)** – Concordo, mas aí não tem problema porque é o
3649 seguinte, essa seria a ideia, porém, pelo regramento da Câmara Técnica do
3650 Conama as indicações são de vários, de todos os setores têm que estar
3651 representados e os setores, os Conselheiros dos respectivos segmentos é que
3652 vão dar o nome. Então sim, se está todo mundo aqui, pelo menos afinado na
3653 filosofia, na ideia de aonde a gente quer chegar, eu acredito que as indicações

3654 de vocês vão ser coerentes com gente que vá pensar desse jeito ou vai juntar
3655 para poder chegar.

3656

3657

3658 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA)** – Mas para
3659 estabelecer princípios e diretrizes, não para fazer lista.

3660

3661

3662 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3663 **Biodiversidade/MMA)** – Eu acho que até a questão da lista está em questão.
3664 Até a lista está em questão. Se deve existir ou não.

3665

3666

3667 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA)** – Mas esse
3668 grupo vai apresentar para nós quais são as possibilidades e aí nós decidimos.
3669 Agora, o que eu vejo já desde muitos anos pelas Câmaras Técnicas, não há o
3670 uso de e-mails para adiantar as posições antes da próxima reunião. Então, se
3671 esse grupo se reúne durante um mês, dois meses e a próxima reunião é daqui
3672 a três, quatro meses, a gente pode receber esse material e comentar esse
3673 material com e-mails em grupo, eu acho que adianta bastante a discussão
3674 porque quando a gente aqui a gente já tem as novas ideias lançadas.

3675

3676

3677 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3678 **Biodiversidade/MMA)** – Para que serve esse papel, a gente nunca, a gente
3679 assina e nunca usa para nada, mas ele é para isso. Tem o e-mail de todo
3680 mundo aqui. Vamos conferir então, passar de volta. E aí a gente cria um grupo
3681 e vai fazendo. E aí vai adiantando. Perfeito. Eu sempre falo para o pessoal
3682 aquela história do ótimo é inimigo do bom, fica querendo fazer uma lista
3683 perfeita ela nunca vai ficar pronta, porque nunca vai estar perfeita. Então a
3684 gente faz uma lista, está bom? O bom é melhor. Então, vamos fazendo e
3685 vamos andando. Pode. Eu tinha passado a palavra para ele, mas depois você
3686 vai.

3687

3688

3689 **O SR. MARCUS NAZARETH PEÇANHA (MMA)** – Bom, para formar um Grupo
3690 de Trabalho, um Grupo de Trabalho precisa ser indicado pelo Plenário, pelos
3691 Conselheiros do Plenário, de tal sorte que tem representante aqui na Câmara
3692 Técnica que não são Conselheiros. A proporção do Plenário, enfim, o ideal
3693 para a gente, só para complementar um pouco da conversa, o coronel Olivaldi
3694 era é uma pessoa que tem uma visão anterior, confluiu para o que estava
3695 acontecendo, tem um histórico, têm as pessoas que têm o histórico e
3696 obviamente é o diretor de fiscalização do Ibama hoje que a gente pode dizer
3697 que está muito alinhado com a nossa visão também. E conhece pessoas de
3698 todos os setores, de todas as visões, enfim. Tem essa visão plural aí do
3699 Conama, por isso que a gente sugeriu. Para formar um Grupo de Trabalho
3700 menor que era o que a gente gostaria para ser mais ágil, fica um pouco
3701 complicado por causa da proporção do Plenário. Então, a minha sugestão, só
3702 para, e aí não sei se vocês estiverem de acordo e o brigadeiro estiver de

3703 acordo coloca em votação, o Plenário do Conama tem 23 membros, esses 23
3704 membros são compostos por 10 membros do Governo Federal. Eu entendi,
3705 mas a gente precisa... Eu entendi, mas veja, se a gente for fazer a indicação
3706 ela precisa levar como consideração a questão dos setores, não tem? Explica.
3707

3708

3709

A SR^a. JAZETTE RENATA G. WECKEVERTH (Diretora D-Conama) – Só
3710 para deixar claro, aqui hoje nessa Câmara Técnica a gente tem duas vagas de
3711 cada segmento. Então são essas vagas e esses Conselheiros que têm a vaga,
3712 então no caso o Conselheiro representante do MAPA, que o senhor Roberto
3713 ele não é Conselheiro, o senhor é membro só da Câmara Técnica, o senhor
3714 não é Conselheiro no Plenário. Então, o Conselheiro representante do MAPA
3715 quem vai indicar o nome. E assim eu imagino que sejam todos aqui, com
3716 exceção da CNI e CNA que são Conselheiros já. Mas todos os outros que
3717 estão aqui são somente membros. Eu estou correta? Eu acho que é isso.
3718 Então, são os Conselheiros representantes das entidades de vocês que vai ter
3719 que formalizar o nome. Pode ser o próprio nome de vocês mesmo ou uma
3720 outra pessoa, assim como aconteceu a indicação da Câmara Técnica. Foi
3721 dessa forma, a analogia é a mesma, não é o Plenário, os 23 do Plenário que
3722 vão indicar, são os 10 aqui. Isso é o que o Marcus vai sugerir agora quanto a
3723 composição, mas uma vez definida, vão ser 2 vagas do Governo federal, 1
3724 para seja lá o que for são os Conselheiros dessa composição. Eu não sei se eu
3725 fui clara.

3726

3727

O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA) – Como que se
3728 dá a indicação?
3729

3730

3731

A SR^a. JAZETTE RENATA G. WECKEVERTH (Diretora D-Conama) – Quanto
3732 a indicação. Pode ser uma vez definida o que o Marcus vai passar, pelo que eu
3733 entendi a sugestão de vagas para cada segmento e se todos estiverem de
3734 acordo, cada Conselheiro representante aqui da Câmara Técnica vai, pode ser
3735 um e-mail mesmo, mandar para a gente, o conama@mma.gov.br que é aquele
3736 e-mail que a gente tem no site, indicando, o próprio Conselheiro indicando
3737 quem é a pessoa que vai ocupar o GT, que vai participar do GT, o nome com
3738 e-mail, telefone para a gente poder entrar em contato, fazer convocação, como
3739 o próprio, o senhor Roberto, falou a gente poder mandar todas as informações.
3740 E só para complementar o que ele falou, em todas as reuniões, tudo que for
3741 circular de informação a gente vai incluir, a gente como Secretaria-Executiva
3742 que são membros mesmo que vocês vão estejam no Grupo de Trabalho, vocês
3743 vão estar recebendo as informações ali e tudo que for circulando nesse grupo
3744 paralelo que seria o Grupo de Trabalho. Perdão, Marcus, já que me foi aberta a
3745 palavra, vou só já então esclarecer alguns pontos aqui porque a gente está
3746 com um Regimento novo, então algumas coisas mudaram em relação à criação
3747 de Grupo de Trabalho. Então, aqui qual é o papel dessa Câmara Técnica?
3748 Instalar o Grupo de Trabalho. Então, pelo que eu estou entendendo está tudo
3749 encaminhando para uma instalação, sendo aprovado esse Grupo de Trabalho,
3750 a gente tem de acordo com o Regimento um prazo de no máximo 90 dias para
3751

3752 finalizar esse trabalho. Sendo que a primeira reunião do Grupo de Trabalho
3753 tem que acontecer em no máximo 30 dias. Então, o ideal seria que vocês
3754 entrando em contato com os Conselheiros de vocês, é logico que a gente vai
3755 formalizar isso também, mas vocês podem adiantar com os Conselheiros
3756 representantes de cada segmento aqui, mas o ideal é que formalizem esses
3757 nomes logo porque a gente tem prazos regimentais para a convocação do
3758 Grupo de Trabalho e começar, essa primeira reunião tem que ser em 30 dias, a
3759 gente tem que fazer uma conta ao contrário. O ideal é que a gente tivesse
3760 esses nomes da composição em, imagino no que máximo 7 dias, 10 dias. Os
3761 Conselheiros que tenham vaga aqui. Um exemplo, o MAPA, o Sr. Roberto
3762 Lorena ele não é Conselheiro no Plenário, o Conselheiro no Plenário do MAPA
3763 quem é? É Márcio Mazzaro, que é o suplente ou o Elvison Nunes, então a
3764 gente precisa como Secretaria-Executiva receber um e-mail do Elvison dizendo
3765 quem vai ser a pessoa que vai participar do Grupo de Trabalho da Lista PET.
3766 Não pode ser um e-mail do Roberto. É isso.

3767

3768

3769 **O SR. MARCUS NAZARETH PEÇANHA (MMA)** – Estou tentando discutir aqui
3770 a questão da forma para a gente encaixar o melhor possível, porque o que eu
3771 tinha pensado aqui era de a gente fazer, eu estava entendendo que tinha que
3772 ser pelos membros, porque nós temos 23 membros e no caso da CNA e da
3773 CNI é mais simples, como você explicou, mas eventualmente no caso dos
3774 Estados, por exemplo, são 5 Estados, mas apenas dois representados aqui.

3775

3776

3777 **A SR^a. JAZETTE RENATA G. WECKEVERTH (Diretora D-Conama)** – Para
3778 deixar claro aqui. É até bom você estar perguntando isso aqui mesmo, pode
3779 ser a dúvida de todo mundo. Quando a gente fala Conselheiro, a gente está
3780 falando de Plenário, quando a fala de membro a gente está falando de Câmara
3781 Técnica. Então, quando a gente cita membros, vocês aqui são membros, com
3782 exceção do Mário e do João que ele é Conselheiro e membro da Câmara
3783 Técnica. Então existe essa distinção, só para ficar claro o entendimento. Então
3784 quando a gente fala, quem tem que indicar os Conselheiros que têm a vaga na
3785 Câmara Técnica, então, no caso aí cito mais uma vez o exemplo do MAPA que
3786 a gente citou aqui o Elvison que é o Conselheiro no Plenário do MAPA e o
3787 MAPA tem uma vaga nessa Câmara Técnica. Então, ele quem vai indicar o
3788 membro.

3789

3790

3791 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3792 **Biodiversidade/MMA)** – O que eu sugiro então é o seguinte, aqueles que são
3793 os Conselheiros e membros da Câmara já são eles mesmos, não vai ter
3794 problema, vocês vão indicar e de acordo com essa ideia que foi apresentada.
3795 Aqueles que são membros, mas não são Conselheiros deverão levar a nossa
3796 proposta ao Conselheiro e pedir a indicação de alguém dentro dessa filosofia
3797 que a gente está querendo estabelecer.

3798

3799

3800 **O SR. MARCUS NAZARETH PEÇANHA (MMA)** – Desculpa, parece que é
3801 simples, mas tenho um problema e preciso entender. Vamos lá. Se a gente tem
3802 23, porque no caso, em alguns casos, eu vou dar um exemplo, está aqui o
3803 Roberto, o Roberto não representa só o MAPA, ele representa o segmento do
3804 Governo Federal, então ele representa MAPA, MInfra, enfim, MDR, Energia, e
3805 assim sucessivamente. Então, eu preciso só entender, se a gente for ter as
3806 indicações feitas nas proporções pelos Conselheiros eu preparei aqui, se a
3807 gente for ter as indicações feitas pelos membros, ainda que referendadas por
3808 algum Conselheiro, mas cada membro indique alguém e aí a gente
3809 eventualmente eu acho importante aqueles que se conhecem resgatar o
3810 histórico para poder indicar pessoas que já estavam e já participaram desse
3811 histórico. Se cada membro vai indicar alguém referendado pelo Conselheiro
3812 cada membro indica um, você vai ter um Grupo de Trabalho composto por 10
3813 pessoas e aí eu acho importante a gente se conversar para tentar indicar o
3814 pessoal dos Estados, o pessoal do Governo, enfim, do próprio setor produtivo,
3815 aquelas pessoas que já têm, que já estão participando desse processo há mais
3816 tempo e que, enfim, a gente pode coordenar isso com o coronel Olivaldi. Se a
3817 questão for por Conselheiro e aí a gente vai precisar dividir de alguma forma
3818 proporcional entre os 23, aí eu sugeriria que a gente tivesse um grupo
3819 composto por 12 pessoas, porque é o mais próximo possível de 23, de tal
3820 forma que cada setor indique proporcionalmente o número de Conselheiros.
3821 Então, se você está me entendendo que... Mais fácil fazer pelos membros, um
3822 por membro. Então, melhor, se puder, eu acho que mais fácil melhor, cada
3823 mexo indica 1 e referenda pelo Conselho. Então, pronto. Mais fácil? A gente
3824 queria fazer com um pouco menos. Mais fácil.

3825

3826

3827 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA)** – Eu acho que
3828 seria interessante que os setores... Roberto Lorena, do MAPA. Que têm
3829 contato, mais afinidade, se coordenem para indicar 2, 3 Conselheiro a mesma
3830 pessoa, para a gente não ter 10 pessoas no grupo.

3831

3832

3833 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3834 **Biodiversidade/MMA)** – Quanto menor o grupo melhor porque aí a decisão vai
3835 mais rápido.

3836

3837

3838 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA)** – Eu tenho uma
3839 preocupação, se a gente indicar uma pessoa de outra cidade, que tem custos
3840 para vir à Brasília para a reunião, assim, no caso de um universitário, alguma
3841 coisa assim, o MMA custeia esse... No passado custeava.

3842

3843

3844 **A SR^a. JAZETTE RENATA G. WECKEVERTH (Diretora D-Conama)** –
3845 Custeia sim, ele sendo indicado ele vem custeado sim para as reuniões.
3846 Entidade ambientalista, sociedade civil que agora é entidade ambientalista.
3847 Agora não é sociedade civil mais, agora é só entidade ambientalista. No caso,
3848 perdão, deixa eu corrigir, que realmente eu estava falando. A gente tem o

3849 custeio das entidades ambientalistas, essas então, vamos aqui, aqui a gente
3850 tem os meninos, os representantes das entidades ambientalistas, quem vier
3851 indicado por eles, sejam 2 ou 3 vão ser custeados. Os outros segmentos, a
3852 gente não custeia. Agora, o senhor tem razão, já aconteceu de a gente custear
3853 sim porque a gente tem um chamado colaborador eventual, então, mas aí a
3854 gente vai precisar da justificativa, no caso do porquê a gente está convidando
3855 esse professor, esse universitário e aí a gente pode sim, assim, tem que
3856 consultar as nossas bases porque agora com a contenção de despesa, mas
3857 realmente antigamente a gente tinha possibilidade de trazer, hoje está um
3858 pouco mais complicado, mas eu imagino que a gente consiga justificando a
3859 necessidade dessa pessoa na reunião eu acho que a gente consegue sim, mas
3860 aí é caso a caso.

3861

3862

3863 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3864 **Biodiversidade/MMA)** – Ele primeiro, depois você. Thiago.

3865

3866

3867 **O SR. THIAGO LIMA (Abrase)** – Thiago Lima, Abrase. Uma dúvida. Então são
3868 duas situações, uma é rever toda a problemática da Lista PET, se mantem o
3869 mesmo perfil, se não mantem, se ele é positivo, se é negativo, os critérios, e
3870 segundo rever a lista de espécies. Serão dois pontos.

3871

3872

3873 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3874 **Biodiversidade/MMA)** – A lista de espécies ela é praticamente uma
3875 consequência, porque a gente está discutindo lá na ponta sem ter certeza do
3876 início. Então, eu ia propor exatamente isso, primeira questão, eu acho que a
3877 gente está querendo nomear um Grupo de Trabalho para quê? Nós temos que
3878 dizer para quê. Primeiro eu quero saber assim, vem cá, essa Alista PET
3879 nasceu de onde, para quê, por que tem que ter e tal. E ok, se acha a
3880 justificativa, se coloca e tal. E aí o grupo deverá apresentar para nós uma
3881 explicação e a gente pode até exigir, pedir para eles que façam propostas. Não
3882 traga uma resposta, porque senão a gente deixa a decisão na mão deles, não
3883 é isso, a decisão tem que ser nossa. Eles deverão trazer, em geral a gente usa
3884 assim, você faz 3 propostas, a proposta 1 faz, a outra não faz, e a outra mais
3885 ou menos. E para cada uma eles têm que elaborar uma lista de prós e contras,
3886 se fizer vai ter esses benefícios e esses problemas, essas ameaças. Se não
3887 fizer vai ficar milhões aqui, mas pior ali. E nos dão então a opção de a gente
3888 definir qual a proposta que a gente acha mais útil, mais interessante. É uma
3889 ideia que eu estou sugerindo. Segundo, a questão dos novos criadores, quer
3890 dizer, por que está parado, por que não pode crescer, por que tem que ficar do
3891 jeito que está. Da mesma forma eles vão fazer 3 propostas e vão dizer para cá,
3892 para lá, para cá o que a gente faz. Terceiro a questão que você falou da lista
3893 positiva ou negativa. Devemos fazer lista positiva ou lista negativa? Ou seja,
3894 até agora nem falamos dos bichos, mas se a gente não tiver esses, essas
3895 ferramentas bem claras a lista vai ser uma consequência. Uma vez feito isso
3896 vamos partir. Critérios, quais são os critérios utilizados, a mesma coisa. Então,
3897 só a que a gente vai para a lista dos bichos. Concordam? Aprovam isso?

3898

3899

3900 **O SR. JULIAN THEVENIN (Novo Encanto)** – Uma pergunta. Julian Novo
3901 Encanto. Em relação à Resolução, a gente observa que a Resolução porque a
3902 gente está muito da lista, da lista, da lista, mas a Resolução ela ainda está
3903 muito verdinha, pelo que me parece aqui, tem muita coisa que está indicação
3904 de fazer uma redação de texto sobre o tema e tem alguns pontos, assim, muito
3905 em aberto, faltando. Em relação à Resolução o Grupo de Trabalho vai ver
3906 alguma coisa ou vamos ter outra reunião. Como é que vai ser a questão das...?

3907

3908

3909 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3910 **Biodiversidade/MMA)** – Nós vamos fazer, a proposta é de criamos um Grupo
3911 de Trabalho cuja missão é esclarecer esses pontos que a gente levantou.
3912 Esclarecidos esses pontos eles vão trazer, eles não vão decidir nada, eles vão
3913 trazer para nós o resultado do estudo que eles fizeram e vão ser, assim,
3914 obrigados a não nos dar uma opção só. Tem que tem duas, tudo bem, não
3915 achamos uma terceira, tudo bem, era sim ou não, não tinha meio termo. Está
3916 bom. Mas não pode também ser só uma. Aí dizendo os prós e contras, a gente
3917 analisa, vem com uma posição mais clara, discutimos entre nós e no dia da
3918 próxima reunião a gente já vem para dar o martelo. Outros passos serão
3919 depois. Porque concordam que são questões conceituais? Então, sem o
3920 conceito bem estabelecido a gente não consegue discutir mais nada para
3921 frente, isso aqui tem que estar bem claro, qual é a finalidade do que a gente
3922 está fazendo. Eu acho que agora e ele e depois você.

3923

3924

3925 **O SR. ANÍBAL ROLIM (Federação Ornitológica Gaúcha/RS)** – Obrigado.
3926 Aníbal Rolim, representante da federação Ornitológica Brasileira e Gaúcha.
3927 Esse Grupo de Trabalho eu acho que é excelente, se não for muito grande
3928 mesmo, vai ter um trabalho rápido. E eu acho que pelo que eu estou
3929 percebendo talvez não tenha nenhum representante dos criadores. E que tem
3930 que ter.

3931

3932

3933 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3934 **Biodiversidade/MMA)** – Boa pergunta. Eu fiz essa pergunta para ela no
3935 cochicho aqui ver, eu dei uma cochichada para ver. Na verdade, o regulamento
3936 já prevê, não prevê o representante dos produtores ali, porém, vocês estão
3937 representados pelo CNA e pela CNI. Certo? Que vocês têm o seu setor. Então,
3938 o que acontece? O ideal é trazer vocês para conversar aqui, para vocês
3939 trazerem a sua opinião. Assim, eu fiz exatamente essa pergunta para ela, eu
3940 falei assim: Vem cá, os produtores têm representatividade aí ou não?

3941

3942

3943 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DE CARLI FILHO (CNA)** – Secretário, já
3944 que a gente foi citado, esse é um problema porque pelo meu estatuto eu não
3945 represento eles e nem a indústria, quem representa eles é comércio, CNC e
3946 CNC não é Conselheiro agora. Eu estava aqui tentando matutar na minha

3947 cabeça como é que o CNA indica uma pessoa que vai falar em meu nome de
3948 algo que não é da minha responsabilidade legal.

3949

3950

3951 **O SR. ANÍBAL ROOLIM (Federação Ornitológica Gaúcha/RS)** – É isso,
3952 João, inclusive na hora do debate é necessário que se tenha alguém presente
3953 para levantar as questões. Senão depois vamos dar palpite.

3954

3955

3956 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DE CARLI FILHO (CNA)** – Eu
3957 represento produtor rural. Ponto. Produtor rural. Agora, se ele cria boi, se ele
3958 cria vaca, porco, galinha ou passarinho, eu não represento a atividade, eu
3959 represento o produtor rural. E isso é por lei, a minha representatividade, eu
3960 credito que a CNI também tem. Então, eu estou pensando aqui como é que eu
3961 vou chegar no meu chefe e dizer que eu tenho que... Até estava sugerindo aqui
3962 ao Roberto aqui para ver se alguém da Câmara Setorial PET, que faz do
3963 Ministério da Agricultura, como faz para participar porque legalmente eles são
3964 membro do Ministério da Agricultura. Então, tem que ver lá como é que vocês.

3965

3966

3967 **O SR. ANÍBAL ROLIM (Federação Ornitológica Gaúcha/RS)** – Justamente,
3968 João, eu sou membro da Câmara Técnica, tenho cadeira lá, eu queria levantar
3969 isso, que pelo menos a Câmara pudesse mandar um representante.

3970

3971

3972 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3973 **Biodiversidade/MMA)** – Então, dentro da legislação que está aqui, que aí a
3974 gente não tem como mudar isso agora, porque não tem poder de mudar essa
3975 legislação, dentro dela, por exemplo, se vocês. Então, tem a Câmara PET do
3976 MAPA, se o MAPA indicasse um cara da Câmara PET para participar disso ele
3977 estaria representante vocês? Aí resolve, contorna o problema?

3978

3979

3980 **O SR. THIAGO LIMA (Abrase)** – Thiago Lima, Abrase. Eu estou vendo assim,
3981 eu estou acompanhando as discussões e nós estamos reconstruindo tudo que
3982 já foi feito. E tipo assim, o assunto é muito complexa inclusive no âmbito
3983 técnico. Eu citei um exemplo simples. Foto de papagaio verdadeiro, então
3984 assim, passou algo que é banal, qualquer um que cria papagaio verdadeiro
3985 sabe que não dá. Então, é difícil.

3986

3987

3988 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
3989 **Biodiversidade/MMA)** – Mas olha, nós não vamos entrar nessa seara ainda.
3990 Por isso eu descrevi o que nós queremos desse Grupo Técnico para eles
3991 resolverem em primeira instância. Em primeira instância eles vão resolver o
3992 seguinte, a Lista PET precisa existir ou não precisa existir e por que? Vamos
3993 fazer as explicações. Segundo, a questão da lista positiva, negativa, novos
3994 criadores e tal, como vai ser fiscalizado e não sei o que, isso é outra conversa
3995 para depois. Se a gente tiver essas primeiras perguntas, se a gente botar todas

3996 as perguntas agora, não sai do lugar de novo porque vai ficar... Então, a ideia é
3997 a seguinte, resolver as perguntas essenciais. E como elas não foram, citar uma
3998 outra coisa, vocês têm que construir uma escada, você constrói um degrau por
3999 degrau, mas cada degrau vai sustentar o degrau de cima, se você fizer o
4000 degrau debaixo mais ou menos o próximo aguenta, outro mais aguenta, mas
4001 daqui a pouco o terceiro ou o quarto a escada cai porque o degrau lá debaixo
4002 não estava bom. Eu acho que é por aí. O conceito não está muito claro. Então,
4003 ele fica fraco e aí as coisas quando chega na ponta você já não sabe mais
4004 como trabalhar. Então, a ideia é construir os primeiros degraus bem sólidos. A
4005 questão conceitual, Lista PET para quê? Por quê? Por causa disso. Agora eu
4006 entendi. Novas criadores, lista positiva e negativa, basicamente eu acho que foi
4007 isso que eu escrevi. Exótico porque. Então, porque diferenciar o exótico do
4008 nativo? Para quê? Tem algum motivo? Se não tiver um motivo muito claro
4009 então para que ficar gastando energia com isso?

4010
4011

4012 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DE CARLI FILHO (CNA)** – Uma coisa
4013 que eu achei aqui no art. 49, porque nós temos que indicar membros do GT.
4014 Ponto. Mas o 49 diz que os GTs reunir-se em sessão pública. Ela é a aberta.
4015 Não existe deliberação do GT. Então eu acho que o preciosismo diminui um
4016 pouco.

4017
4018

4019 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
4020 **Biodiversidade/MMA)** – Mas é isso mesmo, não existe deliberação do GT, ou
4021 seja, o GT vai trazer para nós opções e nós é que somos deliberativos. Então
4022 assim, ele trouxe uma outra, ele trouxe uma outra informação que ele apurou
4023 aqui, ele gostaria de falar um pouquinho.

4024
4025

4026 **A SR^a. JAZETTE RENATA G. WECKEVERTH (Diretora D-Conama)** – Posso
4027 só fazer uma observação baseada nisso que o João falou? A analogia com a
4028 CT é a mesma, a gente vai ter um número de indicados, mas entra no que... o
4029 Roberto falou um indicado, ele pode trazer uma outra pessoa para participar da
4030 discussão? Pode. Você pode convidar, você pode trazer, você vai dar a
4031 palavra. Então, é da mesma forma que funciona a Câmara Técnica. Com a
4032 diferença que eles não vão deliberar, o GT não delibera nada, é como o
4033 Secretário, o Presidente acabou de dizer. Então, ele vai só fazer a proposta e
4034 trazer para vocês e quem vai deliberar são vocês membros. Eu queria só essa
4035 questão do novo regimento, já que está discutindo e o Presidente está
4036 colocando aqui muito bem essa questão do GT, a gente já conseguiu cumprir
4037 algumas tarefinhas aqui do artigo, eu posso ler para vocês aqui? A partir do
4038 art.39, o que pé o GT? O GT será instituído pela Câmara Técnica competente
4039 mediante a proposta do seu presidente. Então, eu acho que isso aí a gente já
4040 está fazendo. O relator será indicado pelo Presidente da Câmara Técnica. Isso
4041 também o Sr. Presidente já sugeriu o Olivaldi. O mandato do GT será de até 90
4042 dias podendo ser prorrogado a critério da Câmara Técnica que também
4043 estabelecerá diretrizes para sua atuação. Então eu acho que isso o Presidente
4044 já está colocando aqui, que são as diretrizes de como o que GT vai trabalhar, o

4045 que GT vai discutir. Então, isso é bom, que realmente fique, que sejam
4046 consolidadas essas diretrizes. E aí a única coisa que eu acho que vai ficar
4047 pendente é essa questão da composição que eu acho que precisa ser
4048 resolvida, que vão ser quantos membros, ou quantos pessoas vão participar do
4049 GT sendo no número máximas de 4 por segmento. Podendo ser 1, 2, sendo no
4050 máximo 4 por segmento. Assim, só para a gente organizar o que foi discutido
4051 até aqui. Perdão, é porque no GT aqui fala assim, o GT, art. 43: os GTs serão
4052 compostos de no máximo 4 representantes de cada segmento que compõe o
4053 Plenário do Conama, quais sejam, o Governo Federal, estaduais, municipais,
4054 entidades empresariais entidades ambientalistas indicadas pelos Conselheiros
4055 do Plenário. Esse Conselheiro do Plenária são esses segmentos como eu
4056 expliquei anteriormente que já está na composição dessa Câmara Técnica.

4057

4058

4059 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA)** – Se a gente
4060 pegar o Conselheiro representante de cada membro daqui nenhum dos setores
4061 terá 4. Então, isso já não é um problema.

4062

4063

4064 **A SR^a. JAZETTE RENATA G. WECKEVERTH (Diretora D-Conama)** – Mas aí
4065 dá a oportunidade, aí é a oportunidade que é como vocês estão discutindo
4066 aqui, não impede de a CNA indicar uma pessoa de, bom, aí é a questão
4067 pessoal deles lá interna, mas não impede do MAPA, por exemplo, indicar uma
4068 pessoa que não seja do MMA, desde que entenda que é uma pessoa que
4069 entende. É só para dar oportunidade de indicar.

4070

4071

4072 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
4073 **Biodiversidade/MMA)** – A pessoa do GT não precisa ser funcionário do
4074 segmento, ele pode ser uma pessoa que vocês acham que tem uma boa
4075 confiança, que vai fazer.

4076

4077

4078 **A SR^a. JAZETTE RENATA G. WECKEVERTH (Diretora D-Conama)** – Não
4079 precisa ser só o MAPA.

4080

4081

4082 **O SR. MARCUS NAZARETH PEÇANHA (MMA)** – Queria fazer uma sugestão
4083 aqui, não sei se... Eu acho que talvez possa estar pensando um pouco fora da
4084 caixa, mas no sentido de a gente dar ritmo para isso, eu já percebi que para
4085 montar o GT é trabalho danado. E aí até todos os Conselheiros indicarem vai
4086 ser uma outra questão danada, para marcar a reunião, por exemplo, que a
4087 gente tinha feito, enfim, um GT um pouco e mais rápido. O Luiz está
4088 conversando comigo aqui, a minha sugestão, se as pessoas concordarem,
4089 vocês podem colocar em votação, a gente delegar isso para o Ibama,
4090 coordenado pelo Coronel Olivaldi e com o Luiz. E aí o Ibama escuta todos os
4091 setores, o Ibama vai chamar sociedade civil, vai chamar o pessoal que está
4092 aqui, vai chamar Estados, vai chamar o setor produtivo traz, o Ibama é esse
4093 Ibama e vai trazer para a gente a gente uma proposta de tal forma que na

4094 próxima reunião a gente vota uma proposta do Ibama, eventualmente eu
4095 suspeito que isso possa ser mais rápido e mais efetivo, eu estou vendo aqui,
4096 do que toda essa formatação de um GT que vai acabar gerando discussões, e
4097 discussões... E eu quero deixar claro que não vai ser, o relator disso o coronel
4098 Olivaldi, mas não no Grupo de Trabalho.

4099
4100

4101 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
4102 **Biodiversidade/MMA)** – O coronel Olivaldi que a gente vem falando está no
4103 Ibama...

4104
4105

4106 **O SR. MARCUS NAZARETH PEÇANHA (MMA)** – De qualquer forma que o
4107 Ibama, obviamente não vai fazer isso sozinho, vai escutar todos os setores, vai
4108 escutar os Estados, vai escutar o setor produtivo, mas eu acho que talvez seja
4109 mais fácil porque tem o histórico, tem a figura institucional do Ibama, tem a
4110 expertise técnica, tem a repercussão com todos os setores e eventualmente a
4111 gente pode pedir para o Ibama nos trazer uma proposta que obviamente vai ser
4112 pactuada com todos os setores, porque eu estou desconfiado que
4113 eventualmente esse GT aí vai acabar, enfim, virando uma burocracia que
4114 eventualmente não vai nos trazer o resultado que a gente quer. O que você
4115 acha, Luiz?

4116
4117

4118 **O SR. JOÃO PESSOA (Ibama)** – Posso contribuir? Que eu estou sendo
4119 chamado lá em uma outra reunião. Eu acho que a experiência que nós tivemos
4120 na Resolução anterior coordenando o processo teve bons resultados, o da
4121 madeira, eu acho que nós podemos replicar porque o nome do coronel Olivaldi
4122 ele está a par de toda essa discussão, ele representava o Estado a São Paulo
4123 na composição anterior. E depois presidiu a Câmara Técnica de
4124 Biodiversidade. Então, eu acho que pode coordenar isso pelo Ibama e ir
4125 chamando as entidades organizar isso no modelo que eu conduzia a questão
4126 da madeira que eu acho que veio com uma boa proposta.

4127
4128

4129 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
4130 **Biodiversidade/MMA)** – O que o Marcus trouxe eu acho que representa...
4131 menos burocracia é uma coisa, estamos na mão do Ibama ele faz as coisas e
4132 não sabe... Destrava um pouco mais. Você que falar um pouquinho?

4133
4134

4135 **O SR. JULIAN THEVENIN (Novo Encanto)** – 3 minutinhos, João, rapidinho.
4136 Nós estamos falando sobre a Lista PET, já foi, nós temos Anexo I e Anexo II,
4137 que por enquanto vai ficar. E eu queria só saber de ti, nós estamos aqui, vai ser
4138 formado um Grupo de Trabalho, como é que ficam as atribuições futuramente
4139 para o Ibama? Porque toco na mesma tecla, criadores hoje comerciais não
4140 podem criar o Cardeal Amarelo, o ICMBio está trancando esses animais dentro
4141 de zoológico, alguns já morreram. Segunda coisa, segunda opção, o monopólio
4142 dos anilhas também, tudo que está sem... A gente ter aqui, fazer uma lista nova

4143 e nós continuarmos com os problemas que nós temos e eu te digo como
4144 criador, porque hoje uma anilha custa R\$ 22,0 quando para o criador comercial
4145 custa 5. Hoje uma anilha em 2 anos de validade, nós tanto brigamos pela
4146 anilha de aço e o Ibama hoje se não fizer um cadastro rapidamente e em 6
4147 meses te toma anilha isso que vai ficar o monopólio, se os Estados vão ter as
4148 suas anilhas, vão poder produzir, as empresas, e os cardeais amarelos, vamos
4149 ter que fazer uma nova IN futuramente?

4150

4151

4152 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
4153 **Biodiversidade/MMA)** – Desculpa, essas perguntas não vão ser respondidas
4154 aqui porque não é objeto dessa reunião. Vai ter essa situação, você pode fazer,
4155 tem o e-mail dele agora, nós vamos distribuir o e-mail de todo mundo aí vocês
4156 podem provocar, porque senão a não a gente perde aqui, evapora em um
4157 monte de coisas. Essas questões sem dúvida nenhuma serão, agora, digamos
4158 que a gente acabe com a Lista PET, não precisa ter Lista PET, então essas
4159 perguntas deixa de ter até razão. Então, vamos por parte. Já dizia, não vou
4160 nem dizer quem foi que disse, mas a gente tem que dividir para contestar,
4161 divide o problema em vários pedacinhos e vai resolvendo um pedacinho de
4162 cada vez. E aí a gente chega lá. Começa desse conceito, define, fez e está
4163 bom.

4164

4165

4166 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA)** – Rapidinho.
4167 Roberto, do Ministério da Agricultura. Nós estamos discutindo aqui, falando em
4168 nome dos meus colegas aqui, nós realmente apoiamos a ideia do relator ao
4169 invés do Grupo de Trabalho. E com o compromisso, evidentemente, de
4170 consultar cada um de nós, de especialistas que estão aqui.

4171

4172

4173 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
4174 **Biodiversidade/MMA)** – E eu serei o guardião de que ele cumpra isso.

4175

4176

4177 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTANA (MAPA)** – E aí ele
4178 apresenta então aquela proposta de quais são os caminhos, A, B e C, assim,
4179 assim, vantagem, desvantagem etc., ouvindo cada um, mesmo que ele
4180 discorde.

4181

4182

4183 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
4184 **Biodiversidade/MMA)** – Então podemos dizer que está aprovada essa
4185 proposta de fazer um relator do Ibama que se encarregará de fazer essa
4186 reunião com todos os participantes, inclusive a classe produtora. Para elaborar
4187 uma proposta, uma proposta referente ao conceito da Lista PET, se ela tem
4188 razão de ser ou não, quais as vantagens e desvantagens, sim ou não, enfim,
4189 para cada pergunta tem que ter várias propostas. Não uma só. E o segundo
4190 assunto é sobre a questão os novos criadores, sim ou não. Terceiro se a lista
4191 deverá ser positiva ou negativa. Claro, então ele vai ter uma lista positiva,

4192 proposta1, lista positiva, por causa disso, disso e disso. Proposto 2, lista
4193 negativa. Isso, isso. A terceira proposta não sei qual vai ser. Sem lista e tal. É
4194 isso, só lembrando também uma coisa que a gente está trabalhando, que eu já
4195 falei algumas vezes aqui, que o que percebo é que tem muito problema de
4196 português, de interpretação de texto, antes do problema técnico, quer dizer, o
4197 cara pensa um negócio, mas escreve diferente. E isso quando chega lá na
4198 ponta o fiscal, aí o fiscal do Maranhão pensa de um jeito, o fiscal do Amazonas
4199 leu de outro. Aí não dá certo. Mas aí a culpa não é dele, a culpa é nossa que
4200 escrevemos de uma maneira errado, que deu interpretação para um lado e
4201 para o outro, cada um pensa de um jeito. Então, esse é o nosso trabalho de
4202 simplificar, que a gente vai estar brigando para isso acontecer. Essa vai ser a
4203 tônica do coisa. Último detalhe, esse trabalho normalmente duraria 90 dias, eu
4204 vou falar 60 dias, eu vou dar um prazo 60 dias prorrogáveis por mais 30, é
4205 diferente porque aí o cara sente...

4206

4207

4208 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DE CARLI FILHO (CNA)** – Só para
4209 lembrar que nós aqui só vamos estar presentes até dia 16 de outubro.

4210

4211

4212 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
4213 **Biodiversidade/MMA)** – Isso aí é o seguinte, daqui 3 meses, é o seguinte,
4214 nesses 3 meses que eles têm vai ser o prazo de a gente fazer uma próxima
4215 reunião. A única coisa que se decide é qual é a data da próxima. Então, eu
4216 tenho um certo trauma, mas agora a gente com a rede de e-mails a gente faz
4217 isso rapidinho. Eu vou dar para ele, porque, por exemplo, se o resolver em 60
4218 dias eu antecipo a reunião para a gente já tomar o destino. Eu acho que 60
4219 dias é razoável para decidir, responder a essas perguntas. Ok. Resolve isso. A
4220 partir daí próximo assunto, tal e tal. E aí a gente vai fazendo a coisa andar. Mas
4221 menos de 60 eu acho que não. Aí não tem jeito.

4222

4223

4224 **O SR. THIAGO LIMA (Abrase)** – Thiago Lima, Abrase. Como sugestão para
4225 esse primeiro encontro definir se a lista precisa existir ou não, se é positiva ou
4226 nativa, a questão dos criadores eu acho que só vão existir novos criadores
4227 após a publicação da lista ou a revogação da 394. Então, eu acho que isso é
4228 consequência também. E caso entenda-se que tem que ser lista e ela tem que
4229 ser positiva ou negativa, já trazer fruto desse primeiro grupo, que o Olivaldi vai
4230 coordenar, a dinâmica a ser aplicada para a seleção das espécies.

4231

4232

4233 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
4234 **Biodiversidade/MMA)** – E a revisão dos critérios. Isso tudo a gente vai
4235 provocando. Vocês querem que para essa primeira reunião, para essa primeira
4236 resposta dele já venha os critérios também? Já proposta e critérios. Então tá.
4237 Então vamos modificar aqui. As diretrizes para o Olivaldi ou para o relator, as
4238 diretrizes são conceito de Lista PET sim ou não, deve existir ou não deve
4239 existir. Quer escrever agora aqui para o pessoal...? Tudo bem, pode ser. Aí o
4240 pessoal lê e confirma se aceita. Então vamos lá. As diretrizes a serem dadas

4241 para o relator: as diretrizes a serem dadas pelo relator: 1) Lista PET, razões,
4242 necessidades ou não. Eu boto assim até porque a gente está deixando em
4243 aberto a possibilidade de chegar à conclusão de que não. Necessidade ou não;
4244 2) lista positiva versus negativa. Bom, ela vai escrever à mão. O segundo item
4245 vai ser lista positiva versus negativa. Está pedindo ativação do produto, aí
4246 ferrou, vai pedir senha, não sei o quê, não tem mais jeito. Então assim, lista...
4247 O terceiro que você falou? Critérios. Quais serão os critérios, em sim da Lista
4248 PET quais serão os critérios utilizados e as justificativas de cada critério.
4249 Também isso, porque Lista PET Nativo versus Exótico, ou por que para um e
4250 não para outro.

4251

4252

4253 **O SR. THIAGO LIMA (Abrase)** – Thiago Lima, Abrase. Eu acho difícil definir
4254 nativo dentro do prazo, se incluir exótico eu acho que... O pessoal do Ibama
4255 quiser opinar, eu acho pouco provável de conseguir fechar.
4256 Cama você

4257

4258

4259 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
4260 **Biodiversidade/MMA)** – Não, nós não estamos falando da lista, nós não
4261 estamos fazendo a lista, nós estamos definindo o critério. Então, o critério é o
4262 seguinte, por que só, por que só nativo e por que não o exótico? Essa é a
4263 questão que eles têm que responder, eles vão ter que dizer quais os bichos
4264 que para cá ou para cá lá.

4265

4266

4267 **A SR^a. JAZETTE RENATA G. WECKEVERTH (Diretora D-Conama)** – Posso
4268 só fazer uma observação? Eu acredito que ele até possa dar esse retorno do
4269 porquê uma e porquê outra, mas se for entrar os exóticos aí é outra proposta, a
4270 gente precisa passar pelo Cipam, e aí é outro procedimento. Aqui a gente está
4271 tratando de lista de animais nativos. É só deixar isso claro.

4272

4273

4274 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
4275 **Biodiversidade/MMA)** – Tudo bem, mas eu acho que a pergunta é boa de se
4276 fazer e eles respondam, isso não é nossa competência. Ponto. Aí tudo bem. O
4277 que mais? Então a questão dos criadores, novos criadores, não entra como
4278 diretrizes para eles dizerem.

4279

4280

4281 **O SR. THIAGO LIMA (Abrase)** – Novos criadores é consequência do resultado
4282 da... O que ele propõe de dinâmico para a seleção de espécies.

4283

4284

4285 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
4286 **Biodiversidade/MMA)** – Então, foi isso que a gente falou, o último foi... É que
4287 ele não está conseguindo mais escrever na lousa, não está aparecendo. Você
4288 não consegue escrever em papel e nem nesse documento? Escreve aí.
4289 Primeiro Lista PET, razões, necessidades ou não. Segundo, lista positiva

4290 versus negativa. Esse é o primeiro. Porque se primeiro nula, se for não no
4291 primeiro o resto esquece. Aí cai tudo. Agora, se tiver, caso tenha respondido
4292 sim para a primeira pergunta vamos para a segunda. Aí lista positiva versus
4293 negativa. Então, terceiro, critérios a serem utilizados e justificativa de cada
4294 critério. Eu lembro que um dos problemas que foram, assim, ventilados para
4295 mim foi que, ah, existe o critério tal, mas aí tal da dosimetria, mas isso aqui vale
4296 muito, vale pouco, não sei o que. Aí já é demais. Se o próprio critério está
4297 discutido então tem que ver isso. Por que nativo, por que só nativo e... para
4298 eles responderem, só para eles responderem.

4299

4300

4301 **O SR. THIAGO LIMA (Abrase)** – Thiago Lima, Abrase Eu acho que entrou só
4302 nativo porque a 394 fala só de nativos.

4303

4304

4305 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
4306 **Biodiversidade/MMA)** – Então, está bom. Mas é assim, mas isso é um
4307 problema? Os produtores, vocês se sentem, ou os exóticos vocês criam sem
4308 regulação nenhuma? Mas já existe um regulamento específico para exótico?

4309

4310

4311 **O SR. THIAGO LIMA (Abrase)** – Thiago Lima, Abrase Tem a IN 18 do Ibama,
4312 que ela tem uma lista, uns anexos, as espécies que podem ser criadas,
4313 existem falhas, assim, porque, por exemplo, não foi contemplado alguns
4314 grupos.

4315

4316

4317 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
4318 **Biodiversidade/MMA)** – Thiago Lima, Abrase. Eu já não aguento mais ouvir...
4319 Thiago Lima, Abrase. (*Risos!*). Veja bem, Thiago Lima, Abrase, então não cabe
4320 a pergunta porque existe uma lei para o exótico separada e o objetivo disso
4321 aqui é o do nativo? Concorda então? Não concorda. Então vamos manter a
4322 pergunta. Vamos fazer a pergunta e que venha a resposta, se vier diferente,
4323 tudo bem. Então, está bom. Vamos manter a pergunta. Vamos manter a
4324 pergunta, esse é o trabalho deles. Eles que trabalhem para dar a resposta. Nós
4325 temos que fazer a pergunta. Bom, gente, então tá, só para fechar, eu estou
4326 entendendo, pessoal, eu estou entendendo que esses direcionamentos que
4327 nós estamos fazendo, essas diretrizes já estão tacitamente sendo aprovadas
4328 por vocês. Certo? Bom, lembrando que logo após isso, em dando tudo certo, o
4329 próximo passo é realmente elaborar a lista. Então, eu vou avisar o Olivaldi, que
4330 Olivaldi já fica esperto porque conforme as suas respostas aí o próximo passo
4331 é efetivamente elaborar a lista. Certo? Se for uma lista positiva de um jeito, se
4332 for uma lista negativa, de outro. Que isso quem define somos nós, nós é que
4333 vamos decidir por uma lista ou outra. Estou falando certo?

4334

4335

4336 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Queria tirar uma dúvida aqui. A gente tem mais
4337 ou menos uma previsão da próxima reunião?

4338

4339

4340 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
4341 **Biodiversidade/MMA) – 60 dias.**

4342

4343

4344 **O SR. NÃO IDENTIFICADO – 60 dias a partir de hoje?**

4345

4346

4347 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI (Secretário de**
4348 **Biodiversidade/MMA) – 60 dias porque o seguinte, a gente vai avisar o**
4349 **Olivaldi, a partir de amanhã, quebra um galho. Pois é. Eu vou dar para o**
4350 **Olivaldi 60 dias, prorrogáveis por mais 30 se ele justificar. Então assim, porque**
4351 **o máximo é 90, mas eu já vou começar com 60 para encurtar o caminho. Se**
4352 **por acaso para essas respostas ele conseguir em 30, eu antecipo a nossa**
4353 **reunião para que a gente já, o cara já tem a resposta, então o que eu estou**
4354 **esperando? Eu vou fazer para a coisa andar. Aí eu já chamo, assim que ele**
4355 **tiver a resposta a gente marca pelo menos uma semana de antecedência, 15**
4356 **dias de antecedência. 15 dias por causa do preço da passagem, que fica mais**
4357 **em conta. E aí a gente... Então, combinamos. Ele me dá a resposta, eu**
4358 **programo com vocês mais 15 dias, fazemos uma nova reunião, ele faz a**
4359 **apresentação, a gente diz sim ou não, escolhe as opções, a proposta. E a partir**
4360 **daí conforme um ou outro aí tocamos para o próximo trabalho que vai ser**
4361 **efetivamente a construção da lista. Está certo? Nós não temos, eu não tenho**
4362 **mais nada, nesse momento eu não tenho nada. Está bom? Então assim, eu**
4363 **acho que, assim, no mínimo 45 dias antes da próxima reunião. E no máximo**
4364 **100 dias, porque é 90, 105 dias, 90 mais 105. E aí a gente já fica mais**
4365 **acelerado para fazer. Então, terminando a reunião o que nós tivemos? Nós**
4366 **tivemos o setor do João, eleito com ampla margem de votos, esmagadora,**
4367 **aprovamos a proposta dos melipolineses, com as correções, aprovamos a**
4368 **madeira também. Eu acho que foi bastante positiva a reunião. E essa aí que**
4369 **está um pouquinho, ainda um pouco mais fofo, mas mesmo assim a gente pelo**
4370 **menos já definiu um caminho para andar. Eu acho que foi muito bom a**
4371 **colaboração de todos, a cooperação, a sincronia, a coerência de todo mundo**
4372 **que está trabalhando no mesmo sentido. Eu acho que isso é um exemplo do**
4373 **que a gente está fazendo. E eu fico muito feliz que a gente possa sair daqui**
4374 **com essa imagem. Eu não sei se alguém tem alguma coisa mais a falar. Então,**
4375 **agradecer vocês, bom que a gente se conheça e agora vamos distribuir essa**
4376 **lista dos e-mails para que possa trocar figurinhas. Muito obrigado a todos por**
4377 **terem vindo, obrigado e até a próxima.**

4378

4379

4380 *(Palmas!)*

4381

4382